



UNIVERSIDADE DE UBERABA - UNIUBE
Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica
Mestrado Profissional

DANILO ABDALA VIEIRA

**JUDÔ E EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO
EDUCANDO**

UBERLÂNDIA – MG

2021

DANILO ABDALA VIEIRA

**JUDÔ E EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO
EDUCANDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação docente para a Educação Básica da Universidade de Uberaba, curso de Mestrado Profissional, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Selva Guimarães

Linha de pesquisa: Práticas Docentes para a Educação Básica

Uberlândia

2021

i

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

V673j Vieira, Danilo Abdala.
Judô e educação básica: contribuições para a formação do educando / Danilo Abdala Vieira. – Uberlândia-MG, 2021.
149 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica.

Orientadora: Profa. Dra. Selva Guimarães.

1. Judô. 2. Educação básica. 3. Violência. 4. Bullying. I. Guimarães, Selva. II. Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica. III. Título.

CDD 372

JUDÔ E EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO EDUCANDO.

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 15/10/2021

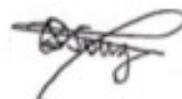
BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. Selva Guimarães
(Orientadora)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof^ª. Dr^ª. Valéria Oliveira de
Vasconcelos
Centro Universitário Salesiano de São
Paulo - UNISAL



Prof. Dr. Tiago Zanquêta de Souza
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Dedico este trabalho à minha mãe,
Mônica Chaves Abdala, ao meu pai
Ney Cerbino Vieira, à minha irmã
Ana, e aos familiares e amigos que
sempre me apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo carinho e cuidado que tiveram durante toda a minha vida.

À minha orientadora, Dra. Selva Guimarães, pelo apoio, paciência e ensinamentos para que eu pudesse concluir esse ciclo. Gratidão.

Aos membros das bancas de qualificação e defesa, Dr. José Carlos Araújo, Dra. Valéria Vasconcelos e Dr. Tiago Zanqueta, pelas importantes contribuições.

Aos professores e funcionários do programa e aos meus colegas do mestrado, por cada conversa e auxílio.

À minha irmã, meus amigos e familiares que sempre me incentivaram!

A todos, muito obrigado!

“Nada sob o céu é mais importante que a educação.
Os ensinamentos de uma pessoa virtuosa
podem influenciar uma multidão;
aquilo que foi bem aprendido por uma geração
pode ser transmitido a outras cem.”
(Jigoro Kano)

RESUMO

A iminente ampliação da prática do judô nas escolas brasileiras, por meio de uma parceria entre o Brasil e o Japão, propiciou algumas questões: como os princípios que norteiam a prática do judô podem contribuir para a formação de crianças e jovens na educação básica? Existe relação entre a prática de judô e a redução da agressividade e dos casos de *bullying*? Buscando respostas, a pesquisa teve como objetivo compreender as contribuições e relações entre os princípios e a prática do judô e a educação básica, focalizando o exercício da modalidade e a redução dos casos de *bullying* e de outros tipos de violência escolar. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental no campo da abordagem qualitativa da pesquisa em educação. A história do judô foi revisitada, juntamente com os princípios idealizados pelo seu fundador, Jigoro Kano (que começou a praticar artes marciais devido ao *bullying* que sofria na escola), a partir das obras de Kano (2008a) e Waston (2011). Foram analisados documentos de políticas públicas para o esporte, a educação básica e o judô no país, bem como produções acadêmicas selecionadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scielo*), utilizando-se o termo/descriptor “judô”. Na literatura consultada evidenciaram-se estudos sobre a tendência de redução de comportamentos agressivos por praticantes, porém não foram encontrados, nas plataformas investigadas, resultados de pesquisas específicas sobre o judô e o *bullying*, em todas as formas de manifestação. Conclui-se que o judô, se incorporado à educação básica e ensinado para estudantes, dentro dos princípios preconizados pelo seu fundador, pode trazer diversos benefícios para crianças e adolescentes, tais como a melhoria da saúde, o enriquecimento cultural, o desenvolvimento de habilidades socialmente competentes, entre outros. Nesse sentido, o docente tem papel fundamental no processo, assim como o modo como desenvolve a prática, os ensinamentos. A formação continuada docente é, pois, fundamental para potencializar e aprimorar os ensinamentos da modalidade e a formação dos educandos.

Palavras-chave: Judô. Educação Básica. Violência. *Bullying*.

ABSTRACT

The oncoming expansion of judo practice in Brazilian schools, through a partnership between Brazil and Japan, has raised some questions: how can the principles that guide the practice of judo contribute to the upbringing of children and young people in basic education? Is there any relationship between the practice of judo and the reduction of aggression and cases of bullying? Seeking answers, the research aimed to understand the contributions and relationship between the principles and practice of judo and basic education, focusing on the exercise of the sport and the reduction of cases of bullying and other types of school violence. A bibliographical and documentary research was carried out in the field of qualitative approach to research in education. The history of judo was revisited, along with the principles idealized by its founder, Jigoro Kano (who started practicing martial arts due to bullying he suffered at school), based on the works of Kano (2008a) and Waston (2011). Public policy documents for sport, basic education, and judo in the country were analyzed, as well as academic productions selected in the CAPES Theses and Dissertations Catalog, in the Brazilian Theses and Dissertations Library (BDTD), in the Online Scientific Electronic Library (SciELO) using the term/descriptor “judo”. In the consulted literature, studies on the tendency to reduce aggressive behavior by practitioners were evidenced, however results of specific research on judo and bullying, in all forms of manifestation, were not found in the investigated platforms. In conclusion, judo, if incorporated into basic education and taught to students, with in the principles advocated by its founder, can bring several benefits to children and adolescents, such as health improvements, cultural enrichment, the development of socially competent skills, among others. In this sense, the teacher has a fundamental role in the process, and so does the way he/she develops the practice, the teachings. Continuing education for teachers is, therefore, essential to enhance and improve the teachings of this modality and the training of students.

Keywords: Judo. Basic Education. Violence. Bullying.

LISTA DE ABREVIATURAS

BASIC	Beginner's All-purpose Symbolic Instruction Code (Código Simbólico de Instrução para Principiantes)
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CBJ	Confederação Brasileira de Judô
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
EB	Educação Básica
EF	Educação Física
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FIJ	Federação Internacional de Judô
FPJ	Federação Paulista de Judô
FUTEL	Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MSX	MicroSoft eXtended (uma arquitetura de microcomputadores pessoais)
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Política Nacional do Esporte
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIUBE	Universidade de Uberaba
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisas selecionadas sobre o tema judô e educação.....	93
Quadro 2 - Pesquisa sobre judô, <i>bullying</i> e outros tipos de violência.....	110
Quadro 3 - Pesquisas selecionadas sobre judô e competição.....	121
Quadro 4 - Pesquisas selecionadas sobre a formação do <i>sensei</i>	124

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	12
1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Tema, problema e justificativas.....	21
1.2 Objetivos.....	25
1.2.1 Objetivo geral.....	25
1.2.2 Objetivos específicos.....	25
1.3 Metodologia.....	26
1.4 Como está organizada a dissertação.....	28
2. JUDÔ: UMA REVISÃO HISTÓRICA.....	30
2.1 O início do judô.....	30
2.1.1 Jigoro Kano.....	31
2.1.2 Do <i>jujutsu</i> ao judô.....	35
2.2 A jornada de Jigoro Kano pelo judô e pela educação.....	37
2.3 Ensinaamentos do judô.....	53
2.4 Considerações sobre o processo de criação à divulgação.....	61
2.5 O judô no Brasil: da chegada às medalhas Olímpicas.....	71
3. POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO BÁSICA E JUDÔ.....	74
3.1 Políticas públicas para o esporte.....	75
3.2 A educação básica pós 1988.....	82
3.2.1 A educação física na educação básica.....	85
3.3 As políticas de judô.....	88
4. CONTRIBUIÇÕES DO JUDÔ PARA A EDUCAÇÃO.....	92
4.1 Judô e educação.....	93
4.2 Judô, <i>bullying</i> e outros tipos de violência.....	109
4.3 Judô e competição.....	120
4.4 A formação de <i>sensei</i> de judô no Brasil.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS.....	137
APÊNDICE (Glossário).....	148

MEMORIAL

Somente se aproxima da perfeição quem a procura com constância, sabedoria e, sobretudo, humildade. (KANO *apud* DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018, p. 82).

A frase clássica do judô incita à reflexão de que, para que possamos nos aperfeiçoar, precisamos buscar, constantemente, por instrução, conhecimento e, principalmente, ter consciência das nossas limitações, e de que não sabemos tudo e aprendemos com os outros. Nascido em Uberlândia, MG, filho de dois professores, tive, desde cedo, muito gosto por aprender, mas me sentia muito cobrado na escola. Meus pais são muito estudiosos, minha mãe cursou a graduação, o mestrado e o doutorado na Universidade de São Paulo (USP) e, meu pai estudou na Universidade Federal Rural no Rio de Janeiro, e fez graduação e Mestrado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O gosto exagerado pelo conhecimento apresenta vantagens, pois com o tempo passei a aprender a estudar sozinho, porém com a desvantagem da dificuldade de manter o foco em algum conteúdo específico, pois estudava desde preparação física, treinos estéticos, atividades lúdicas, informática até mercado financeiro, estruturação de negócios, dinâmica do dinheiro, entre outros conteúdos distintos.

Tive a experiência de passar por diversas escolas, privadas e públicas. Senti a diferença de atenção e tratamento de professores em cada contexto. Percebi situações interessantes, como por exemplo, em escolas privadas meus colegas terem muito mais materiais do que meus pais poderiam me dar e, nas escolas públicas, eu possuía mais do que muitos dos meus colegas.

Ainda criança, era fanático por filmes de lutas como *Karate Kid*¹, filmes de Ninjas e do Bruce Lee². Por ser muito magro e fraco e, “apanhar”³ muito dos colegas eu

¹ Na época os três primeiros filmes da saga “The Karate Kid” I(1984), II(1986) e III(1989). Disponível em: <<https://www.adorocinema.com/filmes/>>. Acesso em: 19 maio 2021.

³ Apanhar no sentido de padecer, sofrer castigo físico. *Verbo intransitivo* 20. [Informal] Sofrer castigo físico (ex.: *apanhou dos colegas porque furou a bola*). = LEVAR “apanhar”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/apanhar>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

quis aprender a lutar. Como um dos irmãos do meu pai havia feito judô, me colocaram no judô também, aos 07 anos de idade, em 1990. Por coincidência, na mesma época ganhei meu primeiro computador (um *MSX* usado), presente de um padrinho médico, que havia comprado um novo para ele.

Sem ter consciência do que estava fazendo, eu aprendi a programar em BASIC⁴. Paralelamente, aprendia a seguir regras e a disciplina de uma luta japonesa, o judô. Como meus pais trabalhavam muito, fui criado um pouco solto e me aventurava demais. Subia em telhados de várias casas, fantasiado de ninja, ensinava alguns vizinhos a digitar no computador e ministrei as “primeiras aulas” de judô, ainda com oito anos de idade, chamando os vizinhos para brincar de luta, no quintal da casa dos meus pais. Logo, meu professor ficou sabendo, me advertiu e tive que “encerrar” essas aulas.

Em 1993, quando minha mãe estava redigindo sua Dissertação de Mestrado, comprou um computador para concluir o trabalho. Fiquei fascinado com o equipamento, um 386, com tela colorida, muito mais rápido e com um sistema operacional muito superior ao do MSX. Sempre que ela permitia, eu mexia no computador e aprendia sozinho, por tentativa e erro. Na mesma época, ia à biblioteca da UFU para procurar livros e aprender a usar aquele novo equipamento. Dos 11 aos 13 anos fiz vários programas e jogos, inclusive apresentando em uma “Feira de Ciências”, no final do ensino fundamental, um *software* (feito por mim juntamente com um colega), que resolvia, rapidamente, a fórmula de Bhaskara⁵, que usávamos nas aulas de Matemática.

Praticava diversas modalidades esportivas, principalmente o futebol, o futsal, o basquete, o voleibol, a peteca e o atletismo, mas por gostar apenas da parte de disputas, não tinha paciência de ficar treinando gestos técnicos. Participava de jogos, intercalasses e outras competições dos esportes citados, mas treinava regularmente apenas o judô.

Ainda criança, era chamado para conduzir o aquecimento nas aulas de judô. Com 13 anos conduzia treinos inteiros e, com a mesma idade comecei a trabalhar em uma loja de informática, fazendo manutenção de computadores. Não havia cursos de

⁴ BASIC - *Beginner's All-purpose Symbolic Instruction Code* (Código Simbólico de Instrução para Principiantes) é uma linguagem de programação, criada com fins didáticos. Disponível em: <<https://www.hardware.com.br/termos/basic>>. Acesso em: 20 maio 2021.

⁵ A fórmula de *Bhaskara* é um método resolutivo para equações do segundo grau cujo nome homenageia o grande matemático indiano que a demonstrou. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/matematica/formula-bhaskara.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

manutenção na cidade e eu acabei solicitando um e realizando-o, o que resultou no trabalho. Era muito engraçado, em 1996, numa época em que computadores eram caros e raros, chegava às casas das pessoas, um adolescente com traços de criança para consertar equipamentos valiosos. Lembro-me hoje, que as pessoas vigiavam cada passo meu, enquanto fazia a manutenção daquelas máquinas.

Com treze anos, numa rotina de estudar de manhã, trabalhar à tarde e treinar judô à noite, todos os dias, estava para desistir do esporte, quando ganhei meu primeiro campeonato e, um troféu de destaque no evento, fato que me levou a permanecer na rotina, em período integral. Quando finalizei o ensino fundamental, no início do ensino médio, fui proibido de continuar trabalhando, pelos meus pais, pois queriam que eu me dedicasse aos estudos para prestar o Exame Vestibular de ingresso à Universidade.

Parei de trabalhar na loja de informática, mas comecei a atender às pessoas como autônomo, fazendo manutenção de computadores, por um preço muito abaixo do mercado à época, o que me fez ter numerosos clientes e continuar trabalhando muito. No primeiro ano do ensino médio, conquistei meu primeiro título de campeão mineiro de judô, com lutas difíceis, depois de oito anos de dedicação aos treinos. Estudava o mínimo necessário para ser aprovado e me dedicava, cada vez mais, aos treinos, consertava computadores, mais para ajudar os outros, do que pelo dinheiro em si.

Após ser campeão mineiro pela primeira vez, contava com alguns conhecimentos que os colegas não possuíam e me dedicando à parte teórica do judô, mais do que as pessoas com quem eu convivía, passei a pensar que sabia demais. Então, tive a primeira oportunidade de conhecer mais sobre o judô numa viagem para a cidade São Paulo, capital. Lá, além de conhecer praticantes, superiores tecnicamente, descobri que sabia pouco sobre a arte que eu praticava com tanto empenho.

No retorno a Uberlândia, participei de um treino em conjunto. Apesar de ter me destacado, ainda carregava a decepção das descobertas da última viagem. Na ocasião, retornando para casa após o treino, a pé, com outro praticante, numa caminhada de cerca de 35 minutos, ele me perguntou por que eu estava tão triste, sendo que havia treinado tão bem! Comentei que estava pensando em parar, pois descobri que não sabia quase nada de judô. Nesse momento ele citou uma das frases do professor Jigoro Kano: “Quando perceberes com tristeza que nada sabes, terás feito seu primeiro progresso no aprendizado.”.

Foi uma fala simples, mas me marcou para o resto da vida. Animou-me e contribuiu muito para que eu não desistisse.

Durante o ensino médio acumulei títulos e lesões nas lutas. Treinava judô, jiu-jitsu e kung fu. Participei do meu primeiro campeonato Brasileiro de judô em 2000. Tive a oportunidade de treinar com a seleção Brasileira de judô, que disputaria as vagas para as Olimpíadas de Sidney, na Austrália, no mesmo ano. Por coincidência, durante dois dias, no ônibus com os atletas da seleção, me sentei ao lado dos dois únicos medalhistas no judô nas Olimpíadas naquele ano. Ambos me falaram da cidade de Bastos⁶, no interior de São Paulo, onde há um centro de treinamento de judô que possui um histórico de formação de campeões. Prestei vestibular na Universidade Federal de Uberlândia, no fim de 2000 e, como não fui aprovado, convenci meus pais, com muito custo, a me deixarem treinar judô na cidade de Bastos.

Chegando a Bastos, em 2001, senti um choque de cultura. A cidade, à época capital brasileira do ovo, era uma colônia de japoneses, sendo a grande maioria da população composta por descendentes e mestiços. Muitos dos familiares dos moradores trabalhavam no Japão e enviavam dinheiro para o Brasil. No início, eu não trabalhava, apenas treinava, um treino exaustivo, como jamais vivera antes, mas continuava competindo por um clube de Uberlândia. Devido ao alto custo, meus pais não concordavam em me manter lá por muito tempo e, logo comecei a trabalhar como “peão” em uma granja da cidade para ajudar a me manter.

Com o trabalho na granja, debaixo de sol quente, carregando peso o dia todo e depois treino pesado, no início, fiquei empolgado, me sentindo muito forte, porém eu deveria ter imaginado, o corpo não resistiu muito tempo. Logo, me lesionei, ficando impossibilitado de treinar e trabalhar, e retornei para Uberlândia. Em janeiro de 2002, voltei a Bastos, para fazer uma visita, em um treino de verão. O professor acabou me convidando para morar lá, por conta dele. Neste ano, consegui o maior número de

⁶ História e dados da cidade de Bastos. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/bastos/historico>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

“Em terras da Fazenda Bastos, na vertente direita do rio do Peixe, entre o ribeirão Copaiba, córrego da Fartura ou da Sede e seus afluentes, córregos da Colônia e da Cascata, numa gleba de 12.000 alqueires, em 1928, foi implantado um loteamento sob a administração da Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda. Nessa ocasião eram seus responsáveis, Senjiro Hatanaka, Carlos Kato Kunito Miyasaka, Elpídio Alves, Henrique Ronget Pelegrini e Aníbal Viana, considerados os fundadores de Bastos. A maior parte dos pequenos lotes foi vendida a imigrantes japoneses, que se dedicaram à agricultura e à criação do bicho da seda, chegando a constituir-se no maior centro brasileiro da sericultura”.

títulos que havia conquistado, sendo inclusive campeão mineiro na categoria sênior (para competidores acima de 20 anos de idade) pela primeira vez, mesmo ainda não sendo da categoria. Também consegui uma medalha de bronze no Campeonato Brasileiro, e vários outros títulos.

Ainda em 2002, tive a oportunidade de viver e vencer a xenofobia de uma cultura muito diferente. Quem não era descendente de japonês naquela cidade era discriminado, pois era visível a diferença de costumes e empenho no trabalho e na vida, daqueles que pertenciam à cultura nipônica. Nunca me esquecerei de um evento realizado para levantar recursos para uma associação da cidade, em que vi donos de granjas, alguns milionários, trabalhando como garçons, servindo as mesas para ajudar a entidade. Lembro-me que, com o tempo, passei a ser respeitado como um deles, coisa que não acontecia com outros alunos do Brasil, que ali moravam, para treinar judô. No mesmo ano fui homenageado no *Kaikan*⁷, pelo meu esforço e, pelo que me contaram à época, fui o primeiro não descendente a receber a homenagem.

No início de 2003, de passagem por Uberlândia, fui convidado a dar aulas de judô para a Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (FUTEL)⁸. Como a profissão de Educação Física (EF) estava sendo regulamentada, foi exigido que eu estivesse, ao menos, cursando a graduação. Matriculei-me no curso de EF, em uma faculdade privada na cidade. Trabalhava como professor de judô pela manhã e a tarde, treinava e frequentava a graduação à noite. A disciplina adquirida, durante minha vivência na cidade de Bastos, me fazia ser o primeiro aluno a chegar à sala e o último a sair. Assistia a todas as aulas, sem conversar com ninguém e tentava assimilar tudo que os professores ensinavam. Conseguia médias altas, muitas vezes, apenas prestando atenção nas aulas. Fiquei ainda mais empolgado na graduação quando um professor mencionou que eu poderia conseguir nota, para ser monitor dele. Mesmo sabendo que não havia horário para a atividade, me empolguei, consegui a nota exigida, naquela disciplina e em todas as outras.

Com algumas das notas mais altas da sala, pagava a mensalidade com o meu próprio trabalho. Acabei criando conflitos na turma, pois muitos graduandos queriam

⁷ Kai (prédio), Kan (reunião), são pequenos locais onde se reúnem as colônias japonesas.

⁸ FUTEL – Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/futel/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

faltar às aulas, emendar feriados, reunir-se para reclamar de professores e eu, não me dispunha a participar.

Uma vez que comecei a dar aulas de judô, ainda com 19 anos, fui muito questionado por supervisores e, muitas vezes, confundido com alunos, por vários pais que passavam para se informar sobre as aulas. Trabalhei em dois, de alguns dos bairros considerados perigosos da cidade. Fui ameaçado várias vezes, mas conseguia resolver os conflitos, o que me fez conquistar espaço nesses locais. Levamos vários dos alunos a conhecerem diversas cidades do Brasil e, alguns até fora do país, participando de competições e conseguindo resultados regionais, estaduais, nacionais e mesmo internacionais.

Durante a graduação desenvolvi uma pesquisa que me marcou muito, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo tema foi “O conteúdo Lutas nas aulas de Educação Física nas escolas municipais da cidade de Uberlândia”. Apliquei um questionário aos professores de Educação Física das escolas municipais de Uberlândia, um trabalho muito prazeroso, porém desgastante, pois atingi a maior parte das escolas e tive que, além do trabalho e do curso, em período integral, deslocar-me para entregar e recolher os questionários, analisar os dados e finalizar o trabalho em menos de seis meses. Este trabalho resultou no artigo “O conteúdo lutas nas aulas de Educação Física nas escolas municipais na cidade de Uberlândia”, publicado em uma Revista de Jundiá⁹, apresentado no XI Congresso Paulista de Educação Física (2007).

Ainda no período da graduação, tive contato com a dança de salão, um divisor de águas na minha vida. Muitos que me conheceram dizem que existe o Danilo “antes e depois” da dança. Esse contato fez mudar minha visão de mundo e, inclusive, meu modo de enxergar as técnicas de luta e a forma de ensiná-las. No começo, foi difícil aprender os primeiros passos, apresentava mais dificuldade do que todos os outros que dançavam, mas com o passar do tempo, aquele esforço se tornou prazer e deu um novo sentido para minha vida pois, até então, não tinha ideia do que fazer, quando não aguentasse mais lutar.

⁹ VIEIRA, Danilo A.; SOUZA, Mauro. J. O conteúdo lutas nas aulas de educação física nas Escolas Municipais da Cidade de Uberlândia. In: FONTOURA, P. (Org.) **Coleção Pesquisa em Educação Física** – v.5, n 1 – junho/2007. Jundiá: Fontoura, 2007, p. 389 – 396.

Depois de formado em EF (à época Licenciatura e Bacharelado ainda não estavam separados), comecei a dar aula de judô em escolas privadas, e continuei na FUTEL. Logo, surgiu a oportunidade de cursar Especialização em Educação Física Escolar, na UFU. Encontrei-me com um excelente quadro de professores. Segundo algumas professoras, a especialização havia sido criada, como incentivo à pesquisa e à formação continuada, para que os professores estivessem mais preparados para prestar a seleção do Mestrado em Educação da UFU. O curso não correspondeu às minhas expectativas, por ser demasiadamente teórico. Devido à frustração com a Especialização, sequer pensava em ter qualquer outro contato com cursos voltados para a Educação.

Em 2009, prestei concurso público para professor de Educação Física na Educação Básica da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Fui aprovado e tomei posse em 2010. Foi uma das minhas piores experiências profissionais, ministrar aulas de Educação Física na escola. As estruturas, as condições de trabalho eram precárias, poucos materiais, salas superlotadas, muitos alunos com deficiência por turma e nenhum profissional para dar apoio. Mesmo com os impedimentos, trabalhei nas aulas com futsal, vôlei, handebol, basquete, lutas, atletismo, entre outros, precisando improvisar muitos implementos para desenvolver as atividades. Para assumir este cargo, tive de sair da FUTEL, que pouco tempo depois, lançou um Edital de Concurso. Prestei e fui aprovado. Muitos colegas professores aprovados neste concurso, acumularam os dois cargos. Exonerei-me da Secretaria de Educação do cargo de professor, sem pensar duas vezes. Tomei posse na FUTEL, voltei a dar aulas, somente de judô, muito feliz com o meu trabalho.

Nos anos seguintes, à frente de uma das equipes de competição do Município de Uberlândia, obtivemos várias conquistas. Em 2012, fui campeão brasileiro pela primeira vez, como atleta. Nossa equipe foi campeã regional (disputas entre as equipes do Triângulo mineiro), por vários anos e, em 2016, campeã estadual, pela primeira vez.

Gosto de estar dentro de instituições formais de educação, mas não me sentia motivado a fazer outras especializações. Pensava em fazer Mestrado, mas não encontrava na cidade, um que me atraísse, e não queria sair de Uberlândia e parar de ministrar aulas de judô na FUTEL. Em 2019, vi uma propaganda na TV, sobre Mestrado e Doutorado na Universidade de Uberaba (UNIUBE). Procurei me informar

melhor e, descobri a existência do Mestrado Profissional em Educação em Uberlândia, porém, havia passado o processo seletivo. Matriculei-me como aluno especial e gostei muito. Particpei do processo seletivo e iniciei o curso como aluno regular em 2020.

Por ser praticante desde a infância, por conhecer e aplicar os princípios na vida pessoal, por ter a modalidade como principal fonte de renda, pelo fato de a maioria das crianças e adolescentes estar matriculada em escolas e, por dar aulas da luta no ensino fundamental, apresentei essa proposta de investigação, que busca responder a alguns questionamentos sobre o judô e a educação básica. Tanto na FUTEL, quanto em duas escolas privadas, em que trabalho como professor de judô, a maioria dos estudantes é composta por crianças e adolescentes, apesar de haver adultos treinando também. A ideia é investigar elementos e produzir saberes que possam melhorar a prática e, por consequência, a vida dos alunos.

Logo, após as primeiras aulas, como aluno regular, fomos surpreendidos pela pandemia do COVID-19¹⁰. Enquanto alunos especiais tínhamos aulas presenciais, mas, durante a pandemia, praticamente todas as aulas foram remotas, o que no meu caso, fez perder grande parte da motivação em realizar o curso, apesar de todo empenho do corpo docente. Passei o ano de 2020 estudando outros conteúdos, fazendo vídeo aulas para tentar manter alguns alunos do judô em atividade e, ainda perdi três fontes de renda, o que ocasionou uma queda enorme no faturamento financeiro anual. Um negócio online, que eu estava iniciando, não foi para frente e as escolas privadas tiveram as aulas suspensas. Nestas últimas, eu recebia por alunos e, sem as aulas presenciais foram perdidas as mensalidades que compunham uma parte considerável dos meus rendimentos. Passava horas editando vídeos e inserindo em plataformas para que os alunos pudessem praticar em casa. Como, tanto para assistir aulas, quanto para dar aulas, preferia de forma presencial, a motivação caiu e a dedicação ao trabalho final ficou a desejar.

Em 2021, após concluir as disciplinas do Mestrado, passei a me dedicar com muito empenho para desenvolver a pesquisa, cujos resultados apresento a seguir.

¹⁰ A doença do Coronavírus (COVID-19), é uma doença infecciosa causada pelo Corona vírus SARS-Cov2. Em março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma Pandemia. Disponível em: < <https://www.who.int>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Saber cada dia mais e usar esse saber para o bem, esse é o caminho do verdadeiro judoca. (KANO *apud* DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018, p. 82).

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema, problema e justificativas

Nos últimos anos, têm sido divulgadas em páginas oficiais e nas mídias em geral, notícias sobre alguns movimentos para que o judô seja implantado nas escolas públicas do Brasil (BRASIL 2017; CBJ, 2017; COB, 2019). Justifica-se a implantação no país, por diversas razões: por ser uma modalidade de esporte, de origem japonesa, oriunda de uma cultura diferente, por transcender a prática esportiva; para que a filosofia e princípios sejam introduzidos na educação das crianças; (KANO, 2008a; WATSON, 2011; CBJ, 2013; DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018); pela possível redução da agressividade dos praticantes (SILVA; CASAL, 2000; OLIVIER, 2000; HOKINO; CASAL, 2001; HOSOI, 2011; PACHECO, 2012; CORDEIRO JÚNIOR, 2015). É recorrente o argumento de que o judô, se bem conduzido, pode ser uma excelente ferramenta formativa e, assim, contribuir para o desenvolvimento das crianças e jovens na educação básica.

Como praticante, educador e pesquisador, conforme descrito no Memorial, questionamos: como os princípios que norteiam a prática do judô podem contribuir para a Educação Básica? Existe relação entre a prática de judô, a redução da agressividade e dos casos de *bullying*?

Das questões anteriores podemos aprofundar, levantando outras. Quais são esses princípios e quais as possíveis relações com a educação básica brasileira? Que elementos fundamentam a redução da agressividade com a prática do judô? Há pesquisas recentes que abordam sobre a relação entre *bullying* e a prática do judô?

As atividades físicas e a prática esportiva podem trazer diversos benefícios para as pessoas, como demonstram os estudos da área. De acordo com o *American College*¹¹ (1998), está comprovado que quanto mais ativa é uma pessoa, menos limitações físicas ela possui. Dentre os benefícios, um dos principais é a proteção da capacidade funcional

¹¹ American College of Sports Medicine: O Colégio Americano de Medicina Esportiva, com sede em Indianapolis, Indiana, nos Estados Unidos, é uma grande organização de membros de medicina esportiva e ciência do exercício. Disponível em: <<https://www.acsm.org/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

(desempenho para a realização das atividades da vida diária) em todas as idades, principalmente entre os idosos. Também são associadas às melhorias na circulação, no bem-estar físico e mental, na manutenção saudável de músculos, ossos, articulações, no controle de peso, na redução e controle de riscos associados a diversas doenças, entre outros (AMERICAN COLLEGE, 1998 *apud* FRANCHI; MONTENEGRO, 2005, p. 153).

O esporte pode ser definido como “prática metódica, individual ou coletiva, de jogo ou qualquer atividade que demande exercício físico e destreza, com fins de recreação, manutenção do condicionamento corporal e da saúde e/ou competição”¹². No entanto, mais que essa definição, possui incontestável importância social. Segundo Dunning (1995), este fato pode ser confirmado levando-se em conta três aspectos: “A) Por ser uma das principais fontes de emoção agradável; B) Por ser um dos principais meios de identificação coletiva e; C) Se constitui em um dos pontos que dão sentido às vidas de muitas pessoas” (DUNNING, 1995 *apud* LUCENA, 2008, s/p).

Pode-se considerar ainda, de acordo com esse autor, uma associação entre a busca da emoção, nas sociedades altamente regulamentadas, e onde o controle da violência está, vastamente, internalizado:

A beligerância e a agressão encontram expressão socialmente permitida nos jogos esportivos. E elas se manifestam especialmente em participar como espectador (como por exemplo, em lutas de boxe), na identificação imaginária com um pequeno número de combatentes, a quem uma liberdade moderada e precisamente regulamentada é concebida para liberação dessas emoções. E este viver de emoções assistindo ou mesmo apenas escutando (como, por exemplo, a um comentário na rádio) é um aspecto particularmente característico da sociedade civilizada. (DUNNING, 1995 *apud* LUCENA, 2008, s/p).

Emergem daí várias questões e possibilidades de se pensar o esporte, denotando importância não só para praticantes, mas também para os espectadores. O judô pode ser considerado atividade física, esporte, e um estilo de vida¹³. No decorrer deste trabalho, a modalidade será tratada como um todo, não apenas como um conteúdo da EF escolar.

¹² Oxford Languages and Google. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=Dicion%C3%A1rio#dobs=esporte>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

¹³ Por estilo de vida entende-se, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, traduzido por Portes (2011) “o conjunto de hábitos e costumes que são influenciados, modificados, encorajados ou inibidos pelo prolongado processo de socialização. Esses hábitos e costumes incluem o uso de substâncias tais

O judô tem origem no Japão. O fundador, Jigoro Kano (1860-1938), foi professor, diretor e reitor de diversas instituições educacionais no Japão, atuou junto ao Ministério da Educação naquele país, na introdução de reformas no sistema educacional, incentivou inúmeros estudantes da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio a se dedicarem à profissão docente e a promover a educação esportiva. Registra-se que ele sofreu *bullying*, durante seus anos na escola, e quis aprender a lutar para se defender.

Kano enfatizou que é preciso entender o significado do judô, colocando-o em prática que a arte¹⁴ é o caminho para se usar melhor a energia física e mental para o bem da sociedade (KANO, 2008a, KANO, 2008b). Como professor de judô, não há relatos de que ele tenha incentivado qualquer tipo de violência (WATSON, 2011). Devido ao compromisso em promover a Educação Física, influenciou, nas primeiras décadas do século XX, o aperfeiçoamento físico e escolar das crianças japonesas, reconhecido como colaborador para o melhoramento da saúde e das habilidades de boa parte da força de trabalho da nação, o que se manifestou, por exemplo, na robusta expansão econômica do Japão (WATSON, 2011).

De acordo com Silva (1994), Kano apregoava que a concepção central de sua vida não era a prática de artes marciais, mas a educação. Ensinava o judô, não apenas como treinamento físico ou defesa pessoal, mas como instrumento para educar em sentido amplo.

A educação básica no Brasil engloba estudantes desde os anos iniciais de escolarização, na educação infantil até o ensino médio, e tem como maior público crianças e adolescentes, atendendo também adultos (INEP, 2019). Os números de matrículas na educação básica no Brasil, considerando a obrigatoriedade a partir dos 4 anos, demonstram que esta faixa etária apresenta maiores números de participação, nesta fase da educação, com adesão de mais de 94% de crianças de 4 a 5 anos matriculadas nas escolas (se mantendo acima deste percentual até os 17 anos), quando comparados às crianças de 0 a 3 anos, com menos de 38%. Esses dados estão

como o álcool, fumo, chá ou café, hábitos dietéticos e de exercício. Eles têm importantes implicações para a saúde e são frequentemente objeto de investigações epidemiológicas”. Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/LifestyleJournal/article/view/128/127>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

¹⁴ Kano se refere, frequentemente, ao judô como arte, de forma que sua prática será tratada dessa forma neste texto (KANO 2008a, KANO, 2008b, WATSON, 2011). Esse mesmo tratamento pode ser identificado por outros autores, como, por exemplo, no título do livro “A arte do judô” de Stanlei Virgílio.

disponíveis no Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como uma das metas elevar esses percentuais e são acompanhados, com dados atualizados, pelo Observatório do PNE¹⁵ (BRASIL, 2015). Nesta fase (a partir de 4 anos), em geral, se inicia a prática do judô no país (SOUSA, 2008; CBJ, 2018; LNJ, 2019).

A UNESCO¹⁶ tem como uma de suas áreas de atuação a Educação. Esta Organização declarou o judô como o esporte mais adequado para crianças e jovens, de quatro a vinte e um anos (faixa etária em que se encontra grande parte em idade escolar), uma vez que promove uma educação física integral, permitindo, através do conhecimento e prática regular, o aprimoramento das possibilidades psicomotoras, também destacando-o como um esporte que possibilita o relacionamento saudável com outras pessoas, utilizando o jogo e a luta como um integrador dinâmico¹⁷. No entender da CBJ - Confederação Brasileira de Judô (principal entidade reguladora do esporte no país) - a modalidade transcende a prática esportiva e se torna lema de vida (CBJ, 2013).

Reconhecidos os benefícios da prática do judô, em 2017, um primeiro grupo de professores atuantes no Brasil foi enviado ao Japão¹⁸, berço da modalidade, e após a capacitação, um grupo passou a debater uma proposta de introdução do judô nas escolas públicas do Brasil (BRASIL, 2017; CBJ, 2017). O projeto de implantação nas escolas teve continuidade, com expectativa inicial de se estender até 2020 (BRASIL, 2017, COB, 2019), ano que o mundo foi surpreendido pela pandemia de COVID-19¹⁹. Apesar dos vários benefícios e relações da prática esportiva, das atividades físicas e, até mesmo das lutas, em geral, a ênfase no judô se justifica, pelo objetivo de implementação em

¹⁵ O Observatório do PNE é um projeto de *advocacy* e monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como objetivo contribuir para que ele se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda norteadora das políticas educacionais no País. Disponível em: <<https://www.observatoriodopne.org.br/metlas>>. Acesso em: 21 maio 2021.

¹⁶ Organização criada em 1945, após a segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam as sociedades (UNESCO, 2019). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁷ Citado por CBJ, 2013. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/2924/unesco-declara-judo-como-esporte-mais-adequado-para-criancas.html/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

¹⁸ Parceria entre o Ministério do Esporte, Embaixada do Japão, Confederação Brasileira de Judô, Instituto Kodokan do Brasil, com todos os custos de viagem e treinamento arcados pelo governo japonês. Fonte: Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57725-professores-brasileiros-de-judo-embarcam-para-curso-no-japao>>. Acesso em: 13 maio 2019.

¹⁹ A doença do Corona vírus (COVID-19), conforme mencionado anteriormente, é uma doença infecciosa causada pelo Corona vírus SARS-Cov2. Em março de 2020 a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma Pandemia. Disponível em: <<https://www.who.int>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

escolas públicas, pelos seus princípios e pelo fato de a modalidade ser considerada mais que uma prática esportiva. Para muitos, como mencionado anteriormente, é um ideal, um estilo de vida.

Pretendemos, nesta investigação, contribuir para os estudos que analisam a possível redução da agressividade de praticantes, o que tem sido abordado por alguns autores, e para a compreensão de como a prática do judô pode colaborar para os processos educativos, para amenizar problemas de violência presentes em diversas escolas pelo país (SILVA; CASAL, 2000; OLIVIER, 2000, HOKINO; CASAL, 2001; HOSOI, 2011; PACHECO, 2012; CORDEIRO JÚNIOR, 2015).

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo geral:

Compreender as contribuições e relações entre os princípios e a prática do judô e a educação básica, focalizando o exercício da modalidade e a redução dos casos de *bullying* e de outros tipos de violência escolar.

1.2.2 Objetivos específicos:

1. Revisitar a história do judô, o contexto, seus princípios e sua divulgação desde sua origem no Japão.
2. Analisar políticas públicas nacionais para o esporte, a educação básica e o judô.
3. Mapear e analisar o tema investigado na produção acadêmica (teses, dissertações, livros, e artigos científicos).
4. Discutir os princípios do judô e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento de crianças e jovens na educação básica brasileira.

5. Estabelecer relações entre a prática da modalidade e a redução da agressividade dos praticantes, de casos de *bullying* e de outros tipos de violência escolar.

1.3 Metodologia:

A investigação se insere no campo da abordagem qualitativa em educação. Flick (2009), ao analisar essa abordagem de pesquisa, sugere a utilização de diversos tipos de literatura: teórica, sobre o tema de estudo; empírica sobre pesquisas anteriores; e metodológica sobre como realizar a pesquisa e utilizar os métodos. Assim, nossa pretensão é identificar os resultados de estudos, as teorias utilizadas e discutidas, os conceitos, controvérsias, questões em aberto e o que ainda não foi observado.

Segundo Cozby (2003), antes de começar um projeto é preciso conhecer os resultados de pesquisas anteriores, o que pode tornar as ideias mais claras e contribuir para planejar o estudo.

O trabalho dissertativo, aqui apresentado, consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental, uma busca por referências teóricas, informações, dados e conceitos que possam subsidiar respostas aos problemas propostos, estabelecendo uma análise cuidadosa para manter a qualidade e evitar interpretações equivocadas (FONSECA, 2002).

Para Severino (2007):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Deslandes (2002, p. 32-33) ressalta a importância de uma pesquisa bibliográfica ser disciplinada, uma prática sistemática; ser crítica, estabelecendo “um diálogo

reflexivo entre a teoria e o objeto de investigação”; e ser ampla procurando abranger o conhecimento atual sobre o problema proposto.

Lima e Miotto (2007) afirmam que pesquisa bibliográfica implica na busca por soluções de forma ordenada com atenção ao objeto de estudo, lembrando que ela difere da revisão bibliográfica ou revisão da literatura que é pré-requisito para qualquer pesquisa. Como a leitura, no caso, será a principal técnica, Salvador (1986) recomenda leituras sucessivas para obter informações e dados para cada fase da investigação, citando, inicialmente, uma visão de reconhecimento do material, seguido de uma leitura exploratória, depois um exame mais seletivo, seguido por uma observação reflexiva até chegar a uma análise interpretativa, com o objetivo de relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta.

A pesquisa bibliográfica é um importante procedimento metodológico para produzir conhecimentos científicos e pode gerar, em temas pouco explorados, hipóteses ou interpretações que possibilitam originar novos estudos (LIMA; MIOTTO, 2007).

Para compor o universo bibliográfico foi realizado um levantamento de produções, “estado da arte” ou do conhecimento. De acordo com Ferreira (2002), essas pesquisas de caráter bibliográfico têm o desafio de mapear as produções acadêmicas em certo campo do conhecimento, buscando responder aspectos produzidos em diversos contextos acadêmicos (teses, dissertações, publicações etc.). São reconhecidas por realizarem metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção sobre o tema investigado.

Romanowski e Ens (2006) distinguem “estado da arte” e estado do conhecimento. Para essas autoras, o primeiro se caracteriza por uma busca mais ampla, estudando publicações em periódicos, produções em congressos, não se limitando a estudar resumos de teses e dissertações. Por sua vez, o estado do conhecimento se caracteriza pelo estudo apenas de um setor das publicações sobre o tema.

Inicialmente foram feitas buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES²⁰, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)²¹, na Biblioteca Eletrônica Científica Online (*Scielo*)²², levantando produções acadêmicas sobre o

²⁰ Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

²¹ Disponível em: <<https://bdt.d.ibict.br/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

²² Disponível em: <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

termo/descriptor “judô” em todas as áreas. Após a leitura dos títulos e dos resumos, foram selecionados os trabalhos que não eram voltados, exclusivamente, para desempenho em competições, que pudessem atender a questões voltadas para a educação e publicações relacionadas aos objetivos desta pesquisa.

De forma complementar, foi realizada uma análise de documentos públicos, de acordo com as categorias de Cellard (2012, p. 297). Para o autor, qualquer que seja a documentação, quer de domínio privado ou público, “podem-se repartir os documentos em dois grandes grupos: os que são arquivados e os que não o são”. O *corpus* documental foi composto de documentos advindos de arquivos públicos, tais como Leis, Emendas, Medidas provisórias, entre outros e parte deles não arquivados, como as informações e notícias obtidas em sites oficiais como o do Ministério do Esporte, do Comitê Olímpico Brasileiro e de entidades representativas do judô.

O trabalho de análise está fundamentado em uma leitura analítica das referências selecionadas, para melhor compreensão e interpretação, como proposta por Severino (2007). Primeiramente foram identificados elementos textuais, esclarecimentos sobre o autor, os autores citados, esquematizando o texto para melhor compreensão da mensagem. No segundo momento, foi feita uma análise temática para compreender a mensagem do autor, a ideia central e as secundárias. Na sequência, foi realizada uma interpretação do texto, verificando a situação histórica, filosófica, teórica da mensagem do autor. Em seguida, o trabalho foi problematizado em relação às mensagens do autor. No final, fez-se uma síntese com elaboração de um novo texto baseado em reflexões pessoais (SEVERINO, 2007).

1.4 Como está organizada a dissertação

A dissertação foi organizada iniciando-se por um memorial, com a história do autor, a partir da infância, uma reflexão desde os primeiros aprendizados à docência e pesquisa e estreita vinculação com o objeto de investigação.

Na primeira seção, apresentamos a introdução, delineando o tema, a problematização, as justificativas, os objetivos e a metodologia do estudo.

Na segunda seção, tecemos uma revisão histórica que abrange desde a origem do judô, derivado do antigo *jujutsu*, sua prática no Japão, até sua chegada ao Brasil,

abordando fatos históricos sobre o fundador e os princípios que permeiam a modalidade, com base em obras bibliográficas de Kano (2008a) e Watson (2011).

Na terceira seção, registramos uma análise sobre as políticas de esporte, a educação básica e a parceria entre os dois países na busca pela implantação em escolas públicas, utilizando-se de documentos públicos, como leis, emendas, entre outros, disponibilizados nas plataformas digitais, juntamente com publicações para desenvolver a temática.

Na quarta seção, o objetivo foi apresentar um estado do conhecimento, reunindo produções acadêmicas (dissertações, teses, artigos, livros) sobre o tema, contextualizadas, relacionadas ao judô e às questões que deram origem ao trabalho. É tratado o judô relacionado à educação, ao *bullying* e outros tipos de violência, à competição e à formação docente.

As considerações finais apresentam uma síntese das reflexões sobre os dados da pesquisa, e a compreensão sobre o problema estudado. Acrescentou-se um apêndice, após as referências do trabalho, com um glossário sobre os termos em japonês utilizados no texto.

De acordo com a Portaria Normativa dos Mestrados Profissionais, do Ministério da Educação, o trabalho de conclusão pode ser elaborado em diferentes formatos (BRASIL, 2009b). O produto desta investigação é um artigo científico com as sínteses da pesquisa, a ser publicado em um dos periódicos nacionais, referência na área de educação e esportes.

2. JUDÔ: UMA REVISÃO HISTÓRICA

Este tópico apresenta uma revisão da história, o contexto, os princípios e a divulgação do judô, desde sua origem. Abordamos o processo de desenvolvimento e divulgação, que se destaca com o professor Jigoro Kano (1860-1938), no Japão. Sua origem é baseada no *jujutsu*. Em seguida, são apresentados relatos sobre o que levou o mestre Kano a aprender uma arte marcial, como transformou a antiga arte, os princípios que norteiam sua prática, como o judô se espalhou pelo mundo, o judô no Japão, a chegada ao Brasil e a inclusão como modalidade olímpica.

2.1 O início do judô

O judô é uma atividade de origem japonesa com repercussão mundial, especialmente após tornar-se uma modalidade olímpica, na segunda metade do século XX. Sua origem remete ao período medieval no Japão (1192-1868), quando o país foi dominado pela classe guerreira dos samurais. Esses guerreiros, em geral eram trabalhadores rurais, que defendiam seus povoados. Desenvolveram diversas formas de combate, tornaram-se senhores das terras, assumiram o poder e permaneceram por séculos (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018).

Os samurais possuíam conhecimentos de combate, viviam dentro de um código de honra conhecido como *bushido*, ou caminho do guerreiro, caracterizado por uma forma de viver baseada em valores morais e espirituais que estavam acima da própria vida. Eram leais ao imperador e aos senhores feudais e, morrer em combate era uma honra para a família. Uma de suas formas de combate era o *jujutsu*, uma modalidade de luta corporal, com origem ainda não datada, conforme a literatura consultada (KANO, 2008a; DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018).

No Japão, com o início da Era *Edo*, estabelecida pelo *xogunato* Tokugawa (1603-1867)²³, o país viveu relativa paz e um período de isolamento auto-imposto de

²³**Período Tokugawa**, também chamado de **período Edo**, (1603-1867), o período final do Japão tradicional, um tempo de paz interna, estabilidade política e crescimento econômico sob o xogunato (ditadura militar) fundado por Tokugawa Ieyasu.

cerca de 260 anos (WATSON, 2011). Com a proibição do porte de espadas que ocorreu nesse período, o *jujutsu* era praticado, ensinado por mestres de diversas escolas e estilos. De acordo com Drigo, Lima e Sugizaki (2018, p. 31), o *bushido* foi estruturado, formalmente, “para manter o antigo ideal do espírito guerreiro, o *Budo*”. Ainda de acordo com os autores:

O *bushido* determina que o samurai deve estar preparado para enfrentar a morte e por isso o indivíduo deve cultivar a cada dia a sabedoria, a honra, a coragem e o dever com toda intensidade, conduzido pelo Do (caminho da elevação espiritual), que pode ser alcançado com disciplina, obediência e retidão moral. (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018, p. 31).

Após os anos de isolamento do período Tokugawa, o Japão abriu as fronteiras e deu origem a um novo período, a Era Meiji²⁴ (1868-1912). O governo retirou o apoio às escolas de artes marciais, pois não havia interesse em formar guerreiros, o que condenou ao desaparecimento das atividades ligadas aos samurais (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Foi um período de mudanças no cenário político e econômico do país, em meio às quais nasceu Jigoro Kano, em 1860 (STEVENS, 2007).

2.1.1 Jigoro Kano

Watson²⁵ (2011), em seu livro "Memórias de Jigoro Kano: o início da história do judô", apresenta fatos históricos, objetivos, métodos e a filosofia de Jigoro Kano. Trata-se de uma tradução de sua obra “*Judo Memoirs of Jigoro Kano*”, publicada em 2008, incluindo a tradução de palestras de Kano em japonês, e artigos e entrevistas de Toraei

Sobre isto, disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Tokugawa-period>>. Acesso em: 13 maio 2021.

²⁴ Restauração Meiji, na história japonesa, a revolução política de 1868 que trouxe o fim do xogunato Tokugawa (governo militar) - com isso encerrando o período Edo (Tokugawa) (1603-1867) - e, pelo menos nominalmente, retornou o controle do país para dirigir o governo imperial à Mutsuhito (o imperador Meiji). Em um contexto mais amplo, no entanto, a Restauração Meiji de 1868 veio a ser identificada com a era subsequente de grandes mudanças políticas, econômicas e sociais - o período Meiji (1868–1912) - que trouxe a modernização e ocidentalização do país.

Sobre isto, disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Meiji-Restoration>>. Acesso em: 13 maio 2021.

²⁵ Brian N. Watson nasceu na Inglaterra, é ex-aluno pesquisador especial na Kodokan. Contribuiu para a revista britânica *Judo*, de 1967 a 1985. Correspondente e tradutor japonês, Brian é escritor, estudioso e praticante de judô e é diplomado em estudos japoneses pela escola de Língua Japonesa de Tóquio, pela Universidade Takushoku e pela Universidade de Londres (WATSON, 2011).

Ochiai²⁶ que estão disponíveis, há tempos, ao público japonês. Incorporou, na obra, fatos observados em suas estadias e pesquisas pelo Japão. O autor relata que, eventualmente, Kano repetia conteúdos, então resolveu manter as repetições, tanto pela relevância, quanto para esclarecimentos.

De acordo com Watson (2011), Jigoro Kano, muitas vezes, era questionado sobre porque passou a estudar o *jujutsu* e porque criou o Kodokan, sua primeira escola de artes marciais. As motivações são bem diferentes das razões da criação do judô.

Quando criança, Kano estudava muitas matérias (chinês clássico, caligrafia, inglês etc.). Em 1873 foi estudar em colégio interno, onde todas as disciplinas eram ensinadas na língua inglesa. Embora estivesse no mesmo nível de inglês dos colegas, era fisicamente frágil e ficava sob o domínio dos maiores e mais fortes, sendo forçado a servi-los.

Ainda criança despertou interesse pelo *jujutsu*, por ouvir que, mesmo com pouca força, um praticante poderia derrotar um adversário mais forte. Foi atrás de vários praticantes, pedindo para ser ensinado, mas era recusado por alegarem que a prática não era mais necessária naquela época. Chegou a solicitar de seu próprio pai para pedir a algum dos amigos que o ensinasse, mas percebendo que não teria apoio, conscientizou-se que teria de aprender a fazer as coisas, por si mesmo, e se determinou a encontrar um mestre por seus próprios meios.

Em 1877, aos dezessete anos, ingressou para o Departamento de Literatura da Universidade Imperial de Tóquio. À mesma época, com informações de que osteopatas, anteriormente, ensinavam *jujutsu*, investigou vários deles, até conseguir que um o levasse ao *dojo*²⁷ do mestre Hachinosuke Fukuda (1827-1879), uma sala com 10 tatames (que também era usada como sala de espera), e outra sala adjacente com três tatames (onde os pacientes eram atendidos). No local, Jigoro Kano iniciou sua tão desejada busca pelo *jujutsu*. O estilo ensinado era o Tenjin Shinyo²⁸, sendo cinco alunos na turma, e apenas dois treinavam regularmente. Às vezes, Kano ficava sem parceiro de

²⁶ Diretor de um colégio e ex-aluno de Jigoro Kano (WATSON, 2011).

²⁷ Local de prática. Vem da tradição budista e significa a sala de treinamento tanto da mente quanto do corpo. É o lugar onde se recebem as instruções de um mestre na arte ou em alguma disciplina religiosa.

²⁸ Estilo de *jujutsu* que praticava técnicas de arremesso, com menor enfoque e enfatizava imobilizações, chaves articulares e técnicas de estrangulamento (KANO, 2008a).

treino, por períodos longos, mas continuava frequentando todos os dias e fazia muitos exercícios físicos.

Naquele tempo, os métodos de ensino de lutas eram bem diferentes. Kano era arremessado por Fukuda diversas vezes e, quando pedia para que lhe ensinasse a técnica era projetado novamente, para aprender as técnicas pela própria experiência. Não havia orientações sobre como evitar a dor, resultante dos treinos em que eram mantidas posturas não comuns no cotidiano. Havia dias em que Kano acordava com tanta dor no corpo que mal conseguia sair da cama, e mesmo mancando, não faltava aos treinos. As roupas eram curtas, cobriam apenas até pouco abaixo do meio da coxa e do meio do bíceps, o que deixava o treino doloroso, com joelhos, canelas e cotovelos expostos, que ficavam esfolados. Sentindo necessidade de mais companheiros de treino, ele convidava os amigos, mas a maioria não permanecia (WATSON, 2011).

Um evento marcante na época do *dojo* Fukuda ocorreu em 1879. O ex-presidente dos Estados Unidos (Ulysses Simpson Grant) visitou o Japão e Jigoro Kano foi convidado a fazer uma exibição de *randori* (prática livre) em homenagem à visita. Consta que o colunista norte-americano Julian Street escreveu uma crônica sobre a demonstração. Pouco depois do evento, o mestre Fukuda faleceu, e apesar de haver alunos mais habilidosos, por ser o praticante mais regular, Kano foi solicitado para ser o novo mestre do *dojo* e, embora não acreditasse ter capacidade para assumir, acabou aceitando (WATSON, 2011).

Certo dia foi desafiado para um confronto, por um homem que se dizia mestre de *jujutsu*. Aceitou receoso, marcou a data e no dia esperou, com seu time temeroso pelo confronto, mas os adversários não apareceram.

Havia, neste período, um dos praticantes no *dojo* – Kanekishi Fukushima - que Kano não conseguia superar. Decidido a arremessá-lo de uma forma ou de outra, procurou, primeiramente, um lutador de sumô com a finalidade de aprender técnicas para tentar projetá-lo. Não obteve sucesso, então foi à biblioteca, pesquisar nos livros sobre estilos de lutas ocidentais. Encontrou uma técnica que poderia funcionar (*kata-guruma*), testou em um dos amigos primeiro, e, depois conseguiu aplicá-la em Fukushima, ficando entusiasmado e satisfeito.

Após a morte de Fukuda, apesar de ter assumido a responsabilidade de ensinar o *jujutsu* para os outros alunos, Jigoro Kano não se sentia preparado, e foi buscar mais

conhecimento no *dojo* de Masatomo Iso (1819-1881), que foi mestre de Fukuda. Iso, com mais de 60 anos, era especialista em *kata* (forma) e não praticava mais o *randori* (deixou alunos responsáveis por essa parte).

Pela experiência adquirida, Kano foi convidado para ser instrutor no *dojo* de Iso. Lá havia cerca de 30 praticantes regulares. Eles treinavam primeiro o *kata* e depois o *randori*. Segundo Watson (2011, p. 46), Kano relatava se machucar muito nos treinos, após ter de praticar *randori* com cerca de trinta parceiros, que se surpreendia de não haver “sucumbido à enfermidade”.

Em 1881, o mestre Iso faleceu. Jigoro Kano, novamente, passou a buscar um mestre. Foi apresentado à Tsunetoshi Iikubo (1835-1889), professor do estilo Kito²⁹ de *jujutsu*, estilo diferente do Tenjin Shinyo, praticado por Kano. Enquanto no Tenjin Shinyo, havia muitas técnicas de estrangulamento e imobilizações no solo, o estilo Kito, praticava várias técnicas eficazes de arremesso, muitas que Kano sequer havia conhecido. Embora Iikubo tivesse mais de 50 anos, Kano, no início, não era páreo para ele, no *randori*. Os *katas* no estilo Kito também eram diferentes. Descobrimo a grande variedade de técnicas do outro estilo, Kano passou a estudar e a praticá-las continuamente.

Kano se tornou mais forte fisicamente, atribuindo o fato ao *jujutsu*. Entre outras atividades, o beisebol foi a segunda mais praticada por ele na juventude. Praticou também o remo, destacando que, para quem não morasse perto de um rio ou lago grande, a prática fazia perder um tempo valioso, além de se tornar fatigante. Ele formou um clube de caminhada com os colegas da universidade de Tóquio. Costumavam percorrer áreas montanhosas aos domingos e feriados.

Considerava o beisebol um esporte muito divertido, mas com benefícios limitados como atividade física, quando comparado ao *jujutsu*, posto que se exercitavam poucos grupos musculares. A maioria dos jogadores ficava inativa a maior parte do tempo, eram necessários dois times, um espaço muito grande e, se houvesse jogo, outro time não poderia usar a quadra.

Afora os treinos de *jujutsu*, Jigoro Kano se dedicava aos estudos na Universidade Imperial de Tóquio. Priorizou política e economia, obteve a graduação;

²⁹ Originalmente uma forma de combate corpo a corpo com armadura, que enfatizava mais as técnicas de projeção que as de controle (estrangulamentos, imobilizações e chaves) (KANO, 2008a).

estudou filosofia e literatura inglesa, com docentes estrangeiros contratados pela Universidade. Vários de seus colegas se destacaram como professores, políticos e homens de negócios.

Em 1879, tornou-se professor de Política e Economia na Gakushuin³⁰, a escola da nobreza. Muitas vezes ensinava a alunos mais velhos que ele, inclusive nobres destacados, e membros do parlamento japonês. Nos tempos de estudante, Kano morava em alojamentos, mas quando passou a atuar como professor na Gakushuin, resolveu se mudar e manter uma casa. Ele orientava, ao mesmo tempo, alunos particulares que se preparavam para entrar na Universidade e, assim, se mudou para instalações maiores devido à demanda (WATSON, 211).

2.1.2 Do *jujutsu* ao Judô

Waston (2011) relata que Jigoro Kano, em 1882, alugou duas salas num templo denominado *Eishoji*, uma pessoal, para estudos, e outra para os alunos. A maior, era utilizada como um *dojo* de *jujutsu* para todos aqueles que possuíam o desejo de aprender. O mestre Iikubo foi contratado e dentre os alunos estavam Tsunejiro Tomita (1865-1937) e Shiro Saigo (1866-1922), nomes historicamente conhecidos por praticantes de judô. Com tábuas do chão se soltando, telhas se deslocando, o sacerdote do templo temia que o local fosse destruído e pediu para que a sala não fosse mais utilizada como *dojo*. Então, foi construído um *dojo* para doze tatames ao lado dos portões do templo, que Kano chamou de Kodokan.

Kano era considerado irritadiço na juventude, mas, após alguns anos, treinando *jujutsu*, melhorou a saúde e tornou-se mais calmo, com maior autocontrole. Concluiu que o treinamento necessário para derrotar um inimigo, em batalha, era valioso para a formação do intelecto e para vencer as dificuldades da vida diária. Muitas técnicas tradicionais do *jujutsu* foram criadas para mutilar ou matar, não traziam nada de positivo fisicamente, moralmente ou intelectualmente, mas se fossem modificadas

³⁰ “Escola fundada em 1877 para a educação dos membros da família imperial e da nobreza. Em 1947, depois da abolição do sistema de nobreza, a escola passou a ser uma instituição educacional privada, aberta ao público. Teve o nome trocado para Universidade Gakushuin, está localizada em Toshima, Tóquio” (WATSON, 2011, p. 229).

poderiam ser executadas de maneira menos perigosa, valiosas para o exercício físico e o desenvolvimento das faculdades mentais.

Afora os estilos Tenjin Shinyo e Kito, Kano estudou técnicas de outras escolas (WATSON, 2011). De acordo com Stevens (2007), ele praticava vários estilos, pesquisava métodos clássicos japoneses, e ainda investigou, posteriormente, esportes ocidentais, como a luta Greco-romana e o Boxe. Percebeu que as artes marciais poderiam ser usadas na busca pelo autoaperfeiçoamento. Para criar o judô, formou seu próprio sistema de treinamento físico e mental, adotando as técnicas mais apropriadas, adicionando novas idéias, acreditando que não deveria guardar o conhecimento, mas divulgá-lo por todo o mundo (WATSON, 2011).

Muitos contemporâneos de Kano consideravam as artes marciais ultrapassadas. Assim, muitos daqueles que ensinavam tiveram queda na remuneração. Para tentar reverter esse fato, alguns mestres de *jujutsu* passaram a fazer eventos, desafios, e a cobrar ingressos para elevar seus salários. Desse modo, o mundo das artes marciais se tornou entretenimento, perdendo o verdadeiro caráter dessas atividades, provocando ainda mais, a queda da popularidade do *jujutsu* (WATSON, 2011).

Kano (2008a) afirmava que o propósito do *jujutsu* era o combate, praticado de forma diferente em cada estilo. Entretanto, a educação física e o treinamento mental estavam entre suas metas. Como, durante o treino, o corpo se movimenta de várias maneiras, a prática se torna, indiretamente, uma educação física, e como todas as formas de combate requer inteligência, a mente é treinada de várias maneiras, o que favorece o desenvolvimento da coragem, da postura e de outros benefícios para a vida.

Kano (2008a, p. 19) acreditava que, com algumas melhorias, o *jujutsu* poderia se tornar um “método abrangente de educação física, treinamento intelectual e educação moral”. Então, passou vários anos desenvolvendo sua ideia, mantendo o que em sua concepção valia a pena, e, descartando o restante. Estudou profundamente teorias e técnicas, reorganizando-as para que fossem adequadas à sociedade da época, criando assim o Judô Kodokan.

Watson (2011, p.52) descreve que, devido ao descrédito em relação ao termo *jujutsu*, Kano resolveu empregar outro nome. Em seu judô, deve-se ensinar ao aprendiz primeiramente “o ‘do’ ou ‘caminho para viver a vida’, em outras palavras, um estilo de vida”, para depois aprender as técnicas apropriadas para sua prática. Em suas palavras:

“Quando pensei em um nome para essa nova atividade, propositalmente não o mudei completamente para manter o sentido de ‘ju’, que quer dizer maleável ou flexível, e acrescentei o ‘do’, caminho ou modo de vida”. O termo judô já existia, mas raramente era usado. O nome oficial da arte de Jigoro Kano é “judô Kodokan”, mas a maioria chama simplesmente de judô (WATSON, 2011). Segundo Kano (2008b, p.20), Kodokan é “a escola para estudo do caminho. [...] O judô é mais que uma arte de ataque e defesa. É um modo de vida”.

A palavra judô era pouco utilizada e, quase não era ouvida antes da era Meiji, mas passou a ser muito usada posteriormente (KANO, 2008a). Não havia semelhança com o judô atual. Jigoro Kano teve várias razões para usar o termo judô, no lugar de *jujutsu*, mas a principal é que o “do” (caminho) era o foco principal de ensino no Kodokan, o treinamento não envolvia técnicas perigosas. Não foi utilizado um nome inovador, adicionou apenas a designação de seu *dojo*, pois ele não pretendia dar a impressão de ter inventado algo. Antes da Era Meiji, havia no Japão em torno de cem escolas de *jujustu*, apenas algumas delas mais frequentadas. “A história do judô desde a restauração Meiji é essencialmente a história do judô Kodokan” (KANO, 2008a, p. 22-23).

Kano não desejava que a população associasse o judô Kodokan à violência do *jujutsu*, razão pela qual escolheu técnicas menos perigosas e que trouxessem benefícios para os praticantes (WATSON, 2011). Após a restauração Meiji, as escolas de *jujustu* declinaram, dando a impressão de que iriam acabar. O judô desenvolveu-se em 1882 e, com elementos em comum, se diferenciou do antigo *jujustu*. No passado, não se ensinava a teoria, para que depois os alunos fizessem as técnicas, eles aprendiam fazendo. Na Kodokan, as técnicas eram estudadas para usar melhor as energias mental e física. Assim, em vez de apenas imitar os movimentos de professores, estudantes aprendiam de forma detalhada, compreendendo a razão por trás do que estavam fazendo, aprendendo de forma mais rápida (KANO, 2008a).

2.2 A jornada de Jigoro Kano pelo judô e pela educação

Em 1882, Jigoro Kano manteve o Kodokan e inaugurou a Kobukan, uma escola de inglês, pois queria desenvolver a capacidade acadêmica de estudantes, e o

condicionamento físico. Em um dos locais, onde a Kobukan se instalou, havia um depósito ao lado, que acabou sendo transformado em *dojo* (WATSON, 2011).

Kano encontrava dificuldade para incorporar novos alunos pelo fato de que o local era “frio, austero e úmido”. Desse modo, por vezes, mesmo após muito tempo treinando, os pés permaneciam dormentes. Embora confiante em sua capacidade de ensinar, as pessoas o consideravam “um recém-formado inexperiente” (WATSON, 2011 p. 64). Somava-se o fato de que muitos ainda ignoravam que o judô era diferente do *jujutsu*, considerado ultrapassado. Kano se empenhava, ao máximo, para ajudar os alunos, ficando à disposição por horas, aguardando caso alguém chegasse para treinar e, após alguns anos, demonstrava-se satisfeito por ver o progresso e relembrar que o empenho, naquele período, foi recompensado.

Segundo Watson (2011, p. 69), desde jovem, Kano, manifestava um forte interesse pela educação, e à mesma época abriu outra escola, de caráter preparatório, a Kano Juku (1882). No início as instruções eram mais informais e descontraídas, apenas em 1884, foi introduzida sua “primeira política formal”. Ele observava que alguns alunos de famílias mais ricas eram egoístas, mimados e sem força de vontade. Por outro lado, aqueles pertencentes às famílias mais pobres, que possuíam uma vida mais difícil, apresentavam maior força de vontade. Chegou à conclusão de que as crianças superprotegidas deveriam experimentar regras mais rigorosas.

Neste mesmo ano, mudou-se para uma casa espaçosa, com mais de seis quartos e, apesar de adequada para acomodar alunos, nenhum cômodo era suficiente para a prática do judô. Uma sala foi adaptada e, mesmo com poucos alunos, não era apropriada. Diferentemente dos espaços anteriores, agora havia um *dojo* nas instalações. Tiveram, então, mais liberdade para treinar, o que resultou em aprimoramento dos alunos. Alguns se tornaram aptos para dirigir os treinos na ausência de Kano. Logo depois, ele foi promovido a professor titular da Gakushuin, que havia se tornado escola pública. Ministrava aulas todos os dias e voltava correndo para ensinar judô, sendo que, muitas vezes, lia livros à espera da chegada dos alunos.

Permanecia no local, preparado para treinar algum aluno que chegasse, e orientava os residentes a se empenharem para manter os não residentes interessados. O número de alunos foi aumentando e, logo precisaram construir um novo *dojo*, ao redor da casa. O treinamento de inverno (*kangeiko*) teve um grande impulso no *dojo*, e apesar

de ter sido em grande parte, descontinuado após a era Meiji, Kano resolveu mantê-lo, como trabalho suplementar, para cultivar o espírito de tolerância física e mental, não apenas para preparar para o frio no inverno, mas incentivar a superação nas dificuldades da vida.

Ainda em 1884, ele foi nomeado professor de Economia da Escola agrícola de Komaba (atual Universidade Agrícola de Tóquio)³¹.

Kano criou regras flexíveis na Kano Juku, no entanto, os alunos deveriam estar na cama às 21:30 horas (os mais jovens às 21 horas) e se levantar às 4:45 horas. Cada dia, um deles era responsável por despertar os outros, e todos deveriam arrumar os quartos. Havia um sistema de escala para faxina do local, horários para estudos, treinamentos, refeições e descanso. Os alunos de famílias ricas pagavam mensalidades e os de família pobres estudavam gratuitamente, mas ele insistia no tratamento igualitário; não havia favoritismo. Os alunos só podiam sair em grupos e, quando autorizados. Os mais velhos podiam receber dinheiro dos pais, os mais jovens não.

Todos treinavam judô, diariamente, e, aos domingos Kano ministrava palestras sobre assuntos diversos e conselhos para uma vida bem-sucedida. O regime adotado, foi baseado num templo budista, que seu pai frequentou. O local estava sempre limpo e bem conservado. Ele acreditava que um modelo semelhante seria bom para o desenvolvimento do caráter dos alunos.

Segundo Watson (2011, p. 72), Kano introduziu uma cerimônia de ano novo em 1884, que era “uma representação do ato de contribuir para a sociedade”, simbolizando que os alunos haviam superado dificuldades e adquirido virtudes.

Em 1885, ministrava aulas na Gakushuin, e assumiu atividades administrativas, tratando de assuntos gerais da faculdade e de dois departamentos. Nessa época, começou a pesquisar sobre educação em sentido mais amplo. Pouco tempo depois, foi indicado para diretor da Gakushuin com a aprovação do Imperador.

Quando Jigoro Kano inaugurou o Kodokan, os principais mestres de Tenjin Shinyo Jujutsu haviam morrido. Mesmo lecionando, continuou recebendo instruções de Kito jujutsu com Tsunetoshi Iikubo até pouco depois de 1885. Embora tivesse mais de 50 anos, Iikubo era superior no *randori*, mas Kano fazia estudos por conta própria. Estudando o *kuzushi* (desequilíbrio) e colocando-o em prática, em 1885 finalmente,

³¹ Tokyo University of Agriculture. Disponível em: <<https://www.nodai.ac.jp/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

conseguiu derrubar Iikubo, pela primeira vez, e não ser projetado. Identificou oito direções de desequilíbrio, afirmando que bastava identificar o exato momento em que um adversário perde o equilíbrio, atacando na mesma direção da instabilidade para que os arremessos fossem bem-sucedidos.

Quando comentou com Iikubo, a criação de seu método de desequilíbrio, o mestre considerou sua conclusão válida. Após isso, nunca mais fizeram *randori*, mas Kano continuou a aprender *kata* com Iikubo. Pouco tempo depois, Kano foi presenteado com uma licença, recebendo um certificado de mestre em Kito *jujutsu*, e uma vestimenta, o *densho* (para alunos que atingem a capacidade de um mestre). Mestres de *jujutsu* mencionavam que o judô Kodokan apresentava um repertório maior de arremessos de pernas e quadris, porém a essência da diferença estava no método de desequilíbrio, tática exclusiva do judô Kodokan.

As competições foram introduzidas para os alunos treinarem com mais dedicação. No Kodokan, eram mensais e foram elaboradas em 1885.

Em 1885 e 1886 os primeiros estrangeiros começaram a frequentar o Kodokan. Um deles muito robusto, com cerca de 100 kg. Mesmo assim, Shiro Saigo, que era bem menor e mais leve, o projetava com certa facilidade. Esta e outras proezas de Saigo (como derrotar mestres que o desafiavam) se espalhavam nas conversas. Tornou-se um tipo de celebridade, atraindo diversos novos alunos para o Kodokan.

Em 1886, Kano se aproximou do Visconde Yajiro Shinagawa (1843-1900), que fora nomeado ministro plenipotenciário³² na Alemanha. Ele possuía uma casa grande e

³² Nos atos relacionados com o comprometimento internacional, o chefe de Estado dispõe de autoridade fluente de seu cargo, nada se lhe exigindo de semelhante à apresentação de uma carta de plenos poderes mesmo porque é impossível atinar com quem expediria, em seu favor, semelhante credencial. A prática internacional, ora espelhada na Convenção de Viena, atribui idêntico estatuto de representatividade ao chefe do governo quando essa função, qual sucede no parlamentarismo, seja distinta da precedente. Um terceiro dignitário possui ainda essa qualidade representativa ampla: trata-se do ministro de Estado responsável pelas relações exteriores, em qualquer sistema de governo. Aqui, porém, importa destacar certa distinção entre o ministro especializado e as duas autoridades precedentes. A representatividade do chefe de Estado e do chefe do governo pode entender-se originária, o que não sucede no caso do ministro, que a tem derivada. Reina um generalizado sentimento da impropriedade de se ajustar ao chefe de Estado, ou ao chefe do governo, o rótulo de plenipotenciário, visto que esta expressão intuitivamente se assemelha a mandatário, e só parece adequada a quem se viu conceder os plenos poderes não a quem por natureza detém tais poderes. O ministro das relações exteriores se entende um plenipotenciário no quadro internacional desde o momento em que investido pelo chefe de Estado, ou pelo chefe do governo, naquela função especializada. Disponível em: <<https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2078268/o-que-significa-dizer-que-o-ministro-das-relacoes-exteriores-e-plenipotenciario-andrea-russar-rachel>>. Acesso em: 13 maio 2021.

luxuosa e a ofereceu para que Kano se mudasse para lá com os alunos até que ele retornasse da Alemanha.

Segundo Watson (2011, p. 76), por volta de 1887, Kano concluiu a criação da arte. No princípio, as aulas se concentravam em: “desenvolvimento do físico, sucesso em competições, cultivo da sabedoria e da virtude e aplicação desses princípios na vida diária de cada um”. Esperava que os ensinamentos do *dojo* fossem levados para a vida. Lamentava que, quando mais jovem, talvez por falta de experiência, não tivesse conseguido influenciar todos os alunos, mas as intenções eram sinceras e os princípios foram mantidos.

Eles se mudaram e, em 1888, montaram o *dojo* em um lote vago, próximo à casa de Shinagawa. Kano considerou esses anos muito importantes, pois, da mudança para a casa do Visconde, até sua primeira viagem para o exterior, em 1889, o Kodokan subiu de 98 para 605 novos associados.

Entre 1886 e 1889, o número de alunos matriculados no Kano Juku variava em torno de 60. Era exigido que todos praticassem judô. Nesse período, vários alunos do Kodokan se especializaram em judô, e os alunos do Kano Juku, embora não se especializassem, treinavam com o mesmo empenho.

Devido à boa reputação do Kodokan recebiam, cada vez mais, desafios de escolas de *jujutsu* e, apesar de muitos não comparecerem nas datas marcadas, aqueles que apareciam eram derrotados. Os alunos de *jujutsu* de Hikosuke Totsuka (1813-1886) eram considerados os mais habilidosos, antes da restauração Meiji. Hideyoshi Totsuka foi seu sucessor após a restauração. Como o Kodokan estava começando a ter certa reputação, em 1888, chamou a atenção da Agência Nacional de Polícia.

Autoridades da Agência Nacional de Polícia convocaram diversos especialistas em Artes marciais no país para uma competição. O Kodokan também foi notificado e teve que enviar seus representantes para o evento. Os praticantes de judô executavam bem as técnicas de projeção, mas, por vezes, encontravam dificuldades no solo, realizando revisões e estudos dessas técnicas.

Então, foi convocado um confronto entre os alunos do Kodokan contra praticantes de diversas escolas de *jujutsu*. Os instrutores de Tenjin Shinyo e de Kito haviam perdido os confrontos para os especialistas de Totsuka em competições

anteriores. Foram dois ou três empates e as demais partidas vencidas pelos alunos do Kodokan.

Os guardas da prisão de Chiba eram treinados por homens de Totsuka. Posteriormente à competição, Hideyoshi Totsuka e vários de seus principais praticantes foram visitar o Kodokan, para assistir uma palestra sobre os métodos de treinamento do judô, o que deixou Kano muito satisfeito.

Como alguns alunos de Jigoro Kano estavam matriculados na academia naval, sugeriram a criação de um Departamento de Judô na Academia. Kano concordou em enviar instrutores qualificados. Consta que aumentou o nível dos alunos da marinha. Daí em diante, foram se formando bons judocas, não apenas lá, mas em outros *dojos* criados no mesmo período, inclusive na Gakushuin e na Universidade Imperial de Tóquio.

De acordo com Watson (2011, p. 92), quando Jigoro Kano foi nomeado diretor da Gakushuin teve que gerenciar os negócios da Faculdade, era responsável pela “nomeação e supervisão do corpo docente, bem como a revisão da estrutura curricular e dos métodos de estudo”. Naquele tempo, Kano ponderava que a instituição deveria dar aos estudantes uma formação mais abrangente do que a de outras faculdades e que, filhos de aristocratas e alunos de origem menos privilegiada, deveriam ser educados numa linha semelhante, acreditando que todas as escolas que formavam “os filhos da nobreza deveriam adotar postura semelhante”.

Em 1889, recebeu uma proposta de viajar para o exterior e aceitou-a, convicto de que deveria observar as tendências pedagógicas estrangeiras. Shiro Saigo e mais dois alunos ficaram responsáveis pelo Kodokan e pelo Kano Juku em sua ausência. Embarcou no dia 13 de setembro de 1889, chegando ao Porto de Marselha, na França, no dia 15 de outubro, época em que pouco japoneses viajavam para o exterior.

Após concluir sua viagem de pesquisas na Europa, retornou ao Japão, em 1891. Recebeu diversas ofertas de trabalho e tornou-se conselheiro do Ministério da Educação. Após o falecimento do diretor do Colégio Número Cinco de Kumamoto, em Kyushu, o cargo foi oferecido a Jigoro Kano, que aceitou.

No dia 7 de agosto de 1891, Kano se casou com Sumako Takazoe³³. Do dia seguinte até setembro ficaram em um Resort nas montanhas. No mês seguinte, deixou a esposa em Tóquio e partiu para Kumamoto.

Em Kumamoto, Jigoro Kano percebeu que as artes marciais não eram tão difundidas como imaginava. No Ginásio Número Cinco, reconhecido pelo Ministério da Educação como a principal instituição de ensino da região, não havia *dojo*. Improvisou um na escola e, um em sua residência, e em pouco tempo inaugurou uma filial do *Kodokan* em Kumamoto.

Kano era solicitado para inspeção em outras escolas, o que lhe permitiu conhecer vários outros diretores e executivos do governo local. Não havia universidade na região e ele era favorável à criação. Mas, foi nomeado para um cargo em Tóquio e, por muito tempo, não houve progresso nos planos de fundação de uma universidade em Kyushu.

Em 1893, quando foi chamado a Tóquio, pelo Ministério da Educação, para a administração do departamento de livros, não pretendia deixar o cargo em Kumamoto. Todavia, compreendendo a importância de credenciar os livros didáticos das escolas do país, da intenção do Ministério em fazer reformas educacionais e, tendo sido chamado para participar desse processo, Kano - que desejava para o Japão reformas semelhantes às implantadas na Europa - decidiu aceitar, renunciando ao cargo em Kumamoto. Houve manifestação popular para que ele permanecesse como diretor, mas conseguiu a compreensão de todos, explicando a importância do novo cargo e nomeou um de seus alunos para o Ginásio e para a filial do *Kodokan*.

No Ministério da Educação, se viu diante de uma enormidade de livros. Todos precisavam ser analisados, cuidadosamente, para serem aprovados ou rejeitados, e enviados para as escolas. O quadro de funcionários era reduzido. Ele e os auxiliares trabalharam várias noites consecutivas, até altas horas, para classificar os livros no tempo determinado. No mesmo período, era favorável a reformas para otimizar as universidades, a fim de reduzir o tempo para proficiência dos alunos, mas havia opositores, e algumas propostas não seguiram em frente.

Ainda em 1893, foi solicitado pelo ministro da Educação, a se tornar diretor do Ginásio Número Um. Como preferia a vida acadêmica, e terminadas a avaliação e seleção dos livros didáticos, aceitou o cargo. Watson (2011, p. 102) relata que, pouco

³³ O casal teve oito filhos, sendo cinco meninas e três meninos (STEVENS, 2007).

tempo depois, no mesmo ano, o reitor da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio renunciou, e declinou a oferta do cargo, mas Kano foi pressionado e teve que acumular três atribuições: “Conselheiro do Ministério da Educação, Diretor do Ginásio Número Um e Reitor da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio”.

Kano estava insatisfeito com a qualidade do ensino oferecido na faculdade e estava determinando a elevar o nível. Paralelamente, incluía responsabilidade sobre vários alunos, bem capacitados no Ginásio Número Um, disposto a incentivar a vida acadêmica deles. Embora não fosse tão demandado no Ministério, a exigência elevada nas escolas não permitiu que ele permanecesse nos três postos por muito tempo. Conseguiu que o ministro nomeasse um diretor para o Ginásio Número Um, permanecendo na Faculdade de Formação de Professores, em tempo integral. Renunciou ao cargo para assumir, como chefe do Gabinete de Educação Geral, em 1898, mas retornou para a Faculdade em 1901, onde permaneceu até 1921, quando aposentou-se (WATSON, 2011).

De acordo com Silva (1994), por volta de 1893, Kano começou a ensinar judô para um grupo de mulheres, prática pouco comum no *jujutsu*, até então. Ainda que as mulheres não tivessem acesso oficial ao Kodokan, ele acreditava que a luta poderia influenciar no treinamento e no caráter delas.

Segundo Watson (2011), em 1894, Kano comprou uma casa que vinha acompanhada de um lote, onde considerou ser o local ideal para construir seu *dojo* com mais de cem tatames. Na inauguração estavam presentes vários entusiastas do *budo*. Kano queria expandir o judô Kodokan por todo o país.

Depois de se tornar diretor da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio, lhe foi sugerido que um instrutor do Kodokan ensinasse judô no local. Uma sala desocupada foi usada como *dojo* até a construção de um ginásio próprio. O número de praticantes cresceu muito.

No início, os professores não possuíam formação acadêmica, mas possuíam o espírito do judô. Para Kano, se os primeiros professores tivessem acesso ao conhecimento dos graduados pelo departamento de Educação Física da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio, o nível do judô seria muito melhor.

De 1882 a 1894, os frequentadores do Kodokan não pagavam nenhuma taxa, pois Kano bancava as despesas, a remuneração e assistência financeira de instrutores, e

suas próprias despesas pessoais. Utilizava seu salário de professor e as rendas extras de seus trabalhos como tradutor. Quando passou a cobrar, o objetivo não era obter lucro, mas reduzir espectadores curiosos. Obteve o efeito desejado.

No início do Kodokan, Kano oferecia palestras aos alunos sobre assuntos diversos (técnicas, katas, como se tornar pessoas responsáveis na sociedade, como ter êxito na vida, entre outros). Conforme sua agenda foi ficando sobrecarregada, ele fez com que os alunos avançados se preparassem e ministrassem palestras. Com o passar do tempo, viu a necessidade de publicar regularmente revistas, para maior alcance do conhecimento. A primeira delas, em 1898, era voltada não apenas para os interessados em judô, mas aos jovens de maneira geral. Assim, conseguiu difundir suas ideias de maneira regular e atingindo um público maior.

Na primeira revista publicada, a *Kokushi* (1898), o primeiro artigo versava sobre a sociedade *Zoshikai*, com o objetivo de orientar os jovens para desenvolver corpo e mente saudáveis, para lidar com o mundo moderno. Kano era o chefe da equipe editorial (WATSON, 2011).

De acordo com Stevens (2007), em 1902, numa viagem oficial de inspeção a instituições educacionais, Kano visitou a China. Na volta, expandiu a academia que havia fundado para estudantes de intercâmbio chineses.

Watson (2011, p. 106) menciona que foi solicitado a Kano colaborar na educação de estudantes chineses que residiam em Tóquio. Ele se comprometeu a “ajudar no aconselhamento e na supervisão dos escolhidos para a tarefa de lecionar”. Os estudantes chineses foram transferidos para a *Kobu Gakuin*, onde o corpo discente cresceu, rapidamente. Em 1903, foi inaugurado um *dojo* no local e aqueles estudantes foram incentivados a praticar judô, alguns deles recebendo a faixa preta.

A partir de 1904, foi cobrada uma taxa simbólica mensal e, pela primeira vez, parte das despesas de manutenção passou a ser proveniente dessas mensalidades. A meta não era a arrecadação, mas ensinar um caminho de vida.

Jigoro Kano concluiu que se os futuros professores praticassem judô ou atividades relacionadas ao esporte, isso ajudaria a serem mais eficientes no ensino das disciplinas acadêmicas. De acordo com Watson (2011, p. 109), em 1906, ele introduziu um curso que combinava estudos em humanidades e treinamento em ginástica e, mais tarde, cursos que “ensinavam as disciplinas acadêmicas juntamente com o judô, kendo e

outros esportes”. Entendia, assim, que ao formar professores mais eficientes, haveria estudantes mais motivados para as tarefas escolares. Estendeu o curso de Educação Física de três para quatro anos e ampliou o currículo, incluindo “ética, educação, fisiologia e anatomia, junto com aulas de ginástica, judô, kendo e outras artes” (WATSON, 2011, p. 109).

Com o crescimento do judô, o Kodokan tornou-se uma autoridade para desenvolvimento da modalidade no Japão, passando a ter função de órgão corporativo, se transformando em uma fundação, constituída juridicamente. Em 1909, o estatuto foi submetido às autoridades governamentais para aprovação (WATSON, 2011). Ainda no mesmo ano, Jigoro Kano se destacou como o primeiro japonês a se tornar membro do Comitê Olímpico Internacional (KANO, 2008b).

O primeiro funcionário eleito da fundação foi o presidente Jigoro Kano. A instituição recebeu diversas doações, mesmo sem ter solicitado, que permitiram ao Kodokan se sustentar por um tempo, mas logo a questão financeira voltou a ser uma preocupação para manter o local. O judô cresceu, o Kodokan ultrapassou 15 mil faixas pretas, e contava com mais de 40 mil associados. Assim foram necessárias novas doações. Receberam quantias generosas, mesmo com o Japão em recessão.

De acordo com Watson (2011), Kano se preocupava com a formação no judô. Entendia que, se a preparação não fosse adequada, teria efeitos adversos no desenvolvimento do caráter. Enfatizava a necessidade de revisões periódicas para que não houvesse influências indesejadas nas futuras gerações. No seu pensamento, os instrutores deveriam ter conhecimento em ética e outros campos do saber, juntamente com aptidão técnica no judô, e ser devidamente remunerados para um padrão de vida razoável. Alertava para a necessidade de instalações destinadas a pesquisas em diversas áreas (*bujutsu*, treinamento físico, educação moral etc.) e que os instrutores deveriam realizar suas próprias pesquisas, enquanto ainda ensinavam.

Em 1915, foi fundado o Judokai, sociedade de entusiastas de judô, para promover ainda mais o conhecimento. Com a expansão econômica do Japão, o judô e outros aspectos da sua cultura passaram a ter impacto também fora do país. O apoio do Kodokan e do Judokai seria fundamental para aumentar os *dojos* e enviar professores de judô mais preparados. Assim como Kano acreditava que os jovens deveriam entender os princípios do judô, usando-o para aperfeiçoar a si mesmos e contribuir para a sociedade,

ênfatizava que os membros do Judokai deveriam melhorar o próprio desenvolvimento intelectual, ensinando não apenas técnicas, mas aspectos que pudessem ajudar no desenvolvimento da cidadania.

O Judokai tinha como objetivos difundir o judô através de revistas e livros; palestras e cursos de formação; envio de inspetores e instrutores para dar aulas; incentivo da difusão entre os estudantes. Desse modo, a revista Judô foi criada em 1916. As primeiras edições continham tópicos, como: formação da mente e do corpo; reforma da sociedade (beneficiar os outros e a nós mesmos, uso eficiente do dinheiro, prevenção quanto ao excesso de luxo); dedicar esforço mental e físico a causas nobres; relação entre o melhor uso da energia mental e física e a escolha da profissão; o judô e a prevenção dos males sociais; judô e autoconhecimento; judô e êxito na vida; a vida do estudante e o judô; a vida social e a vida no judô; o judô e a alegria; higiene e judô; a missão do judô e o desenvolvimento dos esportes; a vitória e a derrota; a responsabilidade com a sociedade; o mau comportamento e o judô; a erradicação dos males sociais; saúde e judô, etc.

Kano aconselhava estudantes a lerem os artigos e não usarem as técnicas de judô para fins equivocados. Ele recomendava métodos diferentes para os diversos alunos, como por exemplo, a utilização de espadas macias para o treinamento com as crianças. De acordo com Watson (2011, p. 148), ele ensinava que “o principal objetivo de um praticante do judô é o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral para beneficiar a sociedade”. Baseado em sua experiência de vida, ensinava os jovens a demonstrarem gentileza aos semelhantes, o que traria benefícios a si próprios.

Para ampliar os conhecimentos de seus leitores, a revista possuía colunas sobre assuntos nacionais e internacionais como: poesia, artes cênicas, literatura, moralidade, boletins de judô, *kendo*, natação, tópicos esportivos e respostas às perguntas recebidas. Seria necessário um número superior a 6 mil assinantes para manter a revista, mas com o passar do tempo, não atingia mais de 4 mil, e a publicação foi encerrada.

O Kodokan possuía filiais em inúmeros lugares no Japão e, em 1918, iniciaram as atividades da primeira filial no exterior, na Coréia, em Seul e consta-se que havia professores ensinando judô em outros países, como o exemplo de Yoshiaki Yamashita

(1875-1935), aluno de Jigoro Kano, que foi para os Estados Unidos em 1903³⁴ (STEVENS, 2007, WATSON, 2011).

No ano de 1919, Kano conheceu John Dewey (1859-1952)³⁵, renomado educador norte-americano. Conversaram sobre educação identificando paralelos entre suas abordagens e foram ao Kodokan. Dewey ficou impressionado, chegando a afirmar que a educação física de Kano era muito superior a do ocidente, pois trazia alta dimensão espiritual, recomendando estudos sobre o assunto (CASADO; VILLAMÓN, 2009).

Em 1921, Kano deixou o cargo de diretor da faculdade e viajou para a Europa e para os Estados Unidos com o objetivo de observar as mudanças econômicas e religiosas ocorridas após sua última visita nesses locais, antes da guerra. Uma viagem considerada curta, mas esclarecedora (WATSON, 2011).

Ainda de acordo com Watson (2011), Kano relatou que, em sua pesquisa sobre judô, aprendeu muito sobre artes marciais em geral. Teve como lição mais importante: para alcançar uma meta digna na vida, devemos nos empenhar de corpo e alma para atingir os objetivos. Nas artes marciais antigas, muitas vezes, o conhecimento era usado para a sobrevivência, mas no mundo moderno, seus princípios devem ir além desse propósito e ser usados para fins positivos.

Kano afirmava que as pessoas devem saber lidar com a consequência dos males da corrupção no mundo, não podem se descuidar da saúde, para que possamos beneficiar a nós e aos outros. Devemos levar nossas habilidades para além do *dojo*, buscando um progresso eficiente. No seu entender: “Se bem compreendidos e aplicados a todas as atividades, dentro e fora do *dojo*, os princípios básicos do judô podem proporcionar boa saúde, vigilância mental e bom discernimento moral, qualidade que contribuem para a preservação do bem-estar” (WATSON, 2011, p. 157). Jigoro Kano acreditava que se as autoridades buscassem o desenvolvimento saudável da população, fariam a nação prosperar. Nessa perspectiva, criou o Conselho de Cultura do Kodokan, em 1922, reconfigurando o Judokai.

³⁴ Yamashita fez uma apresentação do judô Kodokan para o presidente Roosevelt que, impressionado, conseguiu-lhe um cargo de instrutor na academia naval dos Estados Unidos (STEVENS, 2007).

³⁵ John Dewey: filósofo e educador americano que foi cofundador do movimento filosófico conhecido como pragmatismo, um pioneiro da psicologia funcional, um teórico inovador da democracia e um líder do movimento progressista na educação nos Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/John-Dewey>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Neste período, as relações internacionais do Japão eram complexas, no entanto, ele acreditava que o país deveria se esforçar para manter relações amigáveis com outros países. Questionava o fato de que muitos japoneses estavam “confusos do ponto de vista ideológico”, assim como a busca apenas por prazeres das classes economicamente privilegiadas. Também se preocupava com a possível desintegração da sociedade por meio de conflitos entre capitalistas e trabalhadores. Aqueles que possuíam experiência em pesquisa no Kodokan dispunham seu trabalho para o bem da sociedade, fato que, no seu entender, poderia ser ampliado no Conselho de Cultura, contribuindo para maior bem-estar público (WATSON, 2011, p.157-158).

Segundo Watson (2011), o Conselho apresentava como objetivos promover a ideia do *seiryoku zenyo* – usar melhor nossas energias –, que pode ser aplicada a todos os aspectos da vida, à medida que se centra em:

1. Buscar o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral de cada indivíduo a fim de que ele seja capaz de beneficiar a sociedade.
2. Respeitar a história do Japão e o trabalho de ajudar a melhorar o que se considera necessário para o bem da nação.
3. Contribuir para a harmonização da sociedade com a ajuda e o compromisso mútuos entre indivíduos bem como entre organizações.
4. Procurar a eliminação pacífica do preconceito racial no mundo pela promoção de atividades culturais. (WATSON, 2011, p. 158).

Para o sucesso do empreendimento, era sugerido o próprio aperfeiçoamento, sendo este acompanhado do aperfeiçoamento da sociedade, como base para a prosperidade mundial. Como a Judokai desenvolvia muitas pesquisas na área técnica, o Conselho de Cultura foi mais direcionado para metas acadêmicas.

Pouco tempo após a criação desse Conselho, Kano foi indicado para a Câmara dos Nobres, visto que havia poucos integrantes com experiência em assuntos educacionais. Ele nunca havia considerado a possibilidade de ocupar tal vaga. O principal motivo de sua falta de entusiasmo para a política eram as inúmeras discussões sobre ideologia, que, no seu entender, geravam muita perda de tempo. Simultaneamente, ele via a necessidade de melhorias na sociedade.

Entendia que o ensino superior era um poderoso meio para realizar reformas sociais, para tanto docentes precisariam de boa formação, devendo ser capazes de motivar estudantes a se empenharem, sendo necessárias instituições que formassem

educadores. A despeito de ser esse um dos objetivos da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio, não conseguia atingir todo seu potencial. Nesse sentido, resolveu ser membro da Câmara dos Nobres, voltando seus esforços para desenvolver o Kodokan e o Conselho de Cultura, conseguindo financiamento extra para a Faculdade de Formação de Professores de Tóquio, que acabou por receber um impulso significativo.

Supervisionava e orientava o Kodokan e o Conselho de Cultura, enquanto teve influência expressiva na reforma governamental do sistema de educação. Exerceu função parlamentar, mas não se alinhou a nenhum grupo político ao ingressar na Câmara dos Nobres, pois entendia que evitando conflitos ajudaria no bom funcionamento do governo.

Em 1923, foi inaugurado o Conselho de Cultura do Kodokan com presenças ilustres como o Primeiro-ministro, o Governador de Tóquio, o Ministro da educação, entre outros. Mesmo não praticantes do judô elogiavam os objetivos do Conselho.

De acordo com Watson (2011), Kano se empenhou, novamente, na publicação de duas revistas (Ozei e Judokai), com o objetivo de aconselhar estudantes a ter êxito na vida e evitar conflitos, chamar a atenção dos leitores para a opinião de estudiosos sobre assuntos como ideologia, política, problemas sociais, economia, etc. Havia ainda textos com especialistas em biologia, psicologia, treinamento físico, alimentação e saúde, entre outros. Novamente, devido aos custos elevados de impressão, foram interrompidas. Decidiu-se, então, publicar apenas uma revista: Judô.

Devido a grande expansão do Kodokan, era difícil um contato mais próximo entre os praticantes, e um relacionamento mais familiar. Foi criada, então, a Associação dos Faixas-Pretas, na década de 1920, à época com cerca de 10 mil participantes, com proposta de um Kodokan central e, uma ou mais filiais, em cada Prefeitura do país. Os principais objetivos eram aproximar os praticantes, aumentar o número de pesquisas científicas sobre o judô e publicar seus resultados, foi criado, inclusive, um departamento de pesquisas com essa finalidade (WATSON, 2011).

Pouco tempo após a criação do Conselho de Cultura Kodokan e das Associações dos Faixas-Pretas, ambos se espalharam pelo país e no exterior. Kano passou a viajar, frequentemente, para proferir palestras e explicar aos membros a essência e a finalidade do judô, pois, desde o início, como profissional de ensino,

entendeu que “a estratégia mais prática a adotar na educação é disseminar o conhecimento para o maior número de estudantes possível” (WATSON, 2011, p. 174).

Quando atuou como diretor da Faculdade de Formação de Professores de Tóquio, supervisionou a formação de muitos dos futuros professores da nação. Uma vez formados, muitos exerceram a atividade docente nas escolas primárias e secundárias, principalmente afiliadas. Devido a essas e outras funções era difícil ensinar judô a pequenos grupos de alunos avançados. Mesmo depois de anos, ele ainda questionava qual seria o melhor método para esse ensino, pois, qualquer que fosse escolhido, todos possuíam seus méritos e deméritos. Com o tempo, conseguiu alguns sucessores bem capacitados e, considerava que esse fato seria um bom exemplo para o melhor uso de suas energias.

Devido à falta de recursos para o Kodokan, era necessária a criação do Conselho de Cultura, para o qual ele desembolsava recursos próprios. Os objetivos do judô dificilmente seriam atingidos apenas praticando a modalidade no *dojo*, então o conhecimento a mais fornecido pelo Conselho facilitaria atingi-los, atuando como uma extensão do treinamento e auxiliando o praticante a enfrentar as circunstâncias da vida (WATSON, 2011).

Segundo Silva (1994), em 1923, criou-se a divisão feminina do Kodokan, instituindo, assim, oficialmente, a instrução para mulheres, ainda separada da seção masculina³⁶. Em 1926, foi realizada a primeira conferência para o judô feminino, estabelecendo-se seus princípios gerais. De acordo com Stevens (2007, p. 45), “Kano sempre havia encorajado ativamente a prática de judô para as mulheres - ele costumava afirmar: ‘Se você realmente quer entender o judô, observe as mulheres treinarem’”.

No ano de 1924, fundou-se a primeira filial da Kodokan no Brasil, por Tatsuo Okoshi, na cidade de São Paulo (COSTA, 2005).

Em 1928, Kano realizou diversas viagens pela Europa, e acompanhou os Jogos Olímpicos de Amsterdã, na Holanda. Quando encontrava oportunidade, divulgava a arte, que estava presente em vários países. Sua expectativa era ver estrangeiros e japoneses “trabalhando juntos com espírito de cooperação a fim de atingir os nossos ideais por meio do judô” (WATSON, 2011, p.182).

³⁶ De acordo com Silva (1994) essa separação só acabou no final da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Stevens (2007), em 1929, Rabindranath Tagore (1861-1941), filósofo indiano e prêmio Nobel, em visita ao Kodokan, solicitou a Jigoro Kano o envio de um instrutor de judô para ensinar na Universidade que estava sendo construída em Bombaim. O judô criou raízes na Índia, sendo praticado até hoje (JFI, 2021).

Os últimos anos de Jigoro Kano foram consumidos por constantes viagens. Ele ficou doente e faleceu no dia 4 de maio 1938, aos 78 anos, voltando de uma reunião do Comitê Olímpico Internacional, no Cairo, Egito, onde conseguiu que as Olimpíadas de 1940 acontecessem no Japão, o que não ocorreu devido à Segunda Guerra Mundial (STEVENS, 2007). Após a Guerra, o judô se estruturou como esporte de competição no mundo (COSTA, 2005). A modalidade foi recebida com êxito, porém em versão diferente da projetada por Kano (BRUM, 2016).

As Olimpíadas de Tóquio foram realizadas em 1964, quando a modalidade, finalmente, estreou. Kano tinha uma postura neutra em relação à inclusão do judô nos jogos. Estava incomodado com a crescente busca por vitórias dos praticantes e receava que a inclusão nas Olimpíadas se tornasse um instrumento de nacionalismo. Ele era a favor de torneios abertos internacionais, mas não queria ver os países se enfrentando na briga por superioridade racial. De acordo com Stevens (2007), o judô exibido nas Olimpíadas de 1964 tinha pouco em comum com os ideais do judô Kodokan.

O judô foi reconhecido como modalidade olímpica desde 1972, nos jogos de Munique, na Alemanha. O fato propiciou publicidade ao esporte, que hoje é praticado por milhões de pessoas pelo mundo (WATSON, 2011). O judô feminino participou, como demonstração, nas olimpíadas de Seul, na Coreia do Sul, em 1988, e passou a disputar medalhas olímpicas em Barcelona, Espanha, em 1992 (SILVA, 1994, BRUM, 2016).

No século XXI, a Federação Internacional de Judô implantou mudanças (como nas regras de combate e nos uniformes) para deixar o esporte mais atrativo ao público, se inspirando em modelos de outros esportes competitivos, se tornando produto comercial, sendo transmitido pela televisão e obedecendo à lógica de mercado (BRUM, 2016).

2.3 Ensinaamentos do judô

Na palavra judô, o “Ju” tem relação com a suavidade, leveza e o “do” é um caminho de vida, como já abordado anteriormente (STEVENS, 2007, KANO, 2008a, KANO, 2008b, WATSON, 2011, DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Juntamente com as ideias do nome da arte, Jigoro Kano enfatizava dois ensinamentos: *Seiryoku zenyo* (princípio da máxima eficiência) e *jita-kyoei* (bem-estar e benefícios mútuos), que estão relacionados com o melhor uso das energias física e mental para o bem da sociedade, atingindo a todos por um mundo melhor (KANO, 2008a, KANO, 2008b, WATSON, 2011, DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018).

De acordo com Watson (2011), Jigoro Kano afirmava que o objetivo principal do judô era treinar corpo e mente com a prática de ataque e defesa para se aperfeiçoar e, ao mesmo tempo, trazer benefícios ao mundo. Ele apurou sua arte, promovendo-a nacional e internacionalmente para jovens, idosos, homens e mulheres, dedicando-se à mesma todos os dias de sua vida. Kano (2008a) afirmava que as técnicas do judô se baseiam em várias teorias. Não importa qual seja o objetivo, para atingi-lo podemos empregar nossa energia física e mental trabalhando de forma mais eficiente.

Em um *atemi waza* (golpe traumático), este exemplo se aplica quando atingimos com precisão um ponto vital; em um *nage waza* (técnica de projeção), quando acertamos o momento de uma técnica com boa distribuição do peso, com o adversário desequilibrado no sentido da força dele, permitindo arremessar, facilmente, até mesmo adversários muito mais pesados. No *katame waza* (técnica de controle), o exemplo pode ser observado na posição de aplicação de um estrangulamento, quando as mãos e os braços estão bem posicionados fazem um maior efeito, mais rápido e dificulta a defesa. Nesse sentido, *seiryoku zenyo* consiste em usar a energia de maneira mais eficiente, princípio que pode ser usado em qualquer circunstância.

Ainda de acordo com Kano (2008a, p. 61), sozinho é mais fácil aplicar o *seiryoku zenyo*, mas quando há um grupo, basta uma pessoa agir de forma egoísta para surgirem conflitos. “O conflito gera perda para todos, assim como a harmonia gera ganho para todos”. Se um grupo de pessoas vive junto, elas podem se ajudar mutuamente, se complementando com seus pontos fortes, trazendo vantagens que não

teriam sozinhas. Trata-se do *jita kyoei*, que é a prosperidade mútua, por meio da colaboração de todos.

Se o grupo agir de forma harmoniosa como uma só pessoa, poderá usar melhor sua energia, princípio que pode ser aplicado, até mesmo com população de milhões de pessoas. “Se *seiryoku zenyo* e *jita kyoei* forem implementados, a vida social continuará a progredir e a se desenvolver naturalmente e, como membros da sociedade, cada um poderá atingir os resultados que deseja para si” (KANO, 2008a, p. 61).

Defendendo o *jita kyoei*, reforçava que, para viver em paz, é preferível uma relação de ajuda mútua e cooperação, e disposição para considerar opiniões alheias e para o entendimento, procurando benefícios não apenas para nós mesmos, mas para outros também. Devemos ser ativos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, cultivar uma conduta moral exemplar, sendo modelos para influenciar os outros. De acordo com Jigoro Kano, esse fato dificilmente teria oposição de seguidores do budismo, do confucionismo ou do cristianismo, alegando que os líderes espirituais tendem a seguir uma conduta exemplar (WATSON, 2011).

Uma vez que teve sucesso em aplicar o princípio da máxima eficiência em técnicas de ataque e defesa, buscou empregar o mesmo princípio na melhoria da saúde, como educação física (KANO, 2008b), focando no aprimoramento do ser humano e no bem-estar de todos.

Segundo Kano (2008b, p. 25), para atingir os objetivos, os principais métodos de treinamento eram o *randori* e o *kata*. O *kata* “é um sistema de movimentos preestabelecidos que ensina os fundamentos do ataque e da defesa”. Inclui entre outras técnicas, pancadas e projeções que também são praticadas no *randori*. Algumas técnicas são praticadas apenas no *kata* por se tratar de movimentos determinados anteriormente, e um praticante já conhece a ação do outro.

Os praticantes de *jujutsu* enfatizavam os *katas*, até mesmo para a segurança nos treinos. Jigoro Kano, com a prática do judô, conseguiu trazer o *randori* em evidência (WATSON, 2011).

O *randori*, embora signifique “prática livre”, permite, normalmente, algumas projeções, imobilizações, chaves articulares e estrangulamentos, dentro de regras revisadas constantemente, sendo principais condições, para obtenção de máximo

benefício, a ideia de seguir a etiqueta do judô cuidando para que uns não machuquem os outros (KANO, 2008b).

Kano (2008a) enfatiza que lutar contra outra pessoa não é o verdadeiro propósito da prática do judô. No *randori* é comum as pessoas acharem que o objetivo é apenas derrotar outra pessoa. Usar a força pode ser uma forma de derrotar um oponente, mas o ideal é aprender defesas com habilidade, adaptar-se à energia do adversário para desequilibrá-lo e aproveitar a oportunidade para aplicar uma técnica. No início, poderão ocorrer algumas derrotas, mas fazem parte do aprendizado para, futuramente, derrotar adversários mais fortes.

O mestre cita o exemplo de Shiro Saigo, que era um dos lutadores mais arremessados no treino e quando superou o medo de cair, passou a assumir uma postura mais ofensiva, deixando os oponentes na defensiva e com os ataques fragilizados, enquanto podia aplicar golpes à vontade. O *randori* precisa ser exercitado com garra e uma postura natural e, apesar de dificilmente usarem os *atemi waza*, devem ser praticados imaginando-se que o adversário pode recorrer a eles a qualquer momento. Em alguns casos é aceitável o uso da postura defensiva, mas apenas, temporariamente, sempre que possível mantendo uma postura natural.

Ainda de acordo com Kano (2008a), a maioria das pessoas se concentra na prática do *randori* e deixa os *kata* de lado. Ao que tudo indica esse fato também ocorria no passado. O *randori* é mais interessante que o *kata*, porém, quando se trata de coisas benéficas, o ideal é não recorrer apenas ao que é mais atrativo. Ele sugere a prática do *kata* com o mesmo entusiasmo do *randori*.

O *randori* tem como objetivo desenvolver um corpo bem proporcionado, porém, como existe um espírito competitivo, é inevitável que os músculos não sejam usados de forma igual. O *kata* tem sua importância como educação física, mas como arte marcial, é ainda mais necessário, pois ajuda a aprender sobre os pontos vitais do corpo, exercitar para que o *atemi* seja mais eficiente, devendo ser praticado com frequência para reagir automaticamente. O *randori* pode ser praticado até idade avançada, no entanto, se houver interrupção por tempo prolongado, pode haver problemas conforme o envelhecimento progride. O *kata*, por sua vez, pode ser praticado com relativa facilidade até uma idade avançada. Jigoro Kano recomendava a prática constante e

entusiasmada do *kata* desde a juventude, para um caminho longo no judô até mais idade (KANO, 2008a).

No entender de Kano, os dois principais métodos de treinamento traziam benefícios para a mente, a ética e a estética. A mente é treinada, visando concentração para realizar os movimentos, é necessário estar alerta o tempo todo, aprender a analisar e tomar decisões rápidas, principalmente no *randori*. Em suas palavras (KANO, 2008b, p. 27), “atenção, observação, imaginação, raciocínio e julgamento” são aprimorados e são úteis tanto no *dojo*, quando na vida diária.

Nessa perspectiva, certas compreensões da prática se transformam em treinamento ético. Pessoas que ficam nervosas por qualquer motivo descobrem que a raiva é um desperdício de energia e exerce efeitos negativos nelas próprias, e nos outros. A prática também melhora a autoconfiança, mostra que o excesso de preocupação e o estado negativo da mente são desperdícios de energia, principalmente, quando culpamos outros por nossas próprias falhas (KANO, 2008b).

Em relação à estética, Kano (2008b, p. 28) afirma que “a prática do judô traz muita satisfação”, como “a sensação agradável que os exercícios trazem”, “a satisfação de aprender a dominar os movimentos”, “a alegria de vencer competições”, “a beleza e o prazer de ter um desempenho elegante” e de ver que outros do mesmo modo conseguiram, sendo essa “a essência do aspecto estético do judô”.

Como o judô foi bem-sucedido como arte marcial, acreditava que o seria em outras áreas. Entendia que certos métodos de educação física pelo mundo não apresentavam metas definidas. Para ele, a finalidade dessa Educação Física seria desenvolver um corpo saudável, forte e útil para a sociedade, ao mesmo tempo, que desenvolvesse “a habilidade de cultivar a mente” (KANO, 2008a, p. 46).

Jigoro Kano defendia a prática esportiva e a educação física com métodos de treinamento, seguindo o princípio do *seiryoku zenyo*, para desenvolver um corpo saudável e útil para a vida. Segundo ele, a competição estimula a prática, porém, quando a ideia é apenas vencer, algumas partes do corpo podem ser negligenciadas e a musculatura se desenvolve de forma desequilibrada e, com abusos no corpo, os praticantes acabam se prejudicando e lesionando.

Elogiava a natação, caminhadas, corridas e ginásticas com aparelhos, sugerindo a prática de atividades que trouxessem benefícios, um corpo útil e saudável, e não por

estar na moda. Afirmava que os esportes competitivos deveriam ser estimulados, porém avaliados com cuidado, sendo esse um dos motivos que o encorajaram a levar os jogos olímpicos para o Japão.

Segundo Kano (2008a), para ter sentido, os exercícios feitos nas escolas deveriam continuar após a fase escolar. A prática de artes marciais necessitava de um método que permitisse um desenvolvimento integral do corpo, com a utilização de ambos os lados. Defendia a popularização da Educação Física em todo o país.

Para Kano (2008a), sobrecarregar-se com muitas coisas triviais seria contraproducente. Produzir resultados melhores com o treinamento mental exigia objetivos claros por parte de docentes e discentes. O *seiryoku zenyo* necessita de aplicação de energia, de maneira eficiente, para atingir os objetivos escolhidos. Desse modo, entendia que aplicando o princípio ensinado pelo judô a todas as metas, seria possível conseguir eficiência e progresso em tudo.

Kano (2008a, p. 55) afirmava que “só se pode esperar a prosperidade de uma nação se a população estiver plena de energia, e essa vitalidade depende do treinamento mental e físico que essas pessoas recebem”. Em 1882, observou o ponto forte de várias escolas de *jujutsu* e foi com base em conceitos científicos modernos e princípios educacionais que estabeleceu o judô Kodokan, tornando o treinamento mental e físico seu propósito básico. Em suas palavras:

[...] assim como é necessário estudar vários assuntos durante a vida, também é necessário que nos tornemos uma pessoa que pode, aperfeiçoando-se, fazer uma análise de qualquer assunto, mesmo não sabendo nada a respeito. Isso é judô. [...] independente do objetivo, para conseguir o que queremos, precisamos investir nossa energia mental e física para trabalhar de maneira mais eficiente. (KANO, 2008a, p. 65).

O número de pessoas seguidoras desses ensinamentos aumentou no Japão e no mundo, sendo o judô praticado com entusiasmo, favorecendo o progresso para pessoas de todas as classes sociais. O Judô Kodokan é um ensinamento de artes literárias e militares, e a pessoa deve começar com a técnica e trilhar o “do” (caminho), buscando treinamento intelectual e educação moral.

Ainda de acordo com Kano (2008a, p. 59), a educação moral deve ser realizada com base no conhecimento. É preciso conhecer o que é bom e o que é ruim, o que é

certo e o que é errado, desenvolver a inteligência para compreender essa percepção. A educação moral envolve as emoções, pois para saber diferenciar as coisas positivas das negativas, é preciso ser treinado, emocionalmente, para gostar do que é bom e evitar o que é ruim. “Se a moral não for cultivada intelectual e emocionalmente, não se chegará a bons resultados”. Para tanto, o hábito e a força de vontade devem ser treinados, para que não resulte em incapacidade de se fazer o que se considera correto.

Mesmo quando o judô era percebido apenas como arte marcial, ainda assim, fazia parte da cultura japonesa, com um significado limitado. Nem todas as pessoas conseguem compreender o significado completo do judô. Tornou-se comum pessoas de outras partes do mundo procurar Jigoro Kano para aprofundar conhecimentos sobre os princípios do judô, indício de que não apenas as técnicas estavam se espalhando, mas o espírito e o significado também.

Kano divulgou o judô nos Estados Unidos, no Canadá, no México e em vários locais na Europa, enquanto tentava levar os jogos Olímpicos para o Japão. Para que as técnicas pudessem ser aplicadas de forma automática, precisavam, segundo ele, ser treinadas com regularidade. Logo, o judô Kodokan passou a ser incorporado como arte marcial e educação física ao mesmo tempo.

Como citado, seria errado acreditar que o judô termina no *dojo*, vai muito além, possui um significado universal³⁷ e profundo. A prática marcial é apenas uma parte dele. Sua prática pode ser aplicada como educação física, à educação moral, como treinamento intelectual, interação social, administração e à vida diária.

Podem se somar ao mencionado, as frases clássicas do judô, como as máximas de Jigoro Kano, mais conhecidas como “o espírito do judô”:

1. Praticar judô é educar a mente para pensar com velocidade e exatidão, bem como o corpo, para obedecer com justeza;
2. O corpo é uma arma, cuja eficiência depende da precisão com que se usa a inteligência;
3. Saber cada dia um pouco mais e usá-lo todos os dias para o bem, esse é o caminho do verdadeiro judoca;

³⁷ Os conceitos filosófico/educativos estabelecidos por Kano possuem forte característica de atemporalidade e universalidade, pois foram construídos sobre conceitos de moralidade extraídos e transformados das religiões/filosofias orientais e de teorias da educação e filosofias de pensadores europeus sobre este tema (SANTOS, 2013).

4. O judoca é o que possui inteligência para compreender aquilo que lhe ensinam e paciência para ensinar o que aprendeu aos seus semelhantes;
5. O judoca não se aperfeiçoa para lutar, e sim, luta para se aperfeiçoar; Quando verificares com tristeza de que não sabes nada, terás feito teu primeiro progresso no aprendizado;
6. Quem teme perder já está vencido;
7. Nunca te orgulhes de haver vencido a um adversário. Ao que venceste hoje poderá derrotar-te amanhã. A única vitória que perdura é a que se conquista sobre a própria ignorância;
8. Somente se aproxima da perfeição quem a procura com constância, sabedoria e, sobretudo com humildade;
9. Conhecer-se é dominar-se, dominar-se é triunfar (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018, p. 82).

Estas frases instigam a busca pelo conhecimento, o autoconhecimento, o aperfeiçoamento constante, humildade, saber lidar com as vitórias e as derrotas, aprender e ensinar etc. Alguns aspectos sociais relevantes podem ser observados, como o respeito por si próprio e pelo próximo, hierarquia, senso de colaboração, fraternidade, trabalho em equipe, liderança, respeito às regras, entre outros (SIMÕES FILHO, 2017).

Para fortalecer o caráter filosófico da prática do judô e seus praticantes crescerem como pessoas, o mestre Jigoro Kano idealizou um código moral, baseado em oito princípios básicos:

1. Cortesia, para ser educado no trato com os outros;
2. Coragem, para enfrentar as dificuldades com bravura;
3. Honestidade, para ser verdadeiro em seus pensamentos e ações;
4. Honra, para fazer o que é certo e se manter de acordo com seus princípios;
5. Modéstia, para não agir e pensar de maneira egoísta;
6. Respeito, para conviver harmoniosamente com os outros;
7. Autocontrole, para estar no comando das suas emoções;
8. Amizade, para ser um bom companheiro e amigo (CBJ)³⁸.

Kano (2008a) frisava ser necessário escolher muito bem ao que se dedicar e não desperdiçar energia com o que não terá utilidade. Dedicção é bom, até um limite aceitável, e para não prejudicar a saúde, é preciso tomar cuidado com os excessos. Nesse sentido, seguindo o *seiryoku zenyo*, não se deve dedicar demais a algo se estiver exausto. Mesmo quando se trata de poupar dinheiro, esse princípio deve ser adotado para ter sucesso. A reclamação é citada como um desperdício de energia, pois esta

³⁸ Disponível em: <http://www.cbj.com.br/historia_do_judo/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

poderia ser usada de modo mais eficiente. É importante se livrar de sentimentos desagradáveis e não guardar rancor, assim emprega-se a energia para o próprio bem e o bem da sociedade, princípio a ser aplicado todos os dias.

Outro aspecto destacado é a necessidade de se alimentar bem, se permitindo, em atos para o bem, ocasionalmente, pular alguma refeição, mas não com frequência. Usando o *seiryoku zenyo* no trabalho é possível encontrar soluções para qualquer obstáculo, atingindo-se tudo o que se deseja, conseguindo uma vida gratificante.

Por meio do judô é possível até trabalhar princípios religiosos e filosóficos, que podem ser colocados em prática, com metas semelhantes, porém com caminhos diferentes. Inicia-se com a prática do *waza* (técnica) e embarca-se no “do” (caminho), e com o tempo, serão aplicados em todos os aspectos da vida. A ideia de prosperidade mútua deveria ser respeitada entre as nações, devendo cada país promovê-la pelo bem mundial. Assim, o fundador do judô esperava que o espírito que a arte traz, possibilitasse encontrar a paz mundial e o bem-estar da humanidade.

Segundo Kano (2008a, p. 78), o bom uso da energia é um importante estudo da atividade humana, e pode ser alcançado treinando o corpo e a mente, sendo o treino de ataque e defesa um meio pelo qual podemos atingir um fim. Para ele, “o valor real de uma pessoa é determinado com base no quanto ela contribui para a sociedade durante a vida”.

O praticante de judô deve ter em mente que “o propósito do judô é ajudar a pessoa a se aperfeiçoar para que possa contribuir para a sociedade” (KANO, 2008a, p. 78), enfatizando isso quando for ensinar outras pessoas. Considerava que a verdadeira amizade significa dar conselhos sérios, com generosidade e sem medo de ofender. É preciso analisar a vida com cuidado, ter paciência nas escolhas, encontrar a melhor maneira de contribuir para a sociedade e para a vida no futuro. O planejamento merece muita atenção, pois o sucesso ou fracasso dependem dele.

O propósito do judô não é diferente daquele das pessoas comuns (o aperfeiçoamento do ser humano, que deve contribuir para a sociedade e adaptar-se ao seu tempo), e sua prática nos capacita a encontrar os meios mais apropriados, facilitando a obtenção de todo tipo de sucesso. Mesmo que o judô não seja praticado em forma de *kata* e *randori*, se seu significado for compreendido, qualquer pessoa pode levar uma vida que atinja as metas por ele propostas.

2.4 Considerações sobre o processo de criação à divulgação

De acordo com Santos (2013, p. 164), o desenvolvimento do judô Kodokan foi construído num “processo de integração de valores e pensamentos provenientes dos sistemas simbólicos orientais e ocidentais”. A criação aconteceu “a partir de um modelo de pensamento sistêmico, que combinava aspectos da tradição oriental numa síntese consciente com os estudos ocidentais, integrados ao contexto sócio- histórico político da época”.

Com o início do período Meiji, em 1868, o imperador assumiu a autoridade, que até então era apenas simbólica. O Japão se abriu para o restante do mundo, com acelerada modernização e ocidentalização do país, que passou por várias mudanças econômicas, políticas e sociais. O pensamento japonês sofreu influência ocidental (BRUM, 2016). As relações com os países ocidentais deram início aos contatos com o capitalismo euro-americano, que uma vez introduzido, originou o capitalismo nipônico, com novas organizações para o país (YAMASHIRO, 1964).

De acordo com Yamashiro (1964), com o eixo político transferido para a corte, ocorreram alguns conflitos com a nova situação. Alguns líderes ortodoxos pretendiam eliminar completamente as influências do passado e introduzir reformas radicais na própria corte. Entre as mudanças, algumas tinham o intuito de impedir o restabelecimento de governos militares e assegurar a autoridade da monarquia. Uma das diretrizes da era Meiji, entre outras, estabelecia: “5. - Procurar o saber em todas as partes do mundo, a fim de alevantar as glórias do regime imperial” (YAMASHIRO, 1964, p. 147).

A diretriz citada, assim como outras quatro, faziam parte do documento chamado “Juramento dos cinco artigos”, que foi o ponto de partida do desenvolvimento do país no período Meiji. A restauração da monarquia foi comunicada aos países amigos, com declarações da intenção de estreitar relações com todas as nações. A população foi orientada a seguir a política de boa vontade com os estrangeiros. O governo buscou relações amistosas com o exterior para estimular o progresso do Japão.

O governo imperial conseguiu unificar administrativamente o país, com um governo centralizado nos moldes ocidentais. Dentre as reformas, embora especificados

no registro civil os aristocratas, os descendentes dos antigos samurais e o povo, todos eram considerados iguais perante a lei, na qualidade de súditos do imperador, não havendo mais restrições quanto à escolha de profissões ou carreira.

Com essas medidas algumas pessoas conseguiram melhorar sua posição, mas muitos descendentes de samurais perderam seu meio de vida e ficaram na miséria. O governo ensinou-lhes métodos europeus de empreendimento comercial e industrial. Os impostos territoriais passaram a ser fontes importantes da receita nacional. Foi emitido o “yen” como moeda e a nova unidade monetária facilitou as transações e o comércio exterior. Surgiram os primeiros trens, carruagens, navios a vapor, que aceleravam o transporte. O governo instalou correios e também começaram a funcionar telégrafos e telefones. Instalaram-se firmas comerciais e industriais, bancos, entre outros (YAMASHIRO, 1964).

Técnicas ocidentais foram introduzidas para desenvolver a indústria. Alguns japoneses foram enviados à América e à Europa para capacitação. Vários técnicos e cientistas estrangeiros chegaram ao Japão. O conhecimento ocidental se difundiu rapidamente, transformando a instrução e a cultura. No início da Era Meiji, a maior influência tinha origem nos Estados Unidos e na Inglaterra, depois passaram a receber influência da França, Alemanha e outros países.

Para difundir a instrução, o governo criou escolas primárias, secundárias e superiores, explicando ao povo sua importância, buscando educar, igualmente, as mulheres, aproximando a instrução para ambos os sexos e para todas as classes. Em pouco tempo o analfabetismo praticamente deixou de existir em todo o Japão. De acordo com Yamashiro (1964, p. 153):

A introdução da ciência ocidental constituiu a base do progresso dos estudos no Japão. Desde a literatura, direito e medicina até a agronomia, todos os ramos do conhecimento humano ganharam considerável impulso nessa época.

Muitos cientistas ocidentais foram contratados pelas universidades japonesas. Também o estudo dos clássicos nacionais e chineses, que havia decaído durante certo tempo, teve grande incremento.

Além do budismo e do shintoísmo, o culto do cristianismo se difundiu amplamente. Vieram missionários estrangeiros, especialmente americanos, em grande número, para a difusão da doutrina de Cristo. Surgiram igrejas e templos cristãos em várias partes do país.

Diante das novas influências culturais, os costumes mudaram radicalmente, incluindo trajes europeus, cortes de cabelos e até a alimentação com influência ocidental. Eram vistos até mesmo bailes e outras festas em modelos europeus. Foram criadas revistas, jornais. Construíram prédios; a luz elétrica e lâmpadas a gás passaram a iluminar as cidades.

Como os países, considerados civilizados à época, possuíam Constituição, o Japão procurou elaborar sua própria Carta Magna, enviando membros à Europa para estudar aquelas de vários países, até que em 11 de fevereiro de 1889 foi promulgada a Constituição Japonesa e o Estatuto Imperial. Em seguida, foram publicados os Códigos Civil, Comercial, entre outros.

Foram assinados tratados diplomáticos com países europeus, com os Estados Unidos, China, Coréia. Para reformar os tratados era necessária a organização interna, estabelecer leis e mudar os costumes do povo conforme padrões ocidentais, copiando os modelos estrangeiros com a maior rapidez possível.

Yukichi Fukuzawa (1835-1901) foi o mentor prático e teórico do desenvolvimento do capitalismo nativo. Sua influência no Japão moderno é comparada a de Adam Smith³⁹ (1723-1790) na Inglaterra.

A atividade agrícola constituía desde a antiguidade a principal fonte de produção japonesa. No período Meiji desenvolveram-se as indústrias e, para atender às necessidades de consumo, era preciso de capital e mão de obra. Embora tardiamente, o Japão entrava na era do Capitalismo, aos poucos fazendo concorrência com países altamente industrializados. A introdução das máquinas e o desenvolvimento industrial, acentuado com a eletricidade, levaram ao enriquecimento do país.

Ao mesmo tempo que os costumes ocidentais foram introduzidos rapidamente, o interesse por coisas do passado, literatura clássica e a história japonesa foram cultivados. As pesquisas e estudos científicos se intensificavam com a criação de universidades.

Com o apoio da opinião pública, a ideia da Restauração Meiji infiltrou-se em todas as camadas sociais, representando o fim do feudalismo e o início do capitalismo industrial. De acordo com Yamashiro (1964), os primeiros anos dessa Era foram de

³⁹ Filósofo e economista britânico nascido na Escócia. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Adam-Smith>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

transição e conflitos, mas com a consolidação do novo regime, o novo sistema se estabeleceu. Para o autor, os livros foram os maiores fatores de influência na formação do novo Japão.

Em busca de desenvolvimento do Japão no século XIX, os estudiosos traduziram diversos livros estrangeiros especializados com escritos de Herbert Spencer (1820-1903), John Stuart Mill (1806-1873), Samuel Smiles (1812-1904), entre outros, com grande aceitação do público. Ao que tudo indica, Jigoro Kano, possivelmente, foi influenciado por alguns desses autores (WATSON, 2011).

Dentre as obras, *O Poder da Vontade*, de Smiles, foi traduzido para o japonês em 1871 e vendeu milhares de exemplares no país, sendo comercializado ainda no século XXI. A obra, que promove a ética no trabalho, tem preceitos semelhantes aos que Kano destacava com entusiasmo em seus escritos.

Watson (2011, p. 204) destaca que o conceito de “três educações: aquisição de conhecimento, estudo da moralidade e educação física”, mencionado por Kano, assim como outras de suas instruções, foram possivelmente adaptados dos ensinamentos de Herbert Spencer, filósofo, biólogo e antropólogo inglês. As teorias de Spencer enfatizavam o ensino de crianças com o propósito de contribuição para o bem da sociedade. Estas e outras teorias podem ser encontradas em seus livros, especialmente em *Educação Intelectual, Moral e Física* (SPENCER, 2019).

Kano teve um colega e rival chamado Kumazo Tsuboi, que foi reitor da Universidade de Bunka. Enquanto estudantes, certa vez competiram para ver quem leria mais e memorizaria mais nomes nas férias. Tsuboi saiu vitorioso. Mesmo que admirasse a capacidade de memorização do colega, Kano não ficou desmotivado, pois leu a quantidade de livros que pretendia, conservando sua rotina de treinamento físico (WATSON, 2011).

Mais tarde, Kano passou a observar um de seus colegas, Naoharu Shiraishi (que se formou engenheiro civil e um político destacado), e diferente dos colegas, não perdia o sono estudando em segredo, quando as luzes se apagavam. Shiraishi dormia a noite toda, tirava um tempo para se exercitar, não estudava em excesso e se saía bem nos exames. Quanto à rotina diária do colega, notou que quando as aulas eram encerradas mais cedo, enquanto os outros ficavam conversando ou brincando, Shiraishi revisava as lições e preparava as seguintes, aproveitando o tempo com máxima eficiência. Essa

observação deu início ao que veio a ser uma das mensagens favoritas de Jigoro Kano, *seiryō zenyo* (WATSON, 2011).

Ainda, segundo Watson (2011), Kano se lembrava com tristeza de ter deixado se absorver com a leitura de livros, não relacionados aos seus estudos principais. Acreditava que, assim como para construir uma torre é necessária uma base sólida, para evoluir nos estudos é preciso adquirir o conhecimento fundamental, que vai sendo armazenado aos poucos. Pode-se não gostar do assunto, mas se a base das disciplinas for negligenciada, discentes prosseguirão para os estudos mais avançados mal preparados.

Watson (2011, p. 56) afirma que, a despeito de ser aprovado nos exames universitários, Kano se arrependia de não ter se concentrado no “curso básico, lendo os assuntos pertinentes”, acreditando que se tivesse dedicado as energias em leituras correspondentes ao nível de escolaridade teria aproveitado melhor. Para ele, leituras muito difíceis cedo demais, não eram bem aproveitadas. Por isso, acreditava que devemos ter uma boa base nos assuntos fundamentais, para prosseguir aos estudos mais especializados com base sólida.

Por intermédio de um de seus alunos, Kano conheceu Kosuke Shirai, um líder militar, leal e forte aliado do imperador Meiji. Era cativante e se relacionava bem com os alunos do Kodokan, porém, quando bebia, se tornava indisciplinado e até violento. Ele o hospedou, uma vez que gostaria, bem como os alunos, de aprender com suas experiências de vida. Salvo os incômodos durante as bebedeiras, considerou que Shirai, do ponto de vista educativo, exerceu grande influência (WATSON, 2011).

Graças às sugestões de Shirai, Kano desenvolveu mais compaixão e vontade de ajudar os necessitados, aprendeu sobre os principais fatos políticos da era Meiji. Concluiu que não se pode ajudar todas as pessoas, mas quando é possível fazê-lo, deve-se expressar empatia e não esperar nada em troca.

A grande expansão do judô, na velocidade que ocorreu, foi fruto do empenho do fundador, apoiado fortemente por alguns de seus associados ricos e influentes. Na busca por modernização do Japão era preciso uma população forte, saudável e educada e, com o tempo, suas propostas se harmonizaram com os interesses do Estado, que passou a apoiá-lo.

Kano queria ensinar o judô como um modo de vida e, inicialmente, não havia intenção de cobrar taxas, como relatado, para instruir seus alunos no Kodokan. Nesse aspecto Watson (2011, p. 119) o compara a outros “sábios”:

Jesus, Buda, Confúcio, Sócrates e outros ensinaram seus próprios “caminhos” a seus seguidores a fim de ajudá-los a levar uma vida satisfatória. Diz a lenda que esses sábios gastavam muito tempo viajando e procurando ajudar principalmente os necessitados e os desejosos de conhecer a verdade. Procuravam divulgar amplamente seus ensinamentos movidos pelo desejo altruísta de ajudar os outros.

Como mencionado, com o tempo, não conseguiu custear apenas com seu próprio salário o crescimento do Kodokan, necessitando de uma assistência financeira mais regular. Os primeiros instrutores levavam uma vida simples e um pouco desconfortável. No entanto, ele pretendia que recebessem uma remuneração que permitisse comerem bem, ter casa, roupas e tempo para os *hobbies*, com uma vida satisfatória, pois, mesmo nos negócios, o resultado do trabalho deve ter eficiência e beneficiar a sociedade.

Desse modo, os instrutores de judô deveriam ser bem pagos e buscar progredir na profissão, treinar com frequência e cuidado, conhecer o combate sem armas, o combate com armas, educação física, métodos de ensino e educação moral, sabendo empregar os ensinamentos da arte para a vida diária e benefício da sociedade. Diante de todos esses atributos deveriam ser considerados educadores de alto nível.

No início, os instrutores de judô recebiam remuneração inferior a dos funcionários das empresas, mas com o tempo, os ganhos foram elevados, assim como o *status* social.

Watson (2011, p. 113) destaca que, afora palestras sobre artes marciais, Kano ensinava como “a aplicação do conhecimento e das virtudes associadas à prática de esportes pode ajudar a melhorar a sociedade em geral”. Acreditava que os acadêmicos que se preparavam para a docência, que tivessem formação em ginástica, kendo e outros esportes poderiam desenvolver um físico forte, “um estilo de vida saudável, retidão moral e firmeza de caráter”.

Após o Ministério da Educação do Japão aprovar o judô e o kendo, em 1908, como obrigatórios para estudantes do nível ginásial, aumentou o número de escolas

especializadas com cursos dessas disciplinas, cresceu, assim, a quantidade de docentes competentes (KANO, 2008b, WATSON, 2011).

A posição pacifista de Kano era defendida publicamente. Sobre isso, Santos (2013) afirma:

A Kodokan, escola de Kano, era contrária à tendência do governo de utilizar o judô para fins militares, mesmo porque isto ia contra os princípios filosóficos e pedagógicos de seu método e, mesmo sofrendo pressão do governo, Kano recusou importantes subvenções e apoios, resistindo as tendências militares propostas em torno das atividades físicas e artes marciais. Isso porque ele tinha um espírito humanista, expresso em seu grande esforço em impulsionar reformas educativas em seu país. Kano defendia publicamente uma posição pacifista frente ao totalitarismo e ultranacionalismo no Japão o que, em certa medida, lhe causava isolamento político. (SANTOS, 2013, p. 165).

De acordo com Santos (2013), os fundamentos filosóficos e educativos atribuídos ao judô foram incorporados por Kano, ao longo de sua vida, conforme suas experiências e por influências das culturas oriental (*budo*, *bushido*, confucionismo, xintoísmo, budismo etc) e ocidental (Stuart Mill, Herbert Spencer, John Dewey, Samuel Smiles, entre outros) que se organizaram numa integração Oriente-Occidente. A educação que recebeu foi determinante no processo e possibilitou a integração multicultural.

Os japoneses, em geral, são amantes de esportes. Mesmo quando uma modalidade nova é introduzida, em pouco tempo, são organizadas associações para sua promoção. Como raramente ocorrem incidentes provocados por expectadores, os esportistas profissionais e amadores costumam ter reputação elevada no país (WATSON, 2011).

Os esportes são considerados uma atividade saudável no Japão, admirados por praticantes e espectadores de todas as idades. Para os japoneses as práticas desenvolvem disciplina, caráter, jogo honesto, promovendo o espírito esportivo. Independente dos resultados, a população tende a torcer por atletas que fazem um esforço sincero (SHEET)⁴⁰.

⁴⁰ Embaixada do Japão no Brasil. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/esporte.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Adicionalmente às modalidades ligadas ao *budo*, práticas ocidentais foram introduzidas. A Educação Física passou a fazer parte do currículo escolar, desde o momento em que o sistema educacional foi estabelecido, no começo dos anos 1870. Práticas de modalidades como beisebol, arco e flecha, futebol, natação, atletismo, entre outras, são encorajadas a partir da infância. Muitas pessoas permanecem até a fase adulta. Com raras exceções, os esportes praticados já eram conhecidos, antes do final do século XIX (SHEET)⁴¹.

Um dos esportes mais populares no Japão, entre os espectadores é o beisebol, com torneios escolares assistidos por milhões de pessoas. O futebol também está entre os mais praticados por estudantes. São realizados, anualmente, grandes eventos esportivos, os Festivais Nacionais de Esporte, como se fossem mini-olimpíadas de inverno e de verão, com participação de jovens e adultos (SHEET)⁴².

No Japão, as pessoas tomam conhecimento, bem cedo, sobre o judô. Há vários espaços próprios, espalhados no país. Em geral, o instrutor é algum ex-campeão disposto a ensinar qualquer um que tenha interesse. A maioria das crianças encara o treinamento como uma atividade divertida, parte brincadeira, parte esporte. É ensinado, principalmente, como não se machucar e como se comportar nos locais de treinamento. A maioria dos adultos que o praticam, nesses espaços, têm propósitos recreativos, sem interesse em competição, treinando apenas para manter a forma. Não é incomum ver pais e mães, praticando junto aos seus filhos pequenos. É recorrente observar os instrutores saírem do *dojo*, acompanhados dos membros, direto para restaurantes, a fim de comer e conversar antes da despedida. Também são comuns festas e viagens em grupo entre os praticantes (WATSON, 2011).

No sistema⁴³ das escolas públicas japonesas, o judô é introduzido na escola média (12 a 15 anos) como atividade extracurricular eletiva, em que os interessados podem praticar apenas depois de concluir suas lições diárias, sendo cobrada uma taxa simbólica. Na escola alta (15 a 18 anos), em geral são oferecidos judô, ou *kendo* para

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

⁴³ No sistema escolar japonês a escola primária corresponde o período do 1º ao 6º ano do ensino fundamental, a escola Média aos três últimos anos do ensino fundamental e a escola alta ao ensino médio. Fonte: Minei, Akiko. Curso de aperfeiçoamento, UFMT em rede, 2018. Disponível em: <https://setec.ufmt.br/ri/bitstream/1/47/3/Organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sistema%20Educacional%20-%20Sistema%20Educacional%20e%20Multiculturalidade%20-%20Akiko_Minei.pdf>. Acesso em: 19 maio 2021.

meninos e às vezes alabarda (*naginata*) ou tiro com arco (*kyudo*) para meninas. A prática, para meninos, é obrigatória nas escolas públicas e em muitas escolas privadas. O objetivo maior concentra-se no ensino de técnicas básicas e, algumas informações sobre regras e história (WATSON, 2011).

Na escola alta, estudantes que se destacam em torneios escolares têm estímulo para continuar e se candidatar em determinadas universidades bem conceituadas em judô e sumô. Foi comprovado que cerca de 40% de estudantes abandonam o judô após o ensino médio, sendo a principal causa, a necessidade de elevada dedicação aos estudos, o que não deixa tempo suficiente para se dedicarem aos treinamentos (WATSON, 2011).

Watson (2011) relata que em algumas Universidades ocorriam agressões aos calouros, quando o instrutor não estava presente. Segundo o autor, o *bullying* não guardava relação com o treinamento de judô, mas acontecia por motivos triviais, como aliviar frustrações de veteranos ou evidenciar o domínio sobre os mais jovens. O *bullying*, que dificilmente seria tolerado por algum ocidental, ao que tudo indica, “extraoficialmente” não era condenado, pois fazia com que os atletas adotassem uma postura mais séria, mais alerta e mais disciplinada nos treinamentos, tornando-os competidores mais eficientes. A maioria dos campeões olímpicos e mundiais de Judô são do Japão e, em geral, estudantes universitários (WATSON, 2011; IJF 2020).

Há um equilíbrio muito tênue entre o *bullying* e o desempenho, pois se os abusos forem exagerados, as vítimas sofrerão física e psicologicamente. Porém, quando os próprios calouros se tornam veteranos, passam a adotar a mesma atitude, tratando os calouros como foram tratados, princípios que acabam enraizados nos competidores de judô japoneses. Essa mentalidade provavelmente não seria tolerada por Jigoro Kano, pois ele lamentava o *bullying* que sofreu na escola.

Kano conduziu ao sucesso alguns campeões sem recorrer a tais métodos. Procurou combinar o judô e a educação, na tentativa de educar pessoas, mentalmente equilibradas e de caráter bem formado. Watson alerta para o valor de instrutores sensatos supervisionarem as atividades, para que não ocorram problemas como os mencionados (WATSON, 2011).

Como no Japão existem diversos espaços públicos e privados de judô, é fácil conseguir praticar, mesmo quando as pessoas começam a trabalhar. Empresas mantêm

clubes de judô, bem equipados, para uso exclusivo de funcionários, e os policiais mantêm boa forma física, treinando todos os dias, podendo escolher também o *kendo* ou o *Aikido*.

Por ser um esporte mais amador e participativo, os benefícios da prática do judô ajudam os adeptos a manter a forma, atentos e saudáveis, mesmo quando mais velhos, podendo ser praticado por algumas pessoas com deficiência. Particularmente no Japão, o judô é um dos esportes de menor custo que alguém pode praticar, com indumentária relativamente barata e durável. A modalidade permanece sendo incentivada e apoiada pelo governo e por autoridades educacionais, gozando de uma reputação ilibada no país (WATSON, 2011).

Os vários programas de intercâmbio permitem quebrar barreiras linguísticas e culturais. Estudantes japoneses de judô foram e são motivados a estudar línguas estrangeiras, ampliando horizontes. Watson (2011) menciona ser pouco provável que sua reputação diminua pelo fato de não ter se tornado um esporte eminentemente profissional, pelo menos no Japão, e que muitos de seus campeões inspiram seus seguidores não apenas na luta, mas na vida.

De acordo com Watson (2011), Kano afirmava, em seus escritos, que aprendizes poderiam se beneficiar com a prática, desenvolvendo um caráter perseverante e determinado, e com a motivação adequada, esse espírito poderia ser canalizado para qualquer área da vida (música, matemática, negócios e outros). Ressaltava que docentes poderiam se beneficiar, pois com estudantes motivados, a tarefa seria facilitada. Acreditava ainda que, até mesmo pessoas “mais fracas e covardes” manifestariam alguma reação, caso suas vidas estivessem em perigo.

Ainda conforme Watson (2011), os métodos de ensino de Kano perduram no Japão, contribuindo para elevados padrões educacionais:

Kano tornou-se uma pessoa importante na vida pública e atraía uma grande e fiel quantidade de seguidores. Muitos quadros qualificados do Japão atual, como advogados, professores, homens de negócio, políticos e médicos, entre outros, são judocas faixas-pretas de alto nível. Ao que parece, portanto, os discípulos de Kano, sua autoridade e seus métodos de ensino continuam rendendo dividendos para a sociedade japonesa ao longo dos anos, mesmo depois da sua morte. Uma evidência importante é que os padrões educacionais do Japão de

hoje são muito mais elevados do que nunca. (WATSON, 2011, p. 201).

No entender de Watson (2011, p. 201), portanto, o judô Kodokan “produziu e continua produzindo benefícios para a sociedade japonesa”. Seus atributos incentivam estudantes a ter bom condicionamento físico, hábitos saudáveis e a agir em benefício da sociedade. O Japão é uma grande potência mundial e, diferente de outras economias fortes, que têm abundância de recursos naturais valiosos, o principal ativo deles é a força de trabalho. Mesmo quando os japoneses se dedicam a atividades ou esportes sem relação direta com o *budo*, a essência deste está presente. Para o autor, outros esportes podem até desenvolver um espírito resoluto, mas dificilmente são voltados para ideais nobres como o judô. Gondim (2017) reforça que essa modalidade esportiva se diferencia das demais devido às suas características e especificidades filosóficas preconizadas por seu criador: Kano.

2.5 O judô no Brasil: da chegada às medalhas Olímpicas

A imigração japonesa para o Brasil no início do século XX⁴⁴ foi o fator determinante para a chegada e o desenvolvimento do judô. No início era praticado sem instituições organizadoras (CBJ, s/d, DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Na década de 1920, conforme o relato a seguir, imigrantes organizaram as práticas no país. De acordo com a CBJ:

A chegada dos primeiros professores-lutadores também deixou o seu legado. Dentre os pioneiros se destacaram, Mitsuyo Maeda e Soishiro (Shinjiro) Satake, alunos de Jigoro Kano. Eisei Mitsuyo Maeda, também chamado Conde Koma, chegou ao Brasil em 14 de novembro de 1914, entrando no país por Porto Alegre. Junto com ele chegaram Satake, Laku, Okura e Shimisu. Em 18 de dezembro de 1915 a trupe de lutadores chegou a Manaus, mas antes disso rodou o Brasil em demonstrações e desafios. Conde Koma se radicou em Belém do Pará, em 1921, enquanto Satake ficou em Manaus, onde ministrava aulas no Bairro da Cachoeirinha ainda na década de 20. Maeda fundou sua

⁴⁴ “A imigração japonesa no Brasil tem como marco inicial a chegada do navio Kasato Maru ao Porto de Santos em 18 de junho de 1908. Partiu do Porto de Kobe em 28 de abril, após uma viagem de 52 dias, o vapor trouxe a bordo 781 imigrantes japoneses.” Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/06/112-anos-imigracao-japonesa-brasil>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

primeira academia de judô no Brasil no Clube do Remo, bairro da cidade velha. A contribuição dos imigrantes japoneses que divulgaram o judô parece ter sido mais importante do que a contribuição de Conde Koma, e seus companheiros lutadores. Da chegada do Kasato Maru ao Brasil (1908) até a Segunda Guerra Mundial, os nomes e as práticas se confundiam. Encontra-se na literatura judô, jiu-do jujutsu, jiu-jitsu e ainda jiu-jitsu Kano, muitas vezes para designar a mesma prática. A institucionalização do esporte, inicialmente organizada pela colônia japonesa, depois sob o controle da Confederação Brasileira de Pugilismo e finalmente a criação da Confederação Brasileira de Judô foram os passos para a diferenciação das práticas de luta e a organização do judô no país (CBJ)⁴⁵.

Dentre tantos nomes que figuram na citação, Mitsuyo Maeda, o Conde Koma, merece destaque, pois teve a missão de divulgar o judô, embora tenha lutado muitas vezes por dinheiro (o que, para alguns, era condenável), tinha fama de invencível. Ensinava a luta como *jujutsu*, e teve influência sobre o atual e, mundialmente conhecido, jiu-jitsu brasileiro. Os discípulos que ele treinou “se tornaram ases, em todo o território brasileiro e ao redor do mundo, da arte marcial denominada jiu-jitsu” (ISHII, 2015, p. 10).

Desde sua chegada ao Brasil, o judô se difundiu, cresceu a quantidade de praticantes, contando com numerosos adeptos até os dias de hoje. Os imigrantes japoneses consideravam a arte de Jigoro Kano um importante instrumento para a educação dos descendentes, por meio de uma formação com o espírito do *budo*. A prática extrapolou as colônias japonesas, chegando às comunidades brasileiras, se espalhando por todo o território nacional (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Em 1948 passaram a acontecer torneios anuais da Associação Budokan⁴⁶, que marcaram o princípio das competições e a expansão no país (COSTA, 2005).

Não obstante a chegada da modalidade ao país ocorrer nas primeiras décadas do século XX, há registros de mulheres praticando-a apenas por volta da década de 1950, de forma clandestina, pois a inclusão feminina foi oficializada em 1979 (BRUM, 2016). Sobre esse fato, Silva (1994) relata um acontecimento histórico. No Brasil, havia o Decreto-lei 3199-14/04/41, que em seu artigo 54, não permitia que mulheres praticassem desportos incompatíveis com sua natureza. O Conselho Nacional de

⁴⁵ Disponível em :<http://www.cbj.com.br/historia_do_judo/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

⁴⁶ Com a vinda de Ryuzo Ogawa em 1934 para o Brasil, em 1938 foi fundada a Academia Ogawa (Budokan), precursora da Associação Budokan, que viria a reunir diversos centros de prática de judô em todo o país (COSTA, 2005).

Desporto (CND) ditara as instruções dos esportes e de acordo com a Deliberação 7/65-2 do CND não era permitida a prática de lutas e outros esportes por mulheres.

A revogação da deliberação está ligada a uma ação do dirigente do judô nacional à época, que para conseguir passagens com o CND, para levar quatro mulheres em uma competição fora do país, modificou os nomes delas, relacionando-as como homens, nomes masculinos. Ao retornarem da competição foi intimado a comparecer ao CND. Levou, então, as meninas com uniforme de judô e medalhas no peito. Após muita discussão, foi aprovada a participação feminina no judô e, em outros esportes, inclusive em competições (SILVA, 1994, BRUM, 2016).

No início, a modalidade judô era responsabilidade da Confederação Brasileira de Pugilismo, até à fundação da Confederação Brasileira de Judô, em 1969. O país estreou em competições internacionais no Segundo Campeonato Panamericano, realizado em Cuba, na década de 1950, conseguindo medalhas. A primeira participação Olímpica foi em 1964, em Tóquio (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018).

A primeira Medalha Olímpica do judô foi conquistada em 1972, em Munique, por Chiaki Ishii (japonês, naturalizado brasileiro), que obteve uma das duas únicas medalhas do Brasil nos jogos. O resultado fez com que o judô aparecesse nas primeiras páginas dos jornais, o que incentivou uma nova geração a se interessar e se dedicar à prática (ISHII, 2015). A partir de 1984, o Brasil conquistou medalhas em todas as edições dos Jogos Olímpicos (DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Em 2021, realizou-se a edição dos jogos de 2020, em Tóquio, pois devido à pandemia foram adiados. O Brasil obteve duas medalhas na modalidade, com Daniel Cargin e Mayra Aguiar.

A prática do judô ocorre em clubes, ginásios, associações, escolas, entre outros, e, desde 2017, tem sido debatida a implantação do judô nas escolas públicas no país (BRASIL 2017, CBJ 2017, COB 2019).

Há que se ressaltar que este esporte chegou ao país com fundamentos sociais, culturais e educacionais japoneses, no entanto, segundo Tavares Júnior, Silva e Drigo (2014), o modo de desenvolvimento o levou a patamares de esportes modernos. Para Brum (2016), no Brasil, que está entre as maiores potências da modalidade no mundo, o capital cultural (referência à Bourdieu) tende para a escalada de um judô de competição.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO BÁSICA E JUDÔ

Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema, buscamos identificar e analisar documentos públicos que evidenciam configurações de políticas públicas de esporte e do judô no Brasil, relacionadas às políticas educacionais. Foram consultadas leis, medidas provisórias, documentos normativos e outros textos públicos que, em diálogo com publicações acadêmicas, possibilitassem contextualizar a educação básica e essas políticas.

A educação ocorre em diversos espaços, onde não há escola ou sequer algum tipo de ensino formal, é transmitida de uma geração para outra, como os princípios de como sobreviver. Com a complexificação da organização da sociedade, a divisão do trabalho e do poder, as formas de transmissão do saber passam a ser pensadas. Segundo Brandão (2007) o saber se torna menos comunitário e foram criados espaços, tempos, regras, tipos de profissionais e categorias de educandos. O ensino formal é o momento que a educação se sujeita à pedagogia (teoria da educação), com métodos, regras, tempos e executores especializados.

Harari (2018) alerta que a revolução e a fusão da tecnologia de informação e da biotecnologia podem, em breve, expulsar bilhões de pessoas do mercado de trabalho. As escolas podem não estar preparadas para as grandes mudanças na velocidade que têm acontecido. Num mundo com excesso de informações, os docentes precisariam extrair o sentido do conhecimento, filtrar o que é importante e o que não é, e combinar os fragmentos num amplo quadro de mundo. Como não é possível prever o futuro, a única constante é a mudança.

Ainda de acordo com Harari (2018), para conseguir lidar com a inconstância da evolução é necessário aprender a abrir mão do que se sabe e sentir-se à vontade com o que não se sabe. Apesar de muitas críticas aos modelos educacionais, ainda não foi criada uma alternativa viável.

Para Teófilo (2020), os termos escolarização e educação são confundidos conceitualmente, tanto no imaginário popular, quanto no meio acadêmico e, segundo o autor, as pesquisas brasileiras no campo da Educação abordam, majoritariamente, fenômenos escolares, que dizem respeito a apenas uma das formas educativas.

Considerando essas questões, buscamos analisar as políticas públicas nacionais, contextualizando os esportes, a educação básica e o judô. Focalizamos, do mesmo modo, a parceria entre o Brasil e o Japão para o judô nas escolas públicas do país.

3.1. Políticas públicas para o esporte

O esporte é importante para uma nação, traz diversas melhorias, favorece a saúde e socialização, podendo resultar em “promoção da qualidade de vida e longevidade saudável” (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p. 1). No Brasil há leis de fomento ao desporto, fundamentais para a realização de ações para o bem comum da população, devendo o esporte ser tratado como política pública, que necessita de atenção especial.

De acordo com Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 2), as “políticas públicas” apresentam diversas definições, aplicadas, historicamente, nas diferentes sociedades, portanto não há um conceito unânime. No século XVIII e na primeira metade do XIX, “eram focadas na segurança pública e na defesa externa de ataque inimigo”. Em seguida, “as responsabilidades do Estado se ampliaram” e uma vez criadas, as políticas devem ser implementadas, executadas, fiscalizadas, monitoradas e avaliadas.

Segundo Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 3), a Constituição Federal de 1988, a partir das demandas de atores, tanto da sociedade civil organizada, quanto de estatais, influenciada pela UNESCO por meio da “Carta Internacional de Educação Física e Esporte”, determinou que o esporte é um direito social de todo cidadão, especificamente no artigo 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, no âmbito das reformas educacionais, foram aprovadas a LDB, Lei 9394/1996, e a Lei Pelé, Lei 9615/1998, que regulamentaram a garantia desse direito. Assim, a Constituição de 1988, como marco jurídico normativo da nação, fomentou e viabilizou a implementação de políticas públicas de esporte no país.

Em 2003, foi criado o Ministério do Esporte e, desde então, ocorreram diversas mudanças na política nacional para essa área. De acordo com a página da Secretaria Especial do Esporte do governo federal, em 2021: "A história institucional do esporte no Brasil teve início em 1937", quando foi criada a “Divisão de Educação Física” do

Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37. "Em 1970, a divisão foi transformada em Departamento de Educação Física e Desportos, ainda vinculada ao Ministério da Educação e Cultura". Em 1978, "o departamento foi transformado em Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda ligado ao Ministério da Educação". Em 1990, foi extinta a secretaria ligada ao Ministério da Educação e criada a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Em 1992, "o esporte voltou a ser vinculado ao Ministério da Educação, com a Secretaria de Desportos"⁴⁷.

Em 1995, nasce o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte e, a partir desse momento, "o esporte começa a ser mais priorizado". O apoio técnico administrativo era prestado pela Secretaria de Desportos do Ministério da Educação. No mês de março, ainda no mesmo ano, "a secretaria é transformada no INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, desvinculado do MEC e subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte". No final de dezembro de 1998, "foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, pela Medida Provisória nº 1.794-8". O INDESP passou a ser vinculado a este órgão. No mês de outubro, em 2000, "o INDESP foi extinto e substituído pela Secretaria Nacional de Esporte". Em janeiro de 2003, as pastas foram separadas, e o esporte ficou com um ministério próprio⁴⁸.

O Ministério do Esporte foi criado, em 2003, na gestão 2003-2006, com as seguintes competências:

- a) Política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
- b) Intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, voltados à promoção do esporte;
- c) Estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
- d) Planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e inclusão social por intermédio do esporte. (BRASIL, 2003, s/p).

⁴⁷ Informações disponíveis no site da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, responsável por construir a política nacional do esporte. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/publicidade/52-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/historico#:~:text=No%20dia%2031%20de%20dezembro,ser%20vinculado%20a%20este%20%C3%B3rg%C3%A3o>>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁴⁸ Idem.

De acordo com Rosseto Júnior e Borin (2017), quando criado, era o Ministério com menor orçamento de todos. Em suas propostas o foco era a democratização do esporte, e não as disputas internacionais ou realização de eventos. Os megaeventos esportivos, segundo os autores, comercializam o esporte como mercadoria a quem as consome, gerando acúmulo de capital para quem promove, sem, necessariamente, a preocupação com a formação de novos praticantes. Nesse contexto, a criação do Ministério trazia a expectativa de não favorecimento do esporte espetáculo em detrimento do esporte e lazer como direitos sociais.

De acordo com Alves e Pieranti (2007, s/p), o esporte, reconhecido como fundamental para o desenvolvimento humano, se aproxima dos campos da educação e saúde, pois, “ajuda a prevenir doenças, a evitar a evasão escolar, o uso de drogas e a criminalidade e a aumentar a autoestima, a cooperação, a solidariedade e a inclusão social”. Como atividade pública sugerida a toda sociedade, “abre-se espaço para a discussão e para a formatação de uma política nacional de esporte”.

O Ministério do Esporte, então criado, tinha como estratégia a concepção de projetos para massificar a prática esportiva. No intuito de garantir o Artigo 217 da Constituição, o Conselho Nacional do Esporte aprovou em 2005, a “Política Nacional de Esporte” (PNE), que se pauta em oito diretrizes de ação:

1. Universalização do acesso e promoção da inclusão social;
2. Desenvolvimento humano;
3. Ciência e tecnologia do esporte;
4. Promoção da saúde;
5. Paz e desenvolvimento da nação;
6. Desenvolvimento econômico;
7. Gestão Democrática: participação e controle social;
8. Descentralização da política esportiva e de lazer. (BRASIL, 2005, p.131)

A implementação da PNE trouxe reconhecimento pela “Organização das Nações Unidas” (ONU), e destaque internacional às políticas públicas brasileiras. O documento incluiu o combate de todas as formas de discriminação, como descrito a seguir:

A prática do esporte deve ter como objetivo o combate a todas as formas de discriminação, aqui incluindo também as questões relativas às pessoas com necessidades especiais, às pessoas com deficiência, aos menos favorecidos economicamente e aos que são tidos como menos hábeis para a prática. As atividades esportivas, especialmente

as que não visam o alto rendimento, devem ter como princípio básico a integração de seus praticantes. Precisa-se criar a igualdade de oportunidades, principalmente para aqueles que enfrentam preconceitos por parte da sociedade - negros, índios, deficientes e mulheres das camadas mais pobres -, e favorecer sua integração social. (BRASIL, 2005, p. 130).

Segundo Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 5), as diretrizes da polícia nacional “têm caráter democrático, entendimento do esporte como fator de educação, saúde e desenvolvimento e reconhece o direito de todos os cidadãos às práticas esportivas”. O Ministério passou a desenvolver “ações e políticas esportivas”, criou o Programa Segundo Tempo (2003)⁴⁹ para democratizar a prática dos esportes para jovens, crianças e adolescentes, principalmente nas áreas de vulnerabilidade social, na intenção de promover cidadania e qualidade de vida. Além disso, implementou outros programas de menor investimento e abrangência, como o Pintando a Cidadania (2003)⁵⁰ e o Recreio nas Férias (2010)⁵¹.

Em 2004, aconteceu a I Conferência Nacional do Esporte, norteadas por princípios voltados para o esporte e lazer como dever do Estado e direito de todos, alinhados à Constituição Federal, para garantir a democratização e a gestão pública, contemplando a inclusão social e esportiva. Em 2006, realiza-se a II Conferência Nacional do Esporte para uma discussão mais profunda sobre a implementação da política de esporte no país.

Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 8) demonstram que no período de 2004 a 2007, não obstante as Conferências apresentarem propostas para democratização do esporte, na prática, a distribuição de verbas pelo Ministério do Esporte evidenciou a priorização dos “Jogos Pan-americanos no Rio”, em 2007, evento que recebeu mais recursos que o esporte educacional em quatro anos. Assim, a distribuição de recursos foi realizada, no

⁴⁹ O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte que tem por objetivo “democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte como instrumento educacional, visando o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como meio de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida”. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/126113>> ou <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/segundo-tempo/programa-segundo-tempo>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁵⁰ O Pintando a Cidadania é uma extensão do Pintando a Liberdade, voltado para auxiliar as famílias em situação de risco, capacitando-as para produzir materiais esportivos. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39247-informacoes-sobre-o-balanco-2008-do-ministerio-do-esporte>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁵¹ Extensão do “Programa Segundo Tempo” com atividades esportivas nos períodos de férias escolares.

entender dos autores, “desrespeitando as determinações das duas Conferências e da própria Constituição Federal”.

O fato se repetiu quando das candidaturas à Copa do Mundo FIFA 2014 e às Olimpíadas Rio 2016. Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 9) enfatizam que a análise dos gastos em esporte, no período de 2004 a 2010 demonstraram “priorização dos megaeventos esportivos e esporte espetáculo em detrimento ao esporte educacional [...] descaso aos programas de acesso e democratização do esporte, com caráter e objetivos educacionais e sociais”.

A III Conferência Nacional do Esporte realizada em 2010 e, diferentemente das outras que focavam na democratização do esporte, dedicou-se à perspectiva de alto-rendimento e aos megaeventos esportivos, buscando colocar o país entre as dez maiores potências de esporte do mundo em 10 anos (BRASIL, 2010).

De acordo com Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 12), “as resoluções das Conferências Nacionais de Esporte são registradas e legalizadas em algumas leis, documentos e, até no texto da Política Nacional do Esporte”, mas não são revertidas na garantia de direitos, ou no investimento para democratização das práticas. Enquanto muitos não têm incentivo, material, docentes ou estrutura para a prática esportiva, os mais habilidosos e “superdotados fisicamente” são privilegiados pelo Estado.

As Conferências Nacionais (2004, 2006 e 2010) foram precedidas de etapas municipais, regionais e estaduais até chegar às nacionais e tinham como proposta democratizar a elaboração da Política Nacional do Esporte e Lazer e seus planos subsequentes. Tassa e Lovato (2014) alertam ainda para o fato de que, além de priorizar o esporte de rendimento, as políticas são mais voltadas para os grandes centros (urbanos), sendo pouquíssimas, direcionadas para municípios de pequeno porte.

Com o passar do tempo, desde a implantação da PNE, de acordo com Rossetto Júnior e Borin (2017), ficaram evidentes as políticas de investimento em atletas, em detrimento dos projetos de democratização esportiva, como por exemplo, alterações no Bolsa-Atleta⁵² e programas como o Atleta Pódio⁵³ que passaram a receber, recursos, enquanto decresceu o investimento em programas como o “Segundo Tempo”.

⁵² Programa de patrocínio de atletas e paratletas de alto rendimento, que tiveram resultados nacionais e internacionais em competições de sua modalidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.

Rossetto Júnior e Borin (2017, p. 16) consideram que “as políticas esportivas brasileiras na esfera federal [...] apresentam caráter funcional, instrumental, mercadológico”, subsidiam práticas esportivas “seletivas, excludentes e hipercompetitivas”, para formar atletas para “competições de altíssimo rendimento”.

Como sede de megaeventos (jogos pan-americanos, copa do mundo, jogos olímpicos), o Ministério do Esporte direcionou as políticas públicas da área aos que têm maior poder político e capital econômico, servindo voluntariamente às grandes instituições como o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Rossetto Júnior e Borin (2017) afirmam que os megaeventos no Brasil foram mais resultados de interesses dos governos e de alguns grupos, do que da articulação dos envolvidos com a área esportiva. O Ministério do Esporte se submeteu a entidades como a Federação Internacional de Futebol (FIFA), o Comitê Olímpico Internacional (COI), a CBF, o COB e aos empresários próximos ao poder público. Nesse sentido, Mascarenhas (2012) ressalta que, assim, o Estado favorece frações da classe dominante com interesses socioeconômicos, em detrimento das outras frações.

Nota-se, portanto, que o Ministério do Esporte criado em 2003 com o objetivo de democratizar o acesso às práticas esportivas, mas no decorrer das gestões federais, as políticas públicas foram alteradas com mudanças consideráveis, fomentando megaeventos sediados no país, priorizando resultados no alto rendimento ao invés da busca pela universalização do esporte, contrariando seus princípios de estruturação. A população não foi consultada sobre a realização da Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016) (ROSSETO JÚNIOR, BORIN, 2017).

Lima (2018) corrobora a compreensão de que, apesar da “grande onda” de esportes no Brasil, da realização de grandes eventos esportivos (Jogos Pan-americanos 2007, Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016), e do alto investimento, a promessa de um grande legado, tanto para a Educação Física, quanto para o esporte brasileiro, não se concretizou.

⁵³ Fomento de atletas de alto-rendimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.891.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.

No ano de 2019, com a mudança da Presidência da República, no mês de janeiro, o Ministério do Esporte perdeu o status de Ministério e foi transformado em Secretaria Especial do Esporte, dentro da estrutura do Ministério da Cidadania⁵⁴. Vecchioli (2019) avalia que, com as mudanças, o esporte perdeu espaço nas políticas públicas nacionais. Vários estados seguiram o governo federal e extinguiram as Secretarias de Esportes. As poucas que restaram foram usadas como instrumento de negociação política. Ordonhes *et al.* (2019) assinalam que, em levantamentos feitos numa rede social, a mudança está em desacordo com a maioria das manifestações populares⁵⁵ coletadas durante sua observação.

O Ministro da Cidadania, que tomou posse em 2019 garantiu que a mudança não traria retrocesso ao setor⁵⁶. Entretanto, pouco mais de um ano após sua posse, foi substituído, fato frequente em vários ministérios, na gestão 2019-2022. Até o momento que esta dissertação foi escrita, o Ministério da Cidadania estava em seu terceiro representante⁵⁷. A constante troca de lideranças pode prejudicar a continuidade da formulação e implantação das políticas. Em 2021, segundo o Portal público do Ministério da Cidadania, a Secretaria Especial do Esporte “desenvolve e implementa ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de garantir à população o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano” e “é dever da secretaria especial garantir o desenvolvimento de políticas e incentivos para o esporte de alto rendimento. O Bolsa Atleta, a Lei de Incentivo ao Esporte, o programa Segundo Tempo, o Forças no Esporte, a gestão do legado olímpico e o controle de dopagem estão entre os projetos e atribuições mais conhecidos da pasta”.⁵⁸

⁵⁴ Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio/publicidade/52-ministerio-do-esporte/institucional/o-ministerio/historico#:~:text=No%20dia%2031%20de%20dezembro,ser%20vinculado%20a%20este%20%C3%B3rg%C3%A3o>>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁵⁵ Os autores reconhecem que o estudo foi feito com apenas uma parcela da população e sugerem que sejam feitas mais pesquisas sobre o assunto.

⁵⁶ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/557067-osmar-terra-garante-a-deputados-que-fim-do-ministerio-do-esporte-nao-trara-retrocesso/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/02/12/deputado-joao-roma-e-escolhido-ou-novo-ministro-da-cidadania>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/composicao/orgaos-especificos/esporte>>. Acesso em: 24 jun. 2021.

3.2 A educação básica pós 1988

Aproximadamente três anos depois do fim da ditadura civil militar (1964-1985), em 1988, foi promulgada a sétima Constituição Brasileira (CF), como registrado anteriormente, estabelecendo vários direitos sociais, conquista dos movimentos sociais, entre eles o direito de todos à educação, com a finalidade de desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho, mediante a colaboração entre Estado e sociedade como reciprocamente dependentes:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Os artigos da CF estabelecem:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das

diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. (BRASIL, 1988).

De acordo com Araújo (2017), essas diretrizes norteiam os rumos da educação brasileira. Nos anos posteriores à promulgação da Constituição de 1988 ocorreram amplos debates e o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que apesar das dezenas de modificações, apresenta uma relação intrínseca com a CF, havendo considerável semelhança em trechos e artigos, principalmente no que se refere às finalidades da educação nacional como direito de cidadania, dever do Estado e da sociedade.

A Lei 9394/1996 traz o conceito de educação básica (EB), que é um direito e uma forma de educação. Ajuda a organizar a realidade em novas bases e administrar com ação política. A EB atinge tanto a constituição quanto a organização das instituições escolares. Tratando-se de serviço público, mesmo que ofertado também pela iniciativa privada, por ser direito de todos e dever do Estado, deveria interferir nas desigualdades e hierarquias sociais para não prejudicar o exercício da cidadania (CURY, 2008).

Como mencionado, a educação básica no Brasil, de acordo com a LDB, engloba os estudantes desde educação infantil, os anos iniciais da escolarização até o ensino médio, atendendo crianças, adolescentes e adultos (INEP, 2019). A estruturação da educação básica no Brasil teve mudanças significativas com o passar dos anos, desde o Brasil colônia, principalmente no que se refere à educação pública (ARAÚJO, 2017).

De acordo com o artigo 22 da LDB, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, s/p).

Em 2006, o ensino fundamental foi ampliado para nove anos e passa a ser obrigatório a partir dos seis anos de idade (BRASIL, 2006). Em 2009, uma emenda constitucional amplia a obrigatoriedade de oferta do ensino para a faixa etária de 4

(quatro) a 17 (dezessete) anos, expandindo a educação básica para quatorze anos (BRASIL, 2009a).

Em 2014, foi aprovado o PNE – Plano Nacional da Educação, que se encontra em vigência até 2024, no qual foram estabelecidas 20 metas e várias estratégias para cada uma (BRASIL, 2014). Segundo Araújo (2017):

Estão em foco nelas, a expansão das redes públicas, expansão e melhoria das instituições da rede pública, subsídio às políticas públicas, acessibilidade às instituições públicas, planos de ação em vista das metas de qualidade para a educação básica pública, fixação e acompanhamento dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica, provisão de equipamentos e de estruturas para as instituições públicas, recursos humanos, formação de professores da rede pública, financiamento da educação pública etc. (ARAÚJO, 2017, p. 35).

Percebemos, assim, diversas mudanças consideráveis na legislação, relacionadas à Educação e principalmente à EB no Brasil. Apesar do número de matrículas ter aumentado, ampliando o acesso de crianças e jovens às escolas significativamente, com o passar dos anos (BRASIL 2015, ARAÚJO, 2018), os atendimentos e a qualidade social têm muito a conquistar.

Isto pode ser evidenciado nos dados de organizações que monitoram o PNE, como o Painel de Monitoramento do PNE, coordenado pelo INEP⁵⁹. De acordo com este Painel: a Meta 1, Indicador 1A: Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche era atingir 100% de cobertura até 2016. O resultado em 2019 foi 94,1%. Em relação ao Ensino fundamental a Meta 2 estabeleceu universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE. Os dados do Indicador 2A demonstram que o percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada) em 2020 foi de 98,0%. Em relação ao ensino médio a Meta 3 estabeleceu universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no

⁵⁹ Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Os dados demonstram que em 2020, apenas 77,2% frequentavam ou haviam concluído este nível de ensino.

Ressalta-se que esses dados não revelam a evasão ocorrida durante a pandemia 2020/2021. Os dados disponíveis até agosto de 2021 indicam uma forte evasão, uma ausência de políticas nacionais para enfrentar os desafios educacionais durante e após a pandemia, o que explicita o aprofundamento das desigualdades sócio-educacionais no tempo presente e nas próximas décadas⁶⁰.

3.2.1 A educação física na educação básica

A LDB de 1996 estabelece a Educação Física como obrigatória na educação básica, o que pode ser verificado no Artigo 26 (§ 3º):

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003). (BRASIL, 1996).

Em 2017, o Ministério da Educação implantou a BNCC – Base Nacional Comum Curricular⁶¹, que é o mais recente documento normativo para as redes de ensino da educação básica, como previsto na Meta 7, estratégia 7.1 do PNE⁶².

⁶⁰ Sobre isto ver todos pela educação. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

⁶¹ Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

⁶² LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 que aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

A Estratégia 7.1 com vistas ao alcance da Meta 7, visa:

7.1) estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local;

A BNCC estabeleceu a EF como um componente curricular da área de Linguagens, que aborda “as práticas corporais e suas diversas formas de codificação e significação social” (BRASIL, 2018, p. 213). Oferece a possibilidade de enriquecer as experiências de educandos na educação básica, oportunizando a participação em contextos de lazer e saúde.

Segundo a BNCC:

Há três elementos fundamentais comuns às práticas corporais: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde. Portanto, entende-se que essas práticas corporais são aquelas realizadas fora das obrigações laborais, domésticas, higiênicas e religiosas, nas quais os sujeitos se envolvem em função de propósitos específicos, sem caráter instrumental. (BRASIL, 2018, p. 213).

Para a EF no ensino fundamental, a BNCC estabelece seis unidades temáticas para a Educação Física escolar: Brincadeiras e jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas e Práticas corporais de aventura. Os temas devem garantir aos estudantes oportunidades de produção, compreensão e apreciação, visando identificar origens e modos de aprendizado, desconstrução de estereótipos e preconceitos, reflexão crítica sobre temas como consumo, estética, saúde, desempenho etc.

Para o ensino médio, além da vivência de novas atividades inseridas nas unidades temáticas, “os estudantes devem ser desafiados a refletir sobre essas práticas”, conhecendo mais “sobre as potencialidades e os limites do corpo, a importância de se

assumir um estilo de vida ativo, e os componentes do movimento relacionados à manutenção da saúde” (BRASIL, 2018, p. 484).

Ainda de acordo com a BNCC, para estudantes do ensino médio:

É importante também que eles possam refletir sobre as possibilidades de utilização dos espaços públicos e privados que frequentam para desenvolvimento de práticas corporais, inclusive as aprendidas na escola, de modo a exercer sua cidadania e seu protagonismo comunitário. Esse conjunto de experiências, para além de desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado com o corpo e a saúde, a socialização e o entretenimento, favorece o diálogo com as demais áreas de conhecimento, ampliando a compreensão dos estudantes a respeito dos fenômenos da gestualidade e das dinâmicas sociais associadas às práticas corporais. (BRASIL, 2018, p.484).

A reflexão sobre essas vivências poderá contribuir para a formação de estudantes, para capacitar a uma análise e transformação das práticas corporais, possibilitando a tomada de decisões éticas, reflexivas e conscientes para defesa de direitos humanos e valores democráticos. Apesar de tantas possibilidades e da prescrição formal da temática no referencial Curricular Nacional, pesquisas desenvolvidas, nas últimas décadas, têm demonstrado a baixa presença das lutas, de maneira geral, nas aulas de Educação Física nas escolas (VIEIRA; SOUZA, 2007; VIOLIN, 2018; LOPES *et al.*, 2019). Essa baixa disponibilidade diminui a oportunidade de vivência e, conseqüentemente, menos estudantes conhecerão tais práticas.

O papel de docentes é fundamental, e não se pode esquecer que não se limitam a ensinar, uma vez que devem participar dos processos de elaboração das propostas de ensino, articular atividades entre escola, família e comunidade. Muito embora a necessária formação contínua visando o preparo para as mudanças e os avanços tecnológicos, deve-se registrar e lembrar que, devido à baixa remuneração, docentes da EB se submetem a elevadas cargas de trabalho, o que prejudica o tempo, o ânimo e a disposição, a formação e atualização, o que, por consequência, afeta o ensino de maneira geral, conforme analisado por Ribeiro, Araujo e Carvalho (2017).

3.3 As políticas de judô

Dentre as reformas educacionais, em 1997, com o objetivo de orientar os educadores, foram elaborados e implementados pelo Ministério da Educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)⁶³. Nos PCN da Educação Física, o nome judô apareceu inserido no conteúdo “lutas”, assim como a capoeira e caratê, como exemplos de atividades para serem desenvolvidas nas aulas de Educação Física escolar (BRASIL, 1997).

Em trabalho baseando-se nos PCN, Lopes *et al.* (2019) observaram professores concursados no estado de São Paulo. A maioria com mais de trinta e três anos de idade e sete anos de atuação. As lutas foram pouco trabalhadas nas aulas de EF. Dos alunos que puderam vivenciar, poucos ficavam insatisfeitos. De acordo com os autores:

[...] os professores devem promover diferentes práticas corporais para os alunos, mostrando-lhes as diferentes culturas e dando-lhes oportunidades de vivenciar essa variedade de conteúdo, a educação física então seria mais valorizada, não apenas pelos alunos, mas também, pelos pais e professores das demais disciplinas. As artes marciais por serem características dos orientais, e praticadas por longos anos, tem a sua base formadora aliada na disciplina, hierarquia e respeito, onde mestres e alunos interagem pelas técnicas aprendidas durante horas de treinamento e repetição de movimentos. Através destes ensinamentos, desenvolvemos o equilíbrio e o controle emocional para determinadas situações que possa ocorrer em nossas vidas, colaborando no desenvolvimento do caráter na formação pessoal. (LOPES *et al.*, 2019, p. 410).

Os autores consideram as lutas importantes "por preparar o aluno para conviver em sociedade, aprendendo a manter o controle do seu corpo através da sua mente, tornando um cidadão crítico e solidário nos momentos propícios a esta ação" (LOPES *et al.*, 2019, p. 403).

A BNCC trata o judô como uma opção de modalidade a ser trabalhada na escola, na unidade temática “Esportes”, em “combate”, e na unidade temática “Lutas”, mencionadas como conteúdos da Educação Física (BRASIL, 2018). A Base coloca a

⁶³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

modalidade em duas categorias das unidades temáticas apontadas, como Luta e Esporte (Modalidade esportiva de combate).

Manosso e Antunes (2019, s/p) compreendem que na BNCC “não existe uma recomendação direta do ensino de Judô ou de qualquer outra Luta ou Esporte de combate”, não se considera a modalidade como conteúdo específico da EF escolar. Desse modo, fica sob a responsabilidade de docentes a escolha da luta ou categoria esportiva a ser trabalhada. Os autores identificaram como principais dificuldades encontradas por professores para aplicar a prática “a falta de infraestrutura; a não experiência por parte dos docentes e o medo de desenvolver a violência através da prática”. Paralelamente, reforçam:

[...] a violência não é um fator intrínseco das lutas, mas sim um componente da realidade social na qual o indivíduo está inserido. Isso é possível através de um trabalho que demonstre os princípios filosóficos que permeiam a prática da Luta ou da Arte Marcial, demonstrando assim a diferença entre a luta e a briga. (MANOSSO; ANTUNES, 2019, s/p).

Segundo os autores, ao se trabalhar o judô nas aulas de EF escolar, deve-se enfatizar a “não violência” e os princípios atribuídos à sua prática, deixando clara a distinção entre a luta e a violência.

Documentos como os PCN e a BNCC auxiliam a formulação dos Projetos Políticos Pedagógicos. Lopes *et al.* (2019) sugerem incrementar os cursos de graduação e formação continuada para melhorar a segurança e o embasamento teórico prático para estimular as aulas de lutas. Levando em conta benefícios físicos, sociais e psicológicos, Manosso e Antunes (2019) consideram possível, com empenho dos professores e da escola, minimizar os problemas tornando viável o judô no âmbito escolar.

Pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas têm demonstrado a baixa presença das lutas, de maneira geral, nas aulas de Educação Física nas escolas, a exemplo de Vieira e Souza (2007), corroborados por Violin (2018), que evidenciaram a escassez do Judô nas aulas de Educação Física escolar.

Fora dos muros da escola de educação básica, é possível encontrar diversos locais para se praticar judô no Brasil, seja de forma gratuita, ou paga, porém ainda não há uma política pública e uma legislação nacional específicas garantindo a prática.

Algumas prefeituras e instituições desenvolvem projetos em que os estudantes inclusive podem treinar de forma gratuita, como em Uberlândia-MG⁶⁴.

Desde 2016, o Brasil e o Japão mantiveram uma parceria para troca de experiências sobre a organização das Olimpíadas. No mesmo ano, durante o Fórum Mundial de Cultura e Esporte, foi assinada uma iniciativa para enviar professores brasileiros ao Japão com a finalidade de conhecerem a forma como o judô é ensinado nas escolas públicas naquele país, e de replicarem o modelo no Brasil (COB, 2019).

Por meio de pesquisas da Universidade Tsukuba e do Instituto Kodokan de Tóquio, os profissionais brasileiros enviados ao Japão teriam a missão de apresentar uma proposta para aulas de artes marciais nas escolas públicas. O programa idealizado em 2016 enviou os primeiros professores em 2017. Os profissionais receberiam ensinamentos não apenas sobre o judô competitivo, mas também sobre como utilizar a modalidade para desenvolver a educação do país e a formação humana, com a missão de compartilhar as experiências com outros instrutores, adequando os conhecimentos à realidade do país. Todos os custos ficaram sob responsabilidade do governo japonês (BRASIL, 2017).

A intenção era que o programa se estendesse até a realização das Olimpíadas em 2020, que não ocorreram devido à Pandemia de COVID-19. As primeiras escolas selecionadas para a implementação seriam as públicas que ainda não possuísem o judô no currículo escolar. Seriam subsidiadas pela parceria entre o Ministério do Esporte e a CBJ, desde a compra do *dojo* ao pagamento de docentes.

A CBJ ofereceu para difundir o programa, por meio do Curso Nacional de Capacitação de Técnicos e no programa Avança Judô⁶⁵, que à época atendia mais de 3500 praticantes de 6 a 16 anos, em 19 estados brasileiros, inclusive em territórios indígenas (BRASIL, 2017).

Na ocasião, o governo japonês também ofereceu bolsas, incluindo passagens, isenções de taxas e ajuda de custo mensal, para que o governo brasileiro indicasse

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/orgaos-municipais/futel/escolinhas-futel/>>. Acesso em: 14 maio 2021.

⁶⁵ O Projeto Social AVANÇA JUDÔ é uma ferramenta de inclusão social através do esporte, promovida e coordenada pela CBJ - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE JUDÔ desde 2007. Disponível em: <https://cbj.com.br/avanca_judo/>. Acesso em: 29 jun. 2021.

profissionais para fazer estágios em Universidades do Japão, em cursos como administração escolar e métodos educacionais.

É interessante destacar que, no Brasil, reside a maior comunidade de japoneses e descendentes do mundo, com uma história de mais de um século, e no Japão reside a terceira maior comunidade brasileira no exterior, comprovando uma tradicional relação entre os dois países (BRASIL, 2017).

De acordo com o COB (2019), o projeto estava fluindo até 2019, com a intenção de capacitar cada vez mais docentes. Devido à Pandemia em 2020, foram feitas algumas reuniões virtuais, como a da Federação Paulista de Judô, cujo projeto pretende atingir não apenas as escolas públicas, mas também as privadas. Entretanto, de acordo com a Federação, é preciso esperar um controle da pandemia para avaliar a continuidade (FPJ, 2020).

4. CONTRIBUIÇÕES DO JUDÔ PARA A EDUCAÇÃO

Partindo da concepção do judô como atividade física, esporte e estilo de vida, para analisar suas contribuições para os educandos, foram exploradas publicações que subsidiem possíveis respostas e instiguem outros questionamentos sobre a questão de pesquisa.

A ideia de usar de forma mais eficiente as energias mental e física para melhorar a vida das pessoas em sociedade está expressa várias vezes no corpo do texto, assim como repetidamente se manifesta nas referências de Jigoro Kano, e até mesmo nas revistas publicadas com suas contribuições (KANO; 2008a; KANO 2008b; WATSON, 2011; DRIGO; LIMA; SUGIZAKI, 2018). Não apenas pela ênfase exagerada na ideia, como também pelas atitudes descritas e pelos inúmeros princípios citados com proposições benéficas, percebe-se a filosofia que permeia o judô desde as propostas de seu fundador. Esse conjunto de ideais, se desenvolvido, pode trazer diversas contribuições educacionais.

Conforme evidenciado por Watson (2011), no Japão, a prática de judô é acessível e abundante. Como a versão original de seu livro foi escrita em 2008, muitos aspectos podem ter se transformado nos últimos anos, mas ao que tudo indica, apesar de o fundador do judô ter apresentado ideias voltadas para o bem, a participação como atividade esportiva em competições no alto rendimento pode levar a um desvio desse foco, mesmo no país que é o berço da modalidade, como apontado por Watson (2011) e também observado por outros autores que serão tratados nesta seção (GONÇALVES E SILVEIRA, 2012; SANTOS, 2013; LAGE, 2015; GONDIM, 2017).

O levantamento bibliográfico realizado utilizou o termo/descritor “judô”, nas diferentes áreas do conhecimento, sem recorte temporal definido. Foram identificados 215 trabalhos no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 32 na BDTD e 90 no *Scielo*. Algumas produções aparecem repetidas nas plataformas. A maioria dos estudos identificados focalizam o treinamento ou desempenho competitivo. A primeira etapa consistiu na leitura dos dados pré-textuais, os resumos e as palavras-chave. Foram lidos todos os resumos das mais de 300 produções científicas (teses, dissertações e artigos) encontradas. A segunda etapa consistiu na seleção e constituição do *corpus* bibliográfico, utilizando-se o critério temático, ou seja, aquelas produções que poderiam

subsidiar as questões da pesquisa: judô e educação; judô, *bullying* e outros tipos de violência. Analisando os trabalhos sobre judô e educação, alguns autores pontuaram a competição com viés negativo (SANTOS, 2013; LAGE, 2015; GONDIM, 2017). Entretanto, em autores como Brum (2016), Emmerick (2019), Cardoso *et al.* (2019), Teófilo (2020), entre muitos outros, foram percebidas situações positivas também. Nesse sentido tratamos do judô e competição. Percebendo durante o trabalho a importância do *sensei* (professor) de judô, analisamos a formação no Brasil. Um total de dezessete publicações lidas e examinadas na íntegra, em diálogo com outros textos que emergiram no processo, como livros integrais e monografias, com o objetivo de acrescentar e ampliar a análise.

Por meio do levantamento de produções acadêmicas procuramos, a seguir, apontar possíveis contribuições do judô para o desenvolvimento e educação de crianças e jovens, e estabelecer relações entre a prática da modalidade e a redução da agressividade dos praticantes, de casos de *bullying* e de outros tipos de violência escolar.

4.1 Judô e educação

Neste tema foram analisados dez trabalhos, sendo seis dissertações, três teses e um artigo.

QUADRO 1 - PESQUISAS SELECIONADAS SOBRE O TEMA JUDÔ E EDUCAÇÃO

Item	TÍTULO	AUTORIA	ANO	CATEGORIA	IES/PG	PLATAFORMA
1	Judô como conteúdo da educação física escolar: realidade e aplicabilidade.	VIOLIN, Douglas Y. T.	2018	Dissertação	UEM/PG/EF	Capes
2	Das relações com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física: as perspectivas	SO, Marcos R.	2014	Dissertação	UNESP/PG/E	Capes

	dos alunos.					
3	A integração oriente-ocidente e os fundamentos do judô educativo.	SANTOS, Sérgio O.	2013	Dissertação	UMSP/P G/E	Capes
4	Atividade física e saúde: análise de um projeto de judô.	LAGE, Victor.	2015	Tese	FAMER P/PG/S	Capes
5	Escolarização de jovens atletas: a dupla carreira de atletas da elite do judô no Brasil.	EMMERICK, Daniela C.	2019	Dissertação	UFRJ/P G/E	Capes
6	A relação entre a prática de judô e o desenvolvimento de comportamentos socialmente competentes na infância: a experiência dos professores do projeto Bugre Lucena da ESEFID/UFRGS.	TRUZ, Rodrigo A.	2018	Dissertação	UFRGS/ PG/CMH	Capes
7	Dojô: espaço de educação.	GONDIM, Denis F.	2017	Dissertação	UFPE/P G/E	Capes
8	Efeitos da prática de judô sobre marcadores de risco cardiovascular em crianças de 8 a 13 anos de idade com sobrepeso e obesidade.	BRASIL, Iedda A.	2019	Tese	UERJ/P G/CEE	Capes
9	Participação esportiva no Brasil: da escola ao alto rendimento.	MAGNO, Felipe	2020	Tese	UFRGS/ PG/Eng.	BDTD
10	Dupla carreira: dilemas entre esporte e escola.	MELO <i>et al.</i>	2020	Artigo		<i>Scielo</i>

Fonte: Dados organizados pelo autor, 2021.

Segundo Baptista (2003), o judô tem boa aceitação como instrumento educacional para alunos, tanto na comunidade educacional, como na médica e na escolar. Partindo da ideia de que a educação não acontece apenas dentro das instituições formais, como mencionado, em academias, clubes, projetos sociais, entre outros, o judô pode ser desenvolvido na escola nas aulas de Educação Física ou mesmo como modalidade extra turno. Procuramos aqui, tratá-lo inicialmente como conteúdo da EF escolar. Em seguida, abordamos algumas considerações encontradas sobre as estruturas escolares, a esportivização, trazendo, por fim, o judô como atividade fora da disciplina da EF.

Contextualizando os âmbitos onde o judô é reconhecido, Gondim (2012) destaca diversas vertentes e finalidades, citando como exemplos:

[...] perspectiva educacional (escolas); competitiva (clubes, academias e associações); saúde (para melhora da aptidão física); reabilitação (idosos e crianças); prática mental e filosófica; projetos sociais (massificação do Judô preconizado por Kano); Universidades (currículo acadêmico de Educação Física); e esporte adaptado à deficientes (especialmente aos cegos e pessoas com síndrome de down). (GONDIM, 2012, p. 4).

O judô acontece de forma diversificada; apresenta algumas possibilidades enquanto atividade. De acordo com Gondim (2012), sua interpretação dependerá do contexto, da leitura e forma de trabalho na prática.

Em pesquisa sobre a pedagogia das artes marciais e esportes de combate nos cursos de graduação em EF e Ciências do Esporte, em Universidades de Portugal, Espanha, França e Brasil, foi possível afirmar que o judô é o mais influente nesses programas (GOMES; ROSA, 2012). No Brasil, o judô foi disciplina obrigatória nos cursos de graduação em EF até os anos 1990 e passou a ser eletiva, em alguns currículos, ou obrigatória, normalmente, inserida no Componente Curricular de “Lutas” (VIOLIN, 2018).

Mesmo com a influência nos cursos de graduação, como afirmado, pesquisas têm demonstrado a baixa presença das lutas, de maneira geral, nas aulas de Educação Física na educação básica, evidenciando a escassez do Judô nas aulas de Educação Física escolar. A proposta de implementação do Judô nas escolas públicas do Brasil poderá ampliar consideravelmente a presença nas instituições escolares.

Segundo Violin (2018), o conteúdo “judô” pode ser plenamente desenvolvido na educação básica. O Judô é motivante e eficaz para discentes e docentes, se desenvolvido de forma planejada e de modo adequado à realidade da escola, ao desenvolvimento motor e cognitivo dos estudantes. Isso pode favorecer as exigências de reconhecimento por parte da comunidade escolar como componente curricular da Educação Física.

Por meio de uma pesquisa-ação, com objetivo de avaliar a “aplicabilidade do judô” como conteúdo da EF escolar, Violin (2018, p. 6) identificou que a modalidade não é amplamente trabalhada nas escolas públicas. Em seu entender: “A falta de estrutura física, o limitado domínio das técnicas e de conhecimentos sobre o judô foram apontados como principais motivos da não aplicação”. No entanto, o pesquisador apresenta muitos exemplos práticos de autores que tiveram experiências satisfatórias com o judô nas aulas de EF e destaca, em sua dissertação, a importância de se manter os princípios filosóficos. Na pesquisa, foi escolhido um professor de ensino fundamental, sem vivência pessoal e formação na modalidade e foi construído um plano de ensino, em conjunto com o pesquisador, com dez aulas de judô. Na atividade foi evidenciado que:

[...] o professor assimilou positivamente a proposta do “novo” conteúdo, pois mesmo não tendo nunca aplicado o judô em sua disciplina, o mesmo estava se sentindo seguro com a estruturação do conteúdo elaborado em conjunto com o pesquisador. Por outro lado, a partir dos resultados dos questionários aplicados a outros professores de EF foi encontrada uma deficiência na formação inicial e continuada dos professores, fazendo com que os professores apliquem apenas os conteúdos que eles tenham mais proximidade, ou seja, geralmente, o judô é deixado de lado nesse contexto. (VIOLIN, 2018, p. 63).

Em seu trabalho, Violin (2018) constatou que os docentes consideram o judô como conteúdo essencial na EF escolar, podendo ser efetivamente reconhecido quando aplicado nos moldes apresentados em sua pesquisa. O estudo foi realizado com situação similar a de outras realidades investigadas no Brasil, visando contribuir para o ensino das lutas e do judô no ambiente escolar.

Em investigação, So (2014) observou aulas do conteúdo “judô”, em aulas de EF, com o objetivo de compreender como os educandos se relacionam com os saberes⁶⁶. O pesquisador concluiu que, para maior adesão à prática de lutas, é preciso erradicar o mito da violência, oportunizar segurança e tratar as questões como gênero e sexualidade.

Ao abordar a questão discente, So (2014) o faz sobre a ótica de Paulo Freire (1921-1997). As aulas foram baseadas no Currículo de Educação Física do Estado de São Paulo (CEF-SP). O ano escolhido foi o primeiro em que o conteúdo “luta” é previsto, ou seja, o sétimo ano do ensino fundamental. Foi selecionado um caso, em que a pessoa que ministrava a disciplina, não tivesse participação como praticante de qualquer modalidade de combate e, os estudantes não tivessem contato com o referido conteúdo na escola. Antes de iniciar a atividade proposta, foram observadas nove aulas de EF (modalidade voleibol) da mesma turma. O pesquisador fez uma entrevista inicial com a professora e a turma. Após quatro aulas de judô e registros em diário de campo, foi feita uma entrevista final com a classe e depois com a professora.

No estudo de So (2014), a professora trabalhava as lutas antes do CEF-SP ser implementado, mas de forma diferente. Depois, passou a seguir o currículo e justificou o número menor de aulas dadas (a sugestão do material são seis a oito aulas) devido ao calendário e ao pequeno conhecimento da docente sobre o conteúdo.

O pesquisador observou que: estudantes que não tinham vivência prévia associaram luta à violência; os jogos de luta mostraram-se excelente ferramenta para romper alguns receios; o ensino de uma técnica (*o-soto-gari*) foi o tema mais lembrado; a adesão às atividades por estudantes que recusavam o conteúdo somente ocorreu depois da mediação da professora e colegas com vivência em lutas; a mobilização aconteceu com a ruptura de que a luta é violenta; as meninas participaram menos, alegando, principalmente, vergonha e medo de se machucarem; a sensação de vergonha poderia ter sido reduzida, com maior participação simultânea nas atividades; pisos macios, como, por exemplo, os tatames, teriam colaborado para amenizar a queda direta no chão

⁶⁶ A base do estudo foi o referencial teórico de Bernard Charlot, filósofo e pesquisador educacional, criador de um quadro teórico-metodológico em que os conhecimentos apresentados pela escola são compreendidos na relação com os sujeitos aprendentes. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115598/000807689.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 out. 2020.

e o medo de se machucar; a prática de lutas, em si, não garante valores pacifistas; as aulas práticas foram mais significativas para as pessoas que participaram; ocorreu a construção do conhecimento da professora durante as aulas de judô; estudantes que já praticaram luta tiveram interesse sem hesitar.

Ainda de acordo com So (2014), seria necessário mais tempo para tratar o conteúdo, pois:

Além de poucas aulas, duas das quatro ministradas foram desenvolvidas em sala de aula tradicional (aula expositiva e avaliação), e as outras duas foram dedicadas à prática de movimentos de judô. Entendemos que este gerenciamento na distribuição das aulas reflete a limitação do conhecimento específico do conteúdo lutas por parte da professora, o que, evidentemente, influenciou a construção dos seus conhecimentos pedagógicos. Ou seja, como a professora só conhecia o judô pela mídia e pelo CEF-SP, - que são modos enunciados de aprendizagem – a maneira de ensinar tendeu a desencadear-se predominantemente da mesma forma: linguisticamente enunciada. (SO, 2014, p. 174).

Pesquisas como a de So (2014) são importantes por evidenciarem como pessoas, sem conhecimento profundo das modalidades, tratam-nas em suas aulas de EF. O trabalho focalizou uma turma do ensino fundamental, não tratou dos princípios do judô e o nome do fundador foi citado apenas uma vez, em quase duzentas páginas. A existência de modelos favorece a aplicação dos conteúdos, principalmente para docentes que têm pouca ou nenhuma vivência sobre determinada prática. Poucas aulas podem restringir a abordagem de conceitos importantes. Percebe-se, portanto, a necessidade de se tratar temas como a diferença entre as lutas e as brigas, visto que estudantes que conheciam alguma luta não hesitaram em participar. No referido caso, na nossa perspectiva, a abordagem sobre os princípios do judô poderia ter contribuído.

Magno (2020, p. 7) realizou um estudo sobre a participação esportiva no Brasil, em sua tese de doutorado, observando “três níveis: escola, população e alto rendimento”. Utilizou-se a técnica de “regressão logística” para análise dos dados coletados em duas fontes basilares: Projeto Referências para o Esporte de Alto Rendimento Brasileiro (2017) e o Suplemento Práticas de Esporte e Atividade Física da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dentre suas conclusões, identificou-se que as estruturas escolares observadas, em que predominam quadras e

ginásios, refletem nas práticas oferecidas e que as escolas influenciam mais atletas de esportes coletivos (voleibol, futebol, basquetebol, handebol). Quanto às práticas de combate, concluiu-se que: “projetos sociais impactam atletas de esportes de combate como boxe, judô, taekwondo e luta olímpica”. O autor objetivou efetuar uma análise como “instrumento facilitador” para formulação de políticas de esporte em várias esferas, contribuindo para a percepção da importância de projetos sociais e de investimentos mais amplos para democratizar o esporte.

Santos (2013) investigou como o judô foi introduzido no espaço escolar como método de luta (arte marcial), como treinamento físico (educação física) e como método de treinamento mental (desenvolvimento moral e intelectual), onde o caminho (DÔ) é o foco principal a ser ensinado para beneficiar a sociedade, uma vez que Jigoro Kano transformou uma prática de luta marcial em um método educativo. No entanto, afirma que no transcorrer da história, conceitos e fundamentos ligados à cultura oriental, tal como o significado educativo original, se perderam com a expansão mundial como prática esportiva.

Na dissertação, o autor ressalta a importância de estudar a prática da modalidade, uma das poucas de origem não ocidental, que quando é oferecida na escola é tida como atividade de longo prazo e com espaço próprio, o *dojo*. O autor destaca a preocupação com a prática apenas como esporte, desvinculada de um sentido cultural amplo, sem consideração da função educativa e dos valores orientais e de formação integral do ser humano. Afirma que, ao tratarmos de judô educativo, surgem representações sobre função formadora, atividade disciplinadora, autocontrole, contenção de agressividade, mas o que se observa é que estas contribuições são pouco estudadas, presentes na prática como currículo oculto⁶⁷. Segundo o autor, o judô ensinado em escolas, clubes e academias consideram as técnicas e movimentos específicos da luta como item central, seguidos da formação moral de Jigoro Kano, equivocadamente compreendida, salvo exceções. Em suas palavras:

⁶⁷ Conjunto de valores e crenças implícitas às práticas do fazer docente, que pela difícil observação concreta não é avaliada, sendo tomada como natural. Normalmente fortalecem ideologias dominantes e reproduzem valores hegemônicos (SILVA, 2010 *apud* SANTOS, 2013).

O que fica em destaque dos valores orientais na prática do judô educativo é quase nulo e, se existe, ocorre sem clareza de sua contribuição. Há muito por descobrir nesse espaço do invisível pertencente ao currículo oculto nas experiências e vivências das aulas de judô. Significativos contributos educativos precisam se tornar aparentes e urge a necessidade de revelá-los. Creio que são tantos e tão importantes que nem mesmo Jigoro Kano foi capaz de dimensioná-los em sua complexidade e completude. Cabe a nós pesquisadores e professores de judô da atualidade essa tarefa fascinante de ampliar e completar a grandiosa obra iniciada por Kano. (SANTOS, 2013, p. 23).

A esportivização do judô é entendida por Santos (2013, p. 164) como a transformação de uma prática educativa num “esporte moderno e competitivo, associado a transformações dos sistemas simbólicos de valorização, que provoca um distanciamento dos valores e pensamentos orientais, suprimidos pela completa ocidentalização da prática da luta”. De acordo com o autor, alterando o sistema simbólico, muda também a intencionalidade de quem pratica, passando a ser mais valorizada a competição com valores ocidentais em detrimento do *budo*.

A força da esportivização pode ser percebida nas publicações da área. Evidenciamos, no levantamento de produções acadêmicas nas plataformas pesquisadas, que a maioria dos trabalhos científicos focaliza a discussão de treinamento e competição. Lage (2015), em sua tese, ao tratar a questão da saúde mental de crianças e adolescentes, demonstra associações positivas quando as artes marciais são direcionadas para uma abordagem tradicional, mas negativas quando vinculadas ao esporte de alto rendimento. Porém, ressalta a necessidade da realização de estudos longitudinais para fornecer elementos mais consistentes.

Ainda de acordo com Lage (2015), intervenções para crianças e adolescentes em projetos sociais devem considerar o envolvimento de profissionais capacitados, avaliando fatores psicológicos e contextuais, aproximando ao máximo todos os participantes (familiares, agentes sociais, escola etc.). É necessária uma compreensão multifatorial, principalmente para oferecer qualidade nos programas sociais para família de menor renda.

Emmerick (2019) destaca o elevado nível de escolaridade de atletas de alto rendimento acima dos 14 anos de idade que têm dupla jornada (estudos e esporte), quando comparados à média da sociedade brasileira. No entanto, o fato pode estar

associado ao nível econômico e ao capital cultural. Apesar da manutenção da dupla jornada ser justificada pela garantia de uma oportunidade, por parte dos estudantes-atletas, após o término da carreira esportiva, é possível destacar a priorização do projeto esportivo. Ela também afirma que, mesmo com a perda de alguns valores e costumes com a modernização, para muitos praticantes, o judô é mais que um esporte, é um estilo de vida, como abordado anteriormente neste trabalho.

Ainda de acordo com Emmerick (2019), tanto no Brasil, quanto em outros países com sistema esportivo desvinculado do escolar, a conciliação pode trazer obstáculos. Enquanto a União Européia definiu um documento com ações políticas para a dupla carreira, nos Estados Unidos o sistema educacional é estreitamente vinculado ao esportivo, no Brasil não existem políticas públicas focalizadas sobre esta questão para esse público, o que dificulta negociações entre clubes e instituições acadêmicas para favorecer a rotina dos jovens.

A pesquisadora destaca que a despeito das desigualdades no acesso à educação, há uma “ligação direta entre o nível de escolaridade e as taxas de empregabilidade, média salarial e consequentemente a mobilidade social” (EMMERICK, 2019, p. 20). Ela ainda evidencia que:

Analisando o lugar onde se coloca um jovem em dupla carreira, esportiva e acadêmica, vemos que o esporte, por um lado, exige tempo e dedicação de um jovem atleta, porém muitas vezes lhe oferece uma possibilidade de ascensão social próxima da sua realidade. Além disso, oferece retornos financeiros imediatos através de bolsas e patrocínios. Por outro lado, a escola também exige um grande investimento, mas muitas vezes é vista apenas como uma obrigação social. Muitos jovens não enxergam na escola uma possibilidade de ascensão econômica talvez porque os benefícios a serem obtidos estejam distantes de seus horizontes. (EMMERICK, 2019, p. 23).

Ademais, a autora sublinha que, apesar da ausência de políticas específicas sobre a “dupla jornada”, há numerosos casos de atletas que conseguem bolsas estudantis ou migram para o exterior por meio do esporte. O estudo específico sobre o judô aconteceu, principalmente, pela percepção da inexistência de um padrão sobre as modalidades, e a pesquisadora afirma que a escolha por atletas de alto rendimento foi para efeito de comparação com apontamentos da literatura internacional. Nesse sentido, ela realça as condições adversas, semelhantes a pesquisas nos países da União Européia.

No Brasil, todos os pesquisados pretendiam pelo menos concluir o ensino superior, muitos até o doutorado, conduzindo a autora a acreditar que, os jovens inseridos em sua amostra, estivessem “levando os ensinamentos da carreira esportiva também para a carreira acadêmica”, aceitando a possibilidade de essas questões estarem ligadas “também à prática do judô e seus ensinamentos” (EMMERICK, 2019, p. 69). Em suas considerações acrescenta:

Acreditamos que alguns resultados positivos em relação à carreira acadêmica dos atletas investigados, como por exemplo a quase totalidade da amostra estar estudando e pretender alcançar níveis educacionais mais elevados, podem estar relacionados à prática do judô, aos ensinamentos dos valores morais, à disciplina, ao autocontrole, ao equilíbrio emocional e à concentração que são exigidas dos atletas. (EMMERICK, 2019, p. 92).

Em sua pesquisa, Emmerick (2019) avalia as variáveis socioeconômicas que influenciam na educação e na escolaridade, relacionando os dados aos encontrados em pesquisas semelhantes publicadas, principalmente, pelos países da União Européia. Apesar de, provavelmente, os atletas priorizarem a carreira esportiva, pois a competição no alto nível tem um “prazo”, mais curto do que o possibilitado pela educação acadêmica, é possível perceber que há uma preocupação com a carreira profissional após o fim da esportiva. É preciso lembrar que os atletas costumam ser uma minoria, apesar de muitos inspirarem, servirem de exemplo, poucas pessoas atingem os níveis esportivos mais elevados.

Em outro estudo, que analisou atletas estudantis que recebiam o Bolsa-Atleta do Governo Federal, em 2011, os pesquisadores destacaram, entre outros fatores, a lacuna jurídica quanto à legislação estudante-atleta e os prejuízos escolares principalmente pelos afastamentos para competição sem respaldo legal e em condições diferentes de estudantes não-atletas (MELO *et al.*, 2020).

Os dados apresentados, sobre atletas do judô, coincidem com as considerações de Emmerick (2019), principalmente, no que se refere à intenção de praticantes em atingir o ensino superior, com muitos pretendentes a fazer pós-graduação. Os pesquisadores, em seu artigo, confirmam diferenças entre as diversas modalidades e também ligam à questão da interferência do capital cultural nas escolhas (MELO *et al.*, 2020).

Em relação aos trabalhos citados que analisam atletas, é importante lembrar que o esporte educacional, nas últimas décadas, teve menos investimentos do que o competitivo, como registrado anteriormente, ressaltando tratar-se de um grupo seletivo.

Jigoro Kano, como educador, pensando no bem da sociedade e na melhoria da eficiência nos estudos, insistiu em fomentar e manter a tradição escolar dos praticantes de judô (WATSON, 2011). De acordo com Trusz (2018), em sua dissertação, mesmo com a esportivização, o judô manteve muitos elementos da cultura e da tradição japonesas. Assim, pode contribuir para o desenvolvimento de comportamentos, socialmente competentes, se a prática estiver alinhada aos princípios filosóficos e pedagógicos de seu criador.

Trusz (2018, p. 14), como profissional de EF, entende que o judô “tem um diferencial que proporciona às crianças a melhora nas suas atitudes”. Em seu trabalho, considerando a indisciplina como um obstáculo para a educação de jovens, a relaciona com a construção e desenvolvimento das habilidades sociais. Destaca as atividades esportivas como práticas que apresentam diversos benefícios sociais, trazendo os princípios idealizados por Kano como distintivo do judô. O autor pesquisou docentes e ex-docentes de um projeto social⁶⁸, buscando interpretar a relação da modalidade e o desenvolvimento de comportamentos socialmente competentes na infância. Nesse sentido, Truz apresenta os objetivos específicos:

- a) Verificar a relevância do aprendizado de habilidades sociais para o desenvolvimento de comportamentos socialmente competentes;
- b) Verificar, sob o ponto de vista comportamental, o que leva pais/responsáveis a procurar a prática do judô para suas crianças;
- c) Verificar se as aulas de judô contribuem para o aprendizado de habilidades sociais na infância; e
- d) Identificar os aspectos ou atividades das aulas de judô que podem ser considerados como potenciais contribuidores para o aprendizado de habilidades sociais. (TRUSZ, 2018, p. 19).

Aborda a importância do desenvolvimento das habilidades sociais desde a infância, até as consequências da ausência dessas, ainda na juventude ou na fase adulta,

⁶⁸ O Projeto de Extensão Universitária Bugre Lucena, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), está em atividade desde 1991, quando teve sua primeira edição. O Projeto, entre outras atividades, oferece a prática do judô para populações carentes, em nível socioeconômico baixo, em situação de risco, deficientes visuais e menores infratores. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/97506>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

tratando de vários componentes que permeiam esse contexto. O autor identificou, de forma unânime, que as crianças são levadas para o judô por “possuir características de prática disciplinadora”, destacando os ritos como o respeito e cordialidade com os colegas, ao local de treino e ao professor, além da hierarquia (TRUSZ, 2018, p. 60). O autor analisa várias situações que colaboram para o desenvolvimento dos jovens e, ainda ressalta:

No judô se trabalha muito o cair e levantar. Buscando uma reflexão mais aprofundada dessa prática, essa questão não se limita somente na parte física, motora do aprendizado. Em nossas vidas, constantemente temos que lidar com situações que nos desagradam, que nos causam desconfortos e até que nos prejudicam. O fato de cair e levantar em seguida, na execução das técnicas de judô, nos indica uma maneira de como podemos nos comportar frente às situações de desconforto. (TRUSZ, 2018, p. 63).

A citação remete à necessidade que as pessoas têm de enfrentar, durante a vida, de saber lidar com os altos e baixos. Trusz (2018) aponta que as crianças que praticam o judô, no decorrer do esporte, aprendem a lidar com frustrações, seguir regras, canalizar a agressividade, desenvolvem empatia e concentração, entre outros aspectos, que somados vão melhorar a convivência em sociedade. Em seu entendimento:

[...] aquilo que pais e responsáveis buscam para seus filhos, que se traduz na forma de um auxílio e até muitas vezes uma “salvação” em termos de disciplinar suas crianças, pode ser alcançado através da prática do judô, segundo nosso entendimento. Não só pelo fato de possuir a fama de prática disciplinadora, mas que, segundo o que pudemos constatar através da revisão de literatura e dos relatos dos *senseis* entrevistados, comprovadamente contribui de forma significativa para este objetivo. (TRUSZ, 2018, p. 65).

Outra verificação relevante na pesquisa foi:

Constatamos que o respeito às etiquetas e à hierarquia despertam nas crianças o sentimento de valorização de símbolos, como por exemplo, ao seu *dojo* (local dos treinos), ou ao seu *judogi* (uniforme para prática do judô), e mesmo ao *sensei* (professor), por representar um praticante de sucesso na prática ao atingir um nível mais elevado segundo a cultura das artes marciais. A partir dessa valorização, o respeito vem de forma prazerosa e a criança passa a respeitar porque gosta. E é nesse momento que o respeito começa a expandir para além do

horário das aulas, o que é objetivo de toda prática educativa. (TRUSZ, 2018, p. 79).

Ainda de acordo com Trusz (2018), foi possível estabelecer relação do judô com o aprendizado de habilidades sociais, principalmente a partir do respeito e cooperação observados. Trata-se de um estudo diferenciado, pois buscou docentes em um projeto bem estruturado, com mais de vinte e cinco anos de existência e dentro de uma universidade. Além da graduação, muitos haviam realizado alguma pós-graduação. Metade das entrevistadas são mulheres. Mesmo com formação em EF, as pessoas participantes destacaram o judô como um esporte diferenciado.

Gondim (2017), em sua dissertação, buscou compreender a educação a partir do *dojo*, que a complementa a partir de relações complexas. Ele ressalta a importância do judô, quando bem direcionado, como ferramenta educacional, com um caráter genuíno, facilitador da educação não formal. O autor explica importantes ligações do fundador do Judô com a educação em seus diversos âmbitos (lar, escola, sociedade).

Outra contribuição destacada neste trabalho é a possibilidade de ligar e vivenciar diferentes culturas (oriental e ocidental). O autor pondera que os locais de treinamento podem ser considerados verdadeiras “salas de aula”, por onde se facilita o caminho da educação, independente do espaço estar localizado dentro ou fora da escola. A não formalidade do espaço permite que sejam fornecidos momentos de aprendizagem que extrapolem o judô em si, favorecendo uma educação para a vida dos praticantes. Segundo o pesquisador, o judô se diferencia de demais modalidades esportivas, devido às suas características e especificidades filosóficas, preconizadas por seu criador, como citado anteriormente. Muitos de seus conceitos são aplicados, inclusive fora dos locais de treinamento, como no mundo corporativo ou na psicologia comunicacional, por exemplo (GONDIM, 2017).

Ainda de acordo com Gondim (2017, p. 79), “a sociedade é regida por suas regras, costumes e demais variáveis que dão suporte a uma boa convivência social” e, nesse contexto, compreende a educação como base para mediação social entre as pessoas. Assim, entende que o judô possui importantes preceitos educacionais, com muito a contribuir para educar a sociedade. O pesquisador relembra um dos discursos de Jigoro Kano, em 1916:

Quando eu era jovem, após me graduar na universidade, pensei em me tornar primeiro-ministro ou milionário, mas achei que nenhuma dessas opções seria satisfatória. Eu concluí que a educação é a única coisa à qual um homem poderia dedicar sua vida sem arrependimentos, e assim busquei uma carreira na área da educação (KANO, 2008a, p. 120).

Gondim (2017) ressalta que o judô contemporâneo tem vasta possibilidade para utilização, sendo seu maior valor a formação moral e social, enquanto ferramenta educacional, entendendo que a modalidade tem pilares e bases filosóficas consistentes, compreendendo o *seiryoku zenyo* e o *jita kyoei* como norteadores educacionais para uma sociedade melhor. O pesquisador enfatiza a relação recíproca entre mestres e alunos, nas artes marciais, na fusão do antigo com o novo para a preservação e perpetuação do saber, como conhecimento dinâmico. Apesar de tudo, frisa a perda da filosofia idealizada por Kano, apontando um cenário incoerente e negativo quanto à esportivização, provocando o leitor para que, mesmo em trabalhos com foco em competição, sejam mantidas as características culturais, etiquetas e princípios filosóficos de seu fundador, reconhecendo a importância de mestres no desenvolvimento da prática da modalidade.

A transformação e desconstrução das lutas com a criação mercadológica de produtos do *fitness*, também são criticadas por Gondim (2017), pois comercialmente, modalidades centenárias se tornam meros produtos e perdem a oposição (confronto com diversos oponentes), não existindo o combate, prejudicando benefícios como o autocontrole, o autoconhecimento, entre outros, reduzindo o potencial das práticas. Mesmo apontando o judô como ferramenta educativa, alerta que, ao se render ao “capitalismo esportivo”, os preceitos educacionais se perdem com a espetacularização comercial, criticando inclusive a mercantilização dos exames de faixa por meio das entidades administrativas e de alguns professores.

Inclusivamente aos impactos educacionais positivos, há benefícios para a saúde que também devem ser levados em consideração. Reconhecendo a obesidade infantil como um dos maiores problemas de saúde pública, não apenas pela manutenção do problema até à vida adulta, mas pelo aumento de complicações devido ao acúmulo de gordura, Brasil (2019) estudou efeitos da prática do judô em crianças e adolescentes, de oito a treze anos de idade, obesos ou com sobrepeso. O grupo de jovens selecionados

praticou duas vezes por semana, em seções de sessenta minutos, durante doze semanas, após o horário escolar, de forma recreativa, sem preocupação com o desempenho técnico-esportivo. O treino reduziu o risco cardiovascular e melhorou a aptidão física dos participantes, reduziu a gordura e aumentou a massa muscular.

Sabendo dos riscos da obesidade e do sedentarismo, diversas atividades podem ser estimuladas desde a infância. Muitas sequer são conhecidas, e como analisado anteriormente, algumas são discriminadas, sem conhecimento prévio. Nesse sentido, a prática diversificada nas aulas de EF na escola pode apresentar opções de escolha para jovens, que, muitas vezes, não gostam dos esportes coletivos e não conhecem opções de atividades individuais. Praticar algo com afinidade e prazer tende a aumentar a chance de continuidade.

A educação básica no Brasil, historicamente, é dividida em ciclos, em que teoricamente estudantes deveriam conhecer, cada vez mais, conforme avançam as etapas. Os ciclos do Judô, normalmente, são as graduações, representadas na maioria das vezes por faixas coloridas, que também representam um aumento do conhecimento, muitas vezes relacionadas à idade dos praticantes. Em geral, as trocas de faixas são feitas por meio de provas que podem ser práticas, teóricas ou combinadas (BAPTISTA, 2003, CBJ, 2018), em que é necessário estudar para avançar as etapas. Apesar da idade mínima para a faixa preta, considerada um marco no Judô, ser entre 16 e 18 anos (CBJ, 2018) e ter significado semelhante à conclusão do ensino médio, muitas vezes ela não é alcançada ou só é “concluída” na idade adulta. E assim como na educação, o judô tem seus ciclos superiores, mas estes não constituíram foco deste estudo. Existe uma característica em comum neste aspecto, pois assim como nas escolas brasileiras, muitos não se matriculam e/ou não concluem o ensino médio, o mesmo acontece nas graduações maiores no judô (BRASIL, 2015, OLIVEIRA, 2018).

O judô competitivo separa os combates por idades, semelhante aos anos da EB, porém com uma diferença que, entre as idades próximas, promove combates por pesos aproximados, para diminuir as desigualdades nos confrontos, na tentativa de proporcionar lutas mais justas, já que, observando resultados de competições abertas e sem separação de pesos, os atletas mais pesados tendem a levar vantagem.

Devido ao fato de o judô ter se originado no Japão, e trazer alguns costumes daquele país, que vão desde as formas de cumprimentar, passando pelo respeito ao

sensei, aos mais graduados, e às pessoas de maneira geral, até à nomenclatura dos fundamentos e técnicas, os praticantes acabam por estabelecer contato com a cultura japonesa. Desse modo, auxilia no incentivo a atividades de enriquecimento cultural.

As competições de judô estão cada vez mais informatizadas, com o uso de placares eletrônicos, câmeras de vídeo-replay, ponto eletrônico para comunicação e, em alguns casos, até mesmo as súmulas são feitas em rede, por computador. Para se graduar, os praticantes precisam, muitas vezes, ter experiências com funções que exigem conhecer, se capacitar e usar as tecnologias, que mudam constantemente, o que requer atualização permanente. Além disso, grande parte das aulas de judô são ministradas tendo como referencial as regras de competição vigentes, essas sofrem mudanças praticamente todos os anos, o que exige estudos de docentes e dos próprios praticantes, e contribui para uma busca constante por conhecimentos por parte dos envolvidos.

As transformações do judô, ao longo da história, têm confundido a identidade do “do” (caminho), com diferentes propósitos de técnicos e professores, seja em clubes, escolas ou academias. Segundo Santos (2013):

Uns defendem o treino para a competição, outros defendem o retorno aos fundamentos originais enquanto outros revestem de simbolismos de origem oriental as ações vividas no dojô. Outros dão ao judô o sentido de uma prática de defesa pessoal e outros procuram benefícios estéticos ou melhora da qualidade de vida. (SANTOS, 2013, p. 183).

Santos (2013, p. 101) ressalta a relevância de evidenciar a modalidade “como atividade educativa própria de um espaço escolar e que estava integrado às outras atividades formativas realizadas por Kano”, deixando claro que a formação preconizada pelo criador tinha objetivos de uma educação integral (intelectual, moral e física), premissa que se perde com práticas que valorizam o individualismo. Gondim (2017) relembra que, na chegada ao Brasil, o judô teve caráter mais educacional, voltado à formação do cidadão, mas algumas de suas características foram modificadas após a Segunda Guerra Mundial, não apenas no país, mas mundialmente.

4.2 Judô, *bullying* e outros tipos de violência

Diversas formas de violência estão em evidência na sociedade contemporânea, de acordo com Vasconcelos (2019). Como fato social, engloba inúmeros espaços, incluindo a escola, onde estão presentes, constantemente, manifestações de racismo, preconceito religioso, discriminação social e de gênero, entre outras, caracterizadas como *bullying*.

O *bullying* é uma prática antiga. De acordo com Silva (2010), sua incidência se tornou elevada nas escolas do mundo todo. A palavra ainda não foi traduzida no Brasil e é usada para representar comportamentos violentos como assédio, agressões, ações desrespeitosas, entre outras, realizadas de forma intencional e recorrente pelos agressores. Normalmente as atitudes não apresentam nenhuma justificativa, invariavelmente produzindo dor e sofrimento para as vítimas.

Segundo Silva:

Se recorrermos ao dicionário, encontraremos as seguintes traduções para a palavra bully: indivíduo valentão, tirano, mandão, brigão. Já a expressão *bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física ou psicológica, de caráter intencional e repetitivo, praticado por um bully (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defender. Seja por uma questão circunstancial ou por uma desigualdade subjetiva de poder, por trás dessas ações sempre há um bully que domina a maioria dos alunos de uma turma e “proíbe” qualquer atitude solidária em relação ao agredido. O abuso de poder, a intimidação e a prepotência são algumas das estratégias adotadas pelos praticantes de *bullying* (os bullies) para impor sua autoridade e manter suas vítimas sob total domínio. (SILVA, 2010, p. 21).

Ainda de acordo com Silva (2010), existem várias formas diretas ou indiretas de *bullying*. A situação é agravada pois, dificilmente a vítima é submetida a apenas uma delas. Essas atitudes podem se expressar: verbalmente, como em xingamentos, ofensas, insultos, apelidos pejorativos, piadas, etc.; de forma física e material como em pancadas, empurrões, beliscões, atirar objetos, roubar, furtar ou mesmo destruir pertences das vítimas; de modo psicológico e moral, irritando, humilhando, excluindo, discriminando, ameaçando, perseguindo, difamando, entre outros; sexualmente com abusos, violência, insinuações e assédio; e atualmente, com o avanço das tecnologias, de

forma virtual, conhecida como *ciberbullying*, que muitas vezes se dissemina de forma rápida e avassaladora.

Essas práticas podem gerar quadros graves ou acentuar problemas preexistentes, podendo trazer prejuízos irreversíveis, com a possibilidade de as consequências permanecerem até à vida adulta. Podem surgir problemas nas vítimas como: sintomas psicossomáticos, transtorno do pânico, fobia escolar, fobia social, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, anorexia e bulimia, entre outros, chegando a causar, com menor frequência, esquizofrenia, suicídio e homicídio.

Silva (2010) destaca que o *bullying* é um problema social complexo e deve ser tratado por todos. Nesse sentido, a escola possui um papel fundamental para a redução do fenômeno, sendo necessária a atuação em conjunto com as famílias e os setores que lutam pela redução da violência.

Vasconcelos (2019) analisa o *bullying* nas políticas públicas, pesquisas acadêmicas, materiais educativos e no arcabouço jurídico apresentando uma proposta pedagógica de formação constante de docentes para prevenção e combate às práticas desse tipo de violência, considerando a escola como espaço fundamental para seu enfrentamento.

Lopes Neto (2005) analisa a violência como um problema de saúde pública e a prevenção ao *bullying* como medida necessária nessa área. Considerando essa questão, recorrente nas escolas e na sociedade, a seguir serão analisados estudos publicados envolvendo o judô e essa temática, juntamente com a dissertação citada no Quadro 2.

QUADRO 2 - PESQUISA SOBRE JUDÔ, BULLYING E OUTROS TIPOS DE VIOLÊNCIA

Item	TÍTULO	AUTORIA	ANO	CATEGOR IA	IES/PG	PLATAFOR MA
1	O ensino do judô como possibilidade de minimização da violência física entre alunos.	CORDEIRO JÚNIOR, Orozimbo	2015	Dissertação	UFG/PG/ E	Capes

Fonte: Dados organizados pelo autor, 2021.

Kinoshita, Ogundari e Oliveira (1984), ao testar a Teoria Circular da Agressão⁶⁹ em aulas de judô, em 1979, dividiram universitários do Programa de Atividades de Educação Física da Universidade de Oregon⁷⁰, nos Estados Unidos, em duas turmas aleatórias. Em uma foi desenvolvido o método “competitivamente orientado”, na outra o método “não-competitivamente orientado”. Os grupos treinaram três vezes por semana, durante cinco semanas, em seções de quarenta e cinco minutos, com o mesmo professor.

A turma orientada competitivamente enfatizou práticas com muitas atividades de combate, de acordo com as regras internacionais de competição. A outra turma priorizou fundamentos e exercícios técnicos. As atitudes em relação à agressão foram determinadas em testes específicos para identificar agressão direta e verbal, irritabilidade e desconfiança. O pré-teste foi aplicado durante a primeira semana e o pós-teste durante a última semana. Não foram encontradas diferenças significativas entre atitudes em relação à agressão entre as duas turmas. Além de não confirmarem a Teoria Circular da Agressão, foi percebida na turma com o método competitivamente orientado uma tendência menor de atitude em relação à agressão. Os autores sugeriram à época testes com maior duração e alto número de participantes.

O estudo de Kinoshita, Ogundari e Oliveira (1984), tendia a desmistificar que os lutadores de judô se tornassem pessoas agressivas. Silva e Casal (2000), devido a imagens distorcidas em notícias sobre brigas e em filmes, que associavam as lutas marciais à violência, descontrole e agressividade, buscaram analisar se estas práticas poderiam estimular a violência, sendo a agressividade resultado de treinar algum esporte de combate. Ainda, de acordo com Silva e Casal:

A agressividade, hostilidade e raiva são os componentes do comportamento emocional. Pode-se afirmar que são fenômenos únicos, que variam de indivíduo para indivíduo, em decorrência de uma série de fatores internos e externos.

As expressões de raiva e agressão envolvem diversas manifestações psicobiológicas, dentre elas reações psicomotoras, alterações endócrinas e neurovegetativas. (SILVA; CASAL, 2000, p. 1).

⁶⁹ Teoria que admite que o vivenciar da agressão pode acontecer em situações competitivas aumentando na maioria das vezes o comportamento agressivo (KINOSHITA, OGUNDARI, OLIVEIRA, 1984).

⁷⁰ University of Oregon. Disponível em: <<https://www.uoregon.edu/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

Os autores descrevem no trabalho as estruturas do corpo⁷¹ ligadas à regulação do comportamento agressivo, alegando que estas são idênticas em homens e mulheres (mesmos circuitos neurais), mas com diferenças em situações que os comportamentos se manifestam e os mecanismos hormonais que os desencadeiam. Eles também abordam conceitos e teorias (em áreas como psicanálise, etologia, aprendizagem social etc.) sobre agressão.

Silva e Casal (2000) pesquisaram homens e mulheres entre quatorze e quarenta e três anos, praticantes de *Kung Fu* (luta chinesa) e *Taekwondo* (luta coreana). As pessoas pesquisadas tinham entre três meses e doze anos de tempo nas artes marciais. Foram aplicados questionários de interesse e o Inventário de Expressão de Raiva Como Estado e Traço (STAXI)⁷², adaptado para a norma Brasileira. Segundo os autores não foi possível fazer associação entre a prática das duas artes marciais e elevação nos níveis de agressividade ou expressão da raiva, com as pessoas pesquisadas dentro de padrões considerados normais. Os pesquisadores confirmaram que a agressividade não está diretamente ligada às artes marciais.

Comparando um estudo com o de Silva e Casal (2000), foram investigados praticantes de judô. Hokino e Casal (2001) analisaram conceitos de raiva, agressão, violência e agressividade, apontando nessa última a necessidade de diferenciar seus tipos no âmbito esportivo⁷³. De acordo com os autores:

No Judô, como em qualquer esporte de lutas, necessita de um certo grau de agressividade para se alcançar êxitos, principalmente no rendimento competitivo. A agressividade exigida, é a agressividade positiva, de acordo com as regras de conduta e das regras desportivas de competição.

Este tipo de agressividade necessita de um apurado autocontrole por parte do atleta, que o conseguirá através de uma adequada orientação e

⁷¹ Para mais detalhes ver: <https://www.efdeportes.com/efd25/artesm.htm>. Acesso em 13/06/2006

⁷²STAXI = State Trait Anger Expression Inventory.

Este inventário tem como objetivo medir a experiência de raiva de um indivíduo através de oito escalas: estado de raiva (estado emocional momentâneo caracterizado por sentimentos subjetivos relacionados à raiva), traço de raiva (vivenciam freqüentemente reações de raiva), temperamento (expressão de reação de raiva sem muita provocação), reação de raiva (sensibilidade a críticas, afrontas e avaliações negativas), raiva para dentro (vivência de sentimentos de raiva que são reprimidos), raiva para fora (vivência de raiva, expressada em comportamentos agressivos), controle de raiva (investimento de energia para o monitoramento e prevenção da experiência e expressão de raiva) e expressão de raiva (experiência de intensos sentimentos de raiva, reprimidos ou expressos). (SILVA E CASAL, 2000, p.1).

⁷³ Dependendo do contexto a agressividade pode ser avaliada de forma positiva ou negativa (HOKINO; CASAL, 2001).

muito treinamento. A agressividade excessiva e prejudicial é totalmente desincentivada nas competições de Judô, pois qualquer ato contrário às regras de conduta, ou às regras de competição, é punida com perda de pontos ou desclassificação, chegando até à suspensão das competições e da federação de Judô. (HOKINO; CASAL, 2001, p. 1).

Para desenvolver a pesquisa, Hokino e Casal (2001) aplicaram o STAXI em homens e mulheres, acima de quatorze anos, iniciantes no judô. O teste foi executado no início e após três meses de aprendizagem. Segundo os pesquisadores, a média de raiva dos participantes estava bem próxima da padronizada para a população brasileira, com os homens obtendo escores maiores que os das mulheres. Após um tempo de prática, confirmaram uma tendência de diminuição dos níveis de raiva e aumento do controle e expressão da raiva, que tornaria a conversão em agressividade menos provável, apresentando o judô como um instrumento de compensação da agressividade social. Os autores não especificaram detalhes sobre os treinos, duração das seções e nem quantas vezes por semana.

No livro “Das brigas aos jogos com regras: enfrentando a indisciplina na escola”, Olivier (2000) apresenta atividades de lutas (baseadas principalmente no judô e na luta olímpica) como alternativas para controle da violência para estudantes do ensino infantil e fundamental, alegando trazer resultados concretos no manejo da indisciplina. O autor sugere a utilização das relações de oposição dos combates, oferecendo, ao contrário da briga, a possibilidade de confrontos de forma educativa.

De acordo com Olivier (2000):

Foi constatado que desde o primeiro ano de escolarização, as brigas e as discussões surgem muito cedo entre as crianças, tanto no pátio da escola como dentro de sala de aula. Manifestações espontâneas da vontade de apropriar-se de um objeto ou de um território, de impor seu projeto, são, com frequência, a única maneira, embora arcaica, que a criança encontra para regular seus conflitos. (OLIVIER, 2000, p. 11).

O autor entende essa violência como intrínseca às relações sociais, preferindo considerá-la como resultado das interações e, ao invés de negá-la ou suprimi-la, sugere que seja considerada como modo de expressão e comunicação, para que a criança seja

capaz de entender e situar a violência nos relacionamentos, diferenciando os contextos escolares, na rua e em casa. Assim:

A criança percebe, então, que a violência não é recebida da mesma maneira, reprimida do mesmo modo, conforme seja reacional ou vise causar danos. As afirmativas “foi ele quem começou” e “ele me bateu primeiro...” refletem bem o sinal dessa conscientização das diferenças da natureza na violência. (OLIVIER, 2000, p. 11).

Desse modo, sem negar a violência, a luta na escola a canalizaria, integrando-a nas relações sociais. O autor cita a presença social, sua evidência em filmes e na mídia e a banalização, ressaltando a importância dos pais e das instituições educacionais mediarem de forma cautelosa essas influências. Propõe, assim, transformar a briga em jogo com regras, em que as crianças poderão se expressar de forma definida e segura, reconhecendo o outro, com a presença de um “professor-árbitro” que garanta que os limites não sejam ultrapassados, preservando a alegria nos confrontos. O livro apresenta as riquezas (em nível motor, sócio afetivo, cognitivo, etc.), conteúdos, competências, pedagogia, entre outros, que podem ser conseguidos nos jogos de lutas, apresentando muitas atividades para serem realizadas com pouco ou sem nenhum material.

No estudo de Olivier (2000), há uma proposta pedagógica atraente, visando a superação da violência por meio da experimentação do confronto autorizado e socializado, sem agressão e com relações harmoniosas. Entretanto, apesar de não estar descrita a procedência, nem a língua original, apenas a informação de que foi traduzido, a leitura sugere o entendimento que foi aplicado na realidade da França, país com contexto bem diferente do Brasil. Levando em consideração o ano de publicação, ainda deve ser considerada uma diferente realidade no que se refere às tecnologias, mesmo no final do século XX, quando comparadas à atualidade. O livro propõe soluções dos conflitos em sala de aula baseado em “resultados concretos”, mas não trata as diferentes realidades escolares e nem apresenta como esses resultados foram conseguidos.

Hosoi (2011), em seu artigo, afirma que crianças que praticam lutas marciais ficam menos agressivas, mas não apresenta referência ou testes, apenas relatos de pais e docentes.

Pacheco (2012), ao pesquisar adolescentes, assinala possíveis causas de comportamentos agressivos nessa fase, indicando desde fatores fisiológicos até sociais e

culturais. O autor aponta, com relação à agressividade, características positivas e negativas, que dependem do contexto, assim como Hokino e Casal (2001). Pacheco (2012), com objetivo de encontrar relação entre a prática de artes marciais e a redução de comportamentos agressivos realizou uma pesquisa de campo com adolescentes que as praticavam. Revela a presença da violência na mídia, em estádios, bares, festas, ambiente familiar e nas escolas, sejam elas públicas ou particulares. Contra essa realidade, cita filosofias e doutrinas das artes marciais que pregam autocontrole e não violência. O pesquisador evidencia uma característica das lutas, prevista nos PCN: “Caracterizam-se por uma regulamentação específica a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade” (BRASIL, 1997, p. 32).

Pacheco (2012) aplicou um formulário semiestruturado, com quinze questões, que não estão presentes na publicação⁷⁴. De acordo com os resultados, afirma que as artes marciais podem auxiliar na redução de comportamento agressivo, alegando que os adolescentes entrevistados são capazes de exercer autocontrole e de não agir de forma agressiva em situações de conflito. O pesquisador pondera que a prática de artes marciais pode, portanto, auxiliar nas ações e reações agressivas, por parte de adolescentes durante as aulas, contribuindo para o autocontrole e formação de alunos como cidadãos.

Cordeiro Júnior (2015), por sua vez, após analisar a percepção de alunos, docentes e técnico-administrativos de um centro de ensino e pesquisa aplicada à educação, avaliou o judô como possibilidade de prevenir e minimizar a violência física entre alunos. O autor traz discussões sobre muitos aspectos da violência abordando principalmente seus princípios filosóficos-econômicos pelas obras de Marx e Engels. Os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa foram pautados no Materialismo Histórico-Dialético (MHD) em pesquisa-ação numa lógica quali-quantitativa, com estudantes do ensino fundamental em um Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação (CEPAE) da Universidade Federal de Goiás (UFG)⁷⁵, com registros em

⁷⁴ Não foi possível identificar no trabalho as perguntas feitas aos alunos, como foram elaboradas, quais eram as artes marciais praticadas, nem há quanto tempo os pesquisados lutavam. Observou-se apenas que havia praticantes de mais de duas modalidades diferentes.

⁷⁵ 4 O Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação é uma escola de Educação Básica, conforme o artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que desenvolve ensino experimental, público e gratuito, a serviço das necessidades e características de desenvolvimento integral do educando. É o principal campo de estágio e práticas de ensino para os cursos de Licenciatura e áreas afins da UFG,

vídeos, fotografias, questionário investigador das violências físicas para estudantes e entrevistas em áudio para docentes e funcionários. De acordo com o pesquisador:

O questionário identificador da violência física é um documento elaborado por nós com base em uma ficha diagnóstica de violência física (*bullying*) do professor Dan Olweus, extraindo dela as questões relativas à violência física no contexto escolar.

[...] As entrevistas em áudio com a direção, coordenadores, professores e técnicos administrativos têm como objetivo diagnosticar como estes sujeitos da pesquisa relatam essa dinâmica da violência física entre os alunos no contexto escolar – Quais são essas violências? Onde acontecem? Com que frequência acontecem? – e averiguar o procedimento adotado por esses profissionais para a resolutividade de situações conflituosas e de violência física. (CORDEIRO JÚNIOR, 2015, p. 24).

Foram escolhidas duas turmas do ensino fundamental (condição exigida pela escola, que foi acatada) com problemas de comportamento. Foram realizados dois meses de atividades, com três aulas semanais, para estudantes entre doze e quatorze anos de idade, não sendo permitida uma ação pedagógica diferenciada entre as turmas. Segundo Cordeiro Júnior (2015, p. 80-81), o “objetivo geral era realizar um trabalho investigativo sobre as possibilidades pedagógicas que o ensino do judô possui em ações de diagnóstico, prevenção e minimização da violência física praticada entre alunos”. Foram abordados conteúdos sobre “função social da escola, da educação física e do judô”, a incorporação da cultura japonesa no Brasil e no mundo, elementos constitutivos do judô a partir da cultura e economia da Japão feudal e elementos técnicos e táticos da modalidade.

O questionário foi aplicado no início do primeiro mês de atividades. O autor percebeu que a violência ocorre de forma e frequência diferentes entre alunos do sexo masculino e feminino. Dados com relação à violência física na percepção de alunos, técnico-administrativos e docentes foram mensurados em gráficos e relacionados com a literatura sobre o tema. O pesquisador relata que foram encontradas poucas referências acadêmicas sobre violência escolar e possibilidade de intervenção pedagógica, afirmando que, até então, a temática tem sido pouco estudada no Brasil.

com vistas a proporcionar a oportunidade de formação continuada em ensino na Educação Básica a licenciados e profissionais atuantes nessa etapa da educação, oferecendo cursos de pós-graduação, lato sensu e stricto sensu. Mais informações podem ser obtidas em consulta ao site: <<http://www.cepae.ufg.br>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

Ainda de acordo com Cordeiro Júnior (2015), pelos princípios do MHD, a violência é de ordem social, não considerando as condições orgânicas e biológicas como determinantes para o seu aparecimento. Segundo o autor:

Nessa lógica, podemos dizer que a violência não é a mesma desde o período primitivo, mas que é crescente e fruto da apropriação dos meios de produção e da divisão social do trabalho. Se considerarmos que a violência é uma condição socialmente construída, pela via do MHD, é possível afirmar que ela possa também, na medida do interesse entre os homens, ser desconstruída a partir da alteração do modo de produção econômica e das relações estabelecidas entre os homens. Outro elemento importante que auxilia no entendimento da estrutura educacional é a cultura, pois é nela que todo processo educacional está imerso. (CORDEIRO JÚNIOR, 2015, p. 41).

Nesse sentido, o autor acredita que como fenômeno social, os índices de violência podem ser reduzidos e a prática evitada. A violência física entre alunos é uma realidade em muitas instituições, problemática a ser minimizada, que desgasta o papel de docentes e da escola. Ele ressalta os altos índices de óbitos e homicídios entre jovens, apontando para a necessidade de combate desse fenômeno e do envolvimento de vários setores para desenvolver políticas públicas com essa finalidade. Também destaca que o Brasil não é um país pacifista, necessitando reflexões acerca das violências nas relações interpessoais, começando com as famílias com relações estreitas com a escola, citando, assim como outros autores, o tratamento da violência como problema de saúde pública e, o desafio de lidar com essa questão. Em seu trabalho, Cordeiro Júnior (2015) mostra a transição da criminologia para a medicina e saúde pública, como uma abordagem preventiva, assim como é feito na intenção de prevenir doenças identificando fatores de risco. No caso da violência, detectando os fatores e implementando métodos para combatê-los, podem ser reduzidos os crimes violentos com possibilidade de efeitos positivos sobre outros problemas sociais.

Entendendo como necessidade vital cuidar dos alunos para o futuro de qualquer nação, Cordeiro Júnior (2015) vê como necessário o desenvolvimento de práticas educativas na escola para minimização da violência de forma geral. Afirma que o ensino do judô, na forma em que propõe, permite uma nova leitura da realidade, entendendo a prática como um processo de aperfeiçoamento permanente. Os alunos devem reconhecer que a violência física prejudica o processo de ensino-aprendizagem,

desrespeita as pessoas e traz desestabilidade emocional. Através do judô é possível desenvolver práticas respeitadas com os colegas.

Enquanto desenvolveu o projeto, Cordeiro Júnior (2015), enfatizou o ensino do judô para contribuir no desenvolvimento das relações interpessoais dos alunos. O intuito foi explorar situações conflituosas com diálogos, apoiado em valores como reconhecimento à diversidade, respeito, tolerância, entre outros, para quebrar o paradigma de que luta é briga ou violência. O pesquisador alerta para a importância de docentes mediar as atividades para que não ocorram excessos, podendo outros estudantes ajudarem na observação. Apesar de não ter sido o foco do trabalho, foi considerado o combate à agressão verbal, para que seus efeitos sejam controlados ou minimizados.

Em atividades práticas, Cordeiro Júnior (2015) considerou possibilitar os confrontos com colegas diferentes, iniciar e terminar a aula de forma organizada com os elementos do judô tradicional⁷⁶, utilização de atividades coletivas para aumento de vínculo e afetividade, considerando discentes como parte da solução dos conflitos, mediados por docentes. De acordo com o pesquisador:

O que consideramos importante e necessário esclarecer em nossa concepção é que o agressor deve desenvolver uma consciência crítica sobre os atos que pratica. Em relação às vítimas, é preciso que estas desenvolvam os mecanismos psicológicos necessários para impedir que estejam nesse papel reiteradas vezes. A escola precisa ser a instituição capaz de garantir direito à integridade física de ambos, agressor e vítima, buscando a resolutividade desse processo internamente. (CORDEIRO JÚNIOR, 2015, p. 118).

Cordeiro Júnior esclarece tratar-se de um trabalho em construção numa perspectiva crítico-superadora em sintonia com a pedagogia histórico-crítica. Argumenta que diante da violência é relevante apontar possíveis soluções, e apresenta a pretensão de continuidade em seu trabalho, ao afirmar que a sistematização do judô nas aulas de Educação Física será um processo permanente de construção, sugerindo inclusive que sua proposta inicial possa ser enriquecida e ampliada. Posiciona-se

⁷⁶ Fazer a saudação no início e no fim da aula, não como atividade autoritária, mas com uso consciente do ritual e apresentação do seu significado, estabelecendo critérios básicos de convivência entre os alunos.

afirmando que a escola não pode ser responsabilizada para resolver todos os problemas de violência, mas coopere na busca de soluções de forma coletiva.

Nas aulas, Cordeiro Júnior (2015) observou relações conflituosas com motivos fúteis, banalização da violência física e, em alguns alunos, ausência de compreensão de consequências das atitudes. Verificou também a importância da supervisão de adultos para evitar problemas nas situações de conflitos físicos. Ciente que o judô não pode suprir o que é negado à criança pela sociedade, de acordo com o pesquisador:

Consideramos que a hipótese inicial que procurava verificar se por intermédio do judô seria possível realizar ações de diagnóstico, prevenção e minimização da violência física foi alcançada e com uma avaliação positiva, merecendo em outros momentos e lugares ser aplicada para verificação da sua viabilidade. (CORDEIRO JÚNIOR, 2015, p. 147-148).

Conclui que o judô pode ser desenvolvido de forma esportiva educacional e lúdica, o que demanda local apropriado, materiais e docente para supervisionar e esclarecer as diferenças entre situação de luta e violência. No que se refere aos materiais, destaca a necessidade de tatame ou colchões, materiais que muitas vezes não são encontrados nas escolas, seja para ginástica, dança ou judô. No caso da pesquisa no CEPAE, isso não foi problema.

Cordeiro Júnior (2015, p. 124-143) apresenta um material didático para quem pretende trabalhar o judô na escola dentro da perspectiva por ele apresentada. Trata-se de uma referência para o ensino da modalidade como instrumento de diagnóstico, prevenção e minimização da violência na escola, entendida mais como sugestão do que uma receita a ser adotada, pois se pode partir dela para responder a uma necessidade real para atuação em uma perspectiva crítica, buscando os próprios caminhos. A expectativa é que o material pedagógico possa auxiliar aqueles que atuam nas escolas, fornecendo subsídios teóricos e práticos sobre questões ligadas à violência.

O trabalho de Cordeiro Júnior (2015, p. 41) mostrou-se mais completo que os citados anteriormente, apresentando vários detalhes sobre as atividades desenvolvidas e algumas situações que aconteceram durante as aulas. Todavia, analisando a forma como as aulas de judô foram conduzidas, percebe-se uma grande diferença em relação a como acontecem em diversos locais no país. Outra questão complexa, encontrada na pesquisa, é o fato dele partir do MHD considerando que a possibilidade de desconstrução da

violência ocorre “a partir da alteração do modo de produção econômica e das relações estabelecidas entre os homens”, ao mesmo tempo que aponta possíveis soluções, ressignificando apenas os relacionamentos, sem efetiva alteração no modo de produção.

Trabalhos apresentados sobre a questão da violência, até então, foram publicados antes da proposta do judô na escola em parceria com o Japão. Apesar do *bullying* ser mencionado na base de dados pesquisada, não foi identificado nenhum estudo publicado no Brasil tratando especificamente o judô relacionado ao tema, talvez pela complexidade que ele envolve.

A criação do judô teve, de certa forma, a busca do seu fundador pela autodefesa contra o *bullying* que sofria na escola. Os discursos de Jigoro Kano demonstram principalmente preocupações com educação e benefícios para pessoas e comunidades (KANO, 2008a; WATSON, 2011). Porém, tanto no Japão, quanto no Brasil, o judô, enquanto modalidade competitiva, tende a ocultar vários dos benefícios da prática pregados pelo seu fundador. O papel do professor/instrutor é fundamental para que o lado saudável da prática possa prevalecer.

4.3 Judô e competição

Quando foram feitas as buscas sobre o termo/descriptor “judô”, no Brasil, a maioria das publicações encontradas foram voltadas para aspectos fisiológicos e treinamento esportivo, com ênfase na modalidade competitiva, fato também destacado por Brum (2016) e Gondim (2017).

Embora controversa, a questão competitiva deve ser avaliada com cautela, pois, apesar da tendência de um desvio do judô de Jigoro Kano, ao que tudo indica, tem papel fundamental para a divulgação e crescimento da modalidade.

Analisando os trabalhos sobre judô e educação, alguns autores pontuaram a competição com viés negativo (SANTOS, 2013; LAGE, 2015; GONDIM, 2017). Entretanto, em autores como Brum (2016), Emmerick (2019), Cardoso *et al.* (2019), Brandão (2019), Teófilo (2020), evidenciam situações positivas também. A seguir analisamos uma dissertação e dois artigos, juntamente com outros textos que contribuem para tratar o tema judô e competição.

QUADRO 3 - PESQUISAS SELECIONADAS SOBRE JUDÔ E COMPETIÇÃO

Item	TÍTULO	AUTORIA	ANO	CATEGORIA	IES/PG/EF	PLATAFORMA
1	“Mulheres que lutam”: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade.	BRUM, Adriana	2016	Dissert.	UFPR/PG/EF	Capes
2	Significado do judô paralímpico: um estudo de caso.	CARDOSO <i>et al.</i>	2019	Artigo		Scielo
3	Arte marcial e esporte: um estudo etnográfico sobre uma equipe de judô de Pelotas-RS.	GONÇALVES E SILVEIRA	2012	Artigo		Scielo

Fonte: Dados organizados pelo autor, 2021

De acordo com Brum (2016), nas narrativas históricas, para que o judô se popularizasse, Kano aceitava que os primeiros aprendizes participassem de desafios, condenando posteriormente essas práticas. Histórias como as de Shiro Saigo, se espalhavam pelo Japão e traziam diversos alunos para a Kodokan, como citado anteriormente.

Mediante a pretensão de popularizar sua arte no mundo, ainda no século XIX, Kano proferia palestras e demonstrava as técnicas nos países onde viajava. Stevens (2007) relata desafios que aconteceram nos Estados Unidos e na Europa, com as notícias de pequenos japoneses lançando ao chão pessoas maiores, atraindo a atenção do público e aumentando o número de adeptos. Houve até uma comunidade de sufragistas britânicas, em 1913, que formaram com mulheres judocas um grupo de “guarda-costas” para proteger as oradoras durante os discursos.

O judô tem boa aceitação em academias, escolas, clubes, projetos sociais, condomínios, entre outros. Em muitos casos, os participantes inseridos no meio esportivo podem ter oportunidades como estudos, viagens, remunerações,

reconhecimento social (com resultados em competições), entre outras, muitas vezes distantes da realidade do praticante antes do início na modalidade (OLÍVIO JÚNIOR; DRIGO, 2016 *apud* CAMILO JÚNIOR, 2020).

Embora tenham ocorrido movimentos pela prática de esportes por mulheres, ao que tudo indica, a manobra do dirigente do judô que favoreceu a revogação da deliberação contra os esportes femininos, em 1979, se destaca mais pela vontade de resultados competitivos (BRUM, 2016).

Em seu trabalho, Brum (2016) relata que na busca por nomes de mulheres judocas, muitos professores não lembravam das primeiras praticantes, mas era comum lembrarem daquelas com resultados expressivos em competição.

Resultados em competição tendem a marcar e a destacar as pessoas e chamar a atenção para os esportes. A medalha olímpica de Chiaki Ishii em 1972 trouxe atenção para o judô no Brasil. O fato se repetiu outras vezes e continuou trazendo adeptos.

Os esportes têm vários significados para a vida dos praticantes. Em estudo de caso para compreender o significado do judô paralímpico na vida de um atleta com deficiência visual, por meio da história oral de vida, foi possível conhecer desde o processo de aceitação da deficiência até à adesão ao judô. O esporte trouxe autonomia (inclusive financeira) e reconhecimento social, principalmente através das vitórias em competição (CARDOSO *et al.*, 2019).

Watson (2011) relata um episódio de um estudante japonês, membro da equipe de judô de sua universidade, que perdeu um dos braços num acidente, gerando crises de depressão, fazendo-o abandonar o judô e os estudos. A mãe do aluno buscou aconselhamento com o instrutor, que convenceu o jovem a continuar treinando e ter aulas para superar a deficiência. Algum tempo depois, o jovem retomou os estudos, voltou a competir e inclusive derrotou vários colegas não deficientes em competições estudantis.

Uma das campeãs olímpicas do judô brasileiro afirmou que conheceu o judô, praticado de forma recreativa nas aulas de Educação Física na escola, aos nove anos de idade. Interessou-se, procurou um clube e o esporte acabou fazendo grande diferença em sua vida e no seu desenvolvimento como pessoa: “Foi muito importante. Melhorei minha coordenação motora e a disciplina porque eu precisava ter notas boas para

continuar no esporte”, revela. “O judô conseguiu me colocar numa linha de pensamento” (Ministério da Educação, 2015)⁷⁷.

Gonçalves e Silveira (2012), a partir de um estudo etnográfico, demonstram a artificialidade do judô esportivo, em que os praticantes não conhecem os fundamentos originais do judô Kodokan, onde se cria uma “tradição inventada”⁷⁸, considerada legítima, mas que nunca existiu na história da modalidade, estabelecendo uma continuidade artificial⁷⁹ entre o passado e o presente.

Afora a artificialidade citada, não se pode negar o que é apontado por Stevens (2007), Casado e Villamón (2009), Santos (2013) e Brum (2016), que destacam que o judô que foi difundido após a segunda guerra foi de caráter esportivo, com características muitas vezes distantes do judô Kodokan original, com um método idealizado pela figura de Jigoro Kano. Entretanto, a esportivização e as competições contribuíram para a popularização da arte. Elas também permitem convívio com culturas diferentes, novas aprendizagens, contato e aprimoramento com tecnologias, entre outros, como mencionado.

De acordo com Santos (2013), com a incorporação de diferentes intencionalidades e significados no decorrer da história, o judô permite que os praticantes escolham os propósitos de suas práticas. O modelo predominante ainda é o competitivo, mas começa a perder espaço para outras formas. Os fortes traços da interação Oriente-Occidente permitem releituras para o desenvolvimento de perspectivas educativas no mundo globalizado. Nesse sentido, o papel de quem ensina fará muita diferença.

4.4 A formação de *sensei* de judô no Brasil

A profissão de Educação Física foi regulamentada em 1998 com a Lei 9696/98, que delimitou seu campo de acesso:

⁷⁷ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/21518-medalhista-de-ouro-em-londres-comecou-a-lutar-judo-na-escola>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

⁷⁸ “[...] entende-se [por tradição inventada] um conjunto de práticas regulamentadas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBBSAWN, 1997, p. 9 *apud* GONÇALVES E SILVEIRA, 2012, p. 130).

⁷⁹ Os autores citam na modernidade muitas tradições tiveram que mudar para continuar existindo e com as lutas não foi diferente.

Art. 3º Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (BRASIL, 1998).

Apesar da regulamentação, a lei não garantiu que para ensinar as artes marciais seria necessária uma preparação acadêmica.

Percebendo durante o trabalho a importância do *sensei* (professor) de judô, analisamos a formação e sua importância, trazendo as seguintes referências:

QUADRO 4 - PESQUISAS SELECIONADAS SOBRE A FORMAÇÃO DO *SENSEI*

Item	TÍTULO	AUTORIA	ANO	CATEGOR IA	IES/PG	PLATAFOR MA
1	Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro.	DRIGO <i>et al.</i>	2011	Artigo		Scielo
2	Modelos de formação dos instrutores de judô no Brasil: análise das relações entre o tradicional/artesanal e o profissional/científico.	CAMILO JÚNIOR, Luiz F.	2020	Dissertação	UNESP/P G/CM	Capes
3	Autoridade na educação judoística: notas etnográficas na Associação de Judô de Bastos-SP.	TEÓFILO, Aaron F.	2020	Dissertação	UFLA/PG/ E	Capes
4	Lutas olímpicas na escola: uma pesquisa ação com professores	CISNE, Mabel D.N.	2021	Dissertação	UECE/PG/ E	Capes

	de educação física.					
--	---------------------	--	--	--	--	--

Fonte: Dados sistematizados pelo autor, 2021

Ao analisarem a formação de professor de judô no Brasil, Drigo *et al.* (2011) identificaram que esta se assemelha a escolas de ofício⁸⁰, vinculadas às tradições do saber fazer, e distantes do modelo de formação acadêmica. Segundo os autores, há elementos de esporte e cultura nas artes marciais praticadas no país. Isso permite usufruir benefícios, como alguns concedidos pelo Ministério do Esporte aos atletas. Entretanto:

Em outro patamar também se registra que não há consenso nacional quanto ao fato dos técnicos de artes marciais terem formação em Educação Física como prevê a Lei 9.696/98 (Congresso Federal do Brasil, 1998). Neste caso, estas lutas não se configuram em desportos, mas como atividades culturais. (DRIGO *et al.*, 2011, p. 50)

Segundo os autores, desde que foi regulamentada a profissão de EF no Brasil, as artes marciais seguem um caminho próprio. Em sua pesquisa, não foram encontrados critérios para a formação, currículos, ementas e temáticas nos cursos formativos, e conflitos, em que sessões de treinamento são confundidas com aulas. Identificaram, num primeiro momento, que a regulamentação da profissão desestabilizou a formação tradicional, mas que até o momento analisado estudar a preparação para ensinar judô é estudar a formação para a faixa preta. Os praticantes aprendem essencialmente fazendo, as instituições regulamentadoras se assemelham às escolas de ofício, a figura do mestre é responsável pela formação (formal e legalmente).

Em estudo mais recente, Camilo Júnior (2020) destaca que durante a expansão e desenvolvimento do judô no Brasil, os aspectos da cultura japonesa foram ressignificados com a esportivização no *dojo* e a espetacularização da modalidade. Segundo o autor, o fato se consolidou de forma artesanal, e os mestres foram protagonistas nesse processo. O autor aponta a falta de consenso nos responsáveis pelo processo de formação dos novos profissionais, gerando confusão para quem não tem um bom entendimento sobre esse processo.

⁸⁰ Os participantes aprendem fazendo, o mestre tem imagem valorizada, como atividades práticas consideradas tão formativas quanto os estudos formais (RUGIU, 1998 *apud* DRIGO *et al.*, 2011).

Ao analisar profissionais do judô, com diferentes tipos de formação, Camilo Júnior (2020) verificou que o conhecimento científico é citado, mas de forma dispersa e não enfatizada. Identificou também que mestres antigos (com graduações mais elevadas na modalidade) manifestam maior característica artesanal, com a metodologia prática sobreposta à pedagogia científica. Os profissionais de destaque (que atuam em seleções ou clubes) em sua maioria consideram a formação acadêmica importante, entendem e praticam o conhecimento moderno, por estarem ligados ao rendimento em competições, mas também possuem características atreladas ao modelo artesanal. Em contrapartida, docentes universitários (titulares da disciplina judô/lutas/esportes de combate) apresentam individualização de suas ações, buscam equilibrar teoria e prática, mas sem consenso de suas ações formativas, cada um optando por uma linha de pensamento.

Ainda de acordo com Camilo Júnior (2020), é difícil conseguir respostas simples a respeito de uma capacitação profissional de qualidade com manifestações contrárias sobre as características artesanais e profissionais. O autor considera necessário:

- a) maior disseminação de conceitos referentes ao processo de profissionalização e desenvolvimento científico para a modalidade;
- b) estímulos para pesquisa, fórum de debates, congressos científicos e técnicos no que tange a formação e preparação profissional para atuar no judô;
- c) estudos da demanda social que possam abranger os relacionamentos entre os agentes sociais distribuídos entre os espaços artesanais e profissionais relacionados aos conflitos e harmonizações decorrentes desses espaços sociais;
- d) maior proximidade em vistas a uma maior qualificação profissional entre as confederações e federações esportivas da modalidade e as universidades;
- e) estímulos para formação de doutores que [sic] sensíveis as necessidades do esporte nacional no que tange as questões do processo de profissionalização. (CAMILO JÚNIOR, 2020, p. 96).

Camilo Júnior (2020), em sua dissertação, sugere uma aproximação entre as instituições que administram o judô no Brasil e as instituições acadêmicas, para aprofundar o contato da prática com o que se desenvolve nas universidades. Essa aproximação já era indicada no Japão, quando Jigoro Kano ainda era vivo. Também são sugeridos mecanismos de transição de carreira com auxílio educacional para ex-atletas e plano de ação para traçar modelos de capacitação para as diversas possibilidades da modalidade. O autor aponta que as instituições responsáveis pelo judô possuem “baixa

aderência em aspectos pedagógicos oriundos de estudos acadêmicos” (CAMILO JÚNIOR, 2020, p. 100). Por fim, ele percebe a necessidade de mais estudos sobre a formação no judô brasileiro e sugere que os grupos dos dirigentes da modalidade elaborem um modelo de carreira contemporâneo para os futuros profissionais, que permeie a tradição e a ciência em compromisso com uma educação ética e segura de quem pratica, destacando ainda que o novo e o tradicional não devem se opor.

Reforçando a importância da formação e do papel de quem ensina o judô, Teófilo (2020), percebendo a autoridade do *sensei*, realizou uma pesquisa etnográfica orientada pelos pressupostos metodológicos da Antropologia Interpretativa, fundamentada em Clifford Geertz, e perspectivas acerca dos conceitos de autoridade de Hannah Arendt e Richard Sennett. O autor destaca a escassez de publicações com reflexões sociológicas e antropológicas sobre práticas educativas da modalidade.

Teófilo (2020) ressalta o surgimento e desenvolvimento do judô Kodokan juntamente com a fase de educação escolar e universitária moderna no Japão, no século XIX, com prática educativa perpassando o “tradicional” e o “moderno”. Ele comenta a característica dos japoneses segundo a qual, ao absorverem as contribuições ocidentais na economia, na cultura e principalmente na educação, para o desenvolvimento do país, consideravam assumir um débito com o Ocidente e, precisavam quitar a dívida contraída. Assim como muitos japoneses, Jigoro Kano tinha essa preocupação:

No futuro, os cidadãos das nações do mundo se aproximarão naturalmente e as culturas aos poucos se integrarão. Neste momento, se aprendermos muito sobre os outros países e não tivermos nada para lhes ensinar, não apenas ficaremos envergonhados, mas também será difícil que não nos olhem com desprezo. Então, o que vamos ensinar a eles? Nós temos o judô. (KANO, 2008a, p. 123).

Segundo Teófilo (2020), como Kano se apropriou dos conhecimentos antigos do *jujutsu*, para se livrar dos abusos que sofria nas escolas, também sentia obrigação de quitar a dívida com o legado das artes marciais, efetuando o pagamento desta com a criação de sua nova arte, preservando as tradições do *jujutsu*, e incorporando os elementos ocidentais e práticas para formar a pessoa moderna.

Em sua pesquisa, Teófilo (2020) assinala que, diferente do que acontece na escola, na educação judoística a criança chega em um mundo desconhecido, onde o *sensei* ensina os conceitos e as práticas do judô, mas ficando responsável pela criança

no *dojo* e fora dele, havendo também uma relação hierárquica. Na realidade observada, segundo Teófilo:

[...] é inimaginável, para uma criança ou jovem aprendiz, se colocar em uma relação de igualdade com seus professores. Para um judoca, não identificar o professor como uma autoridade, ou seja, conceber ou tratar um *sensei* como igual ou inferior, dentro ou fora do centro de treinamento, certamente, é algo que se afigura um escândalo sociológico. (TEÓFILO, 2020, p. 72-73).

O pesquisador ressalta a crise de autoridade moderna, parecendo emergir de valores liberais da igualdade e liberdade nas relações sociais, pressupondo inclusive a hierarquia com relação de dominação e exploração. Em seu estudo, percebeu o reconhecimento da autoridade do professor “porque a pedagogia judoística ali empregada é eficaz no ensino e aprendizado da atribuição de um valor positivo à diferença entre os sujeitos dispostos em um arranjo hierárquico” (TEÓFILO, 2020, p.74).

Segundo o mesmo autor, tanto Jigoro Kano quanto pesquisadores na área da EF esboçaram preocupação com os valores competitivos ocidentais, que poderiam ameaçar os propósitos educacionais. Teófilo (2020) afirma que esses estudiosos concluem que a prática esportiva do judô é danosa à sua pedagogia e aos praticantes, mas em seu trabalho foi possível outra interpretação:

Contudo, mais importante que o sucesso competitivo, na comunidade judoística, é a aprendizagem de um significado de vencer, bem como, a cooperação entre professores e aprendizes, e entre os próprios adversários. A relação de cooperação de um judoca para com o outro deve, inclusive, ultrapassar o contexto judoístico e balizar as relações sociais, as quais um judoca vivencia ao longo da vida.

Diferentemente da noção ocidental de vitória atrelada ao egoísmo individualista, que entende o vencer como um mero ato individual de derrotar o outro, de superar ao outro, a qualquer custo, no decurso das práticas educativas do judô acionadas na formação do atleta, o vencer significa, sobretudo, derrotar as próprias limitações, vencer a si mesmo. Entretanto, os praticantes aprendem ao longo do processo educativo judoístico que só é possível vencer a si mesmo e também ao outro, a partir da cooperação de muitos. E dentre os vários colaboradores (família, parceiros de treino, adversários), o *sensei* é reconhecido como o principal colaborador. (TEÓFILO, 2020, p. 69)

Ele ainda salienta que a cooperação é base pedagógica da modalidade, o outro deve ser reconhecido, tem papel relevante. O *sensei*, mais do que instruir, deve ensinar o que é vencer dignamente dentro e fora do *dojo*. Tanto a coletividade quanto ensinamentos sobre ganhar e perder foram percebidos em sua pesquisa, além da mutabilidade da tradição do judô.

Na pesquisa de Teófilo (2020), no local analisado (um centro de treinamento com residência), apesar de serem cobradas taxas, não era considerada uma relação de consumo, no sentido que os pagantes pudessem opinar sobre as regras. As regras do professor “principal” foram definidas e mantidas há décadas e quem quisesse participar deveria estar sujeito a elas. Um exemplo é o de pessoas de outras cidades que fossem morar lá para treinar, e que na época da pesquisa pagavam cerca de um salário mínimo para residir e, como regra, não podiam namorar, brigar ou consumir drogas ilícitas ou lícitas. As exigências eram aceitas por familiares e praticantes sem contestações.

Truz (2018, p. 74) reforça a importância do *sensei* “estar comprometido com os princípios filosóficos do judô, partindo dele as atitudes de respeito e humildade”, para que aprendizes possam reproduzir as atitudes, “melhorando o seu repertório de habilidades sociais”.

De acordo com Cisne (2021), em pesquisa-ação realizada com docentes de EF da rede municipal de Fortaleza, foi possível, por meio de uma formação continuada em lutas olímpicas⁸¹, identificar uma percepção satisfatória quanto ao ensino das modalidades de combate na escola. Capacitações, nesses moldes, têm se mostrado eficientes quanto à inserção das lutas em ambiente escolar nas aulas de EF para colaborar com as modalidades fora do contexto formal.

Diante da discussão efetuada, reconhecendo a autoridade e a influência do *sensei*, será de fundamental importância para preservar o método educacional, como pretendido por Jigoro Kano, a formação continuada daqueles que ensinam judô e um conhecimento profundo sobre a atividade. Em suas palavras:

Nos últimos tempos, como o judô se tornou mais popular, em alguns casos faltam o método educacional e o espírito fundamental do judô. Portanto, minha esperança é que aqueles que estão em treinamento,

⁸¹ Boxe, Esgrima, Judô, Wrestling, Taekwondo e Karatê.

tanto quanto os instrutores, deem a devida atenção a essas questões. (KANO, 2008a, p. 32).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa bibliográfica e documental foi possível compreender que, desde a criação do judô por Jigoro Kano, ainda no século XIX, até a segunda década do século XXI, a busca dos indivíduos por conhecimentos em “lutas” ocorre, muitas vezes, como uma forma de se defender individualmente, inclusive do *bullying*. Revisitando a história do fundador do judô, foi possível identificar sua procura constante por conhecimentos, aperfeiçoamentos, formação contínua, divulgação do conhecimento, cuidados com as finanças, com a alimentação, desenvolvimento de hábitos saudáveis, prática de atividades para manter a saúde até idade avançada e intenções voltadas para o bem comum - ideia enfatizada diversas vezes nos livros e trabalhos lidos. Ao constatar o aperfeiçoamento da capacidade física e mental, remodelou o antigo *jujutsu* e com o passar do tempo, seu trabalho ganhou reconhecimento e até mesmo os antigos mestres buscaram aprender na Kodokan.

As ideias de Kano, reconhecidas pela universalidade e valor para o desenvolvimento das pessoas, nem sempre são lembradas, incorporadas e praticadas, ou docentes brasileiros não as ensinam e, em alguns casos, são distorcidas pela esportivização do judô. Hábitos de cuidados pelo bem comum fazem parte da cultura japonesa, como o exemplo dos torcedores limpando os estádios, ou mesmo as crianças que cuidam da higiene das escolas⁸², podendo os princípios como o *jita kyoei* servir, igualmente, como incentivo para tais atitudes no Brasil.

Pesquisadores, como Gondim (2017) e Trusz (2018), percebem o judô como diferente de outras atividades físicas e esportivas, devido aos princípios idealizados pelo seu fundador. Segundo os autores, sem o ensino e aplicação destes, a modalidade pode se assemelhar a outras.

A criação do judô ocorreu num período de mudanças históricas significativas no Japão, inclusive em relação à educação e integração de culturas (oriental-ocidental). Nesse processo se destacam as aprendizagens de Kano por meio de estudos, observações e a procura por pessoas que possuíam conhecimentos de seu interesse, como os exemplos citados no decorrer deste estudo. Dentre alguns dos destaques,

⁸² Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44582099>>. Acesso em: 31 jul. 2021.

podemos evidenciar: a importância de uma base sólida, para aprender melhor e de forma mais eficiente; relações saudáveis entre as pessoas como fundamentais, que possibilitaram continuar aprendendo e obtendo vários auxílios que ajudaram, inclusive, a expandir e manter a Kodokan, propiciando abrir mão de subsídios que poderiam estimular medidas não humanistas ou contra seus princípios. Muitos estudiosos destacam sua visão educadora e futurista.

A Constituição Federal de 1988, a LDB e outros norteadores da educação no Brasil, como PCN (1997) e BNCC (2018) visam à preparação para o desenvolvimento da pessoa, exercício da cidadania e preparo para o trabalho (BRASIL, 1988, BRASIL, 1996). Também o judô, se consideradas as intenções de seu criador, objetiva preparar as pessoas para a vida, capazes de flexibilizar e se adaptar às mais diversas condições.

A análise do *corpus* de pesquisas acadêmicas selecionadas evidencia diversas contribuições do judô à educação básica. A prática deste pode ser associada ao início da vivência, nessa fase da educação, tendendo a trazer benefícios. Porém, deve ser considerada a possibilidade dessa prática para as crianças na mesma faixa etária em que a matrícula é obrigatória (4 anos) quando iniciam o processo de escolarização. No entanto, como ainda não existe uma lei nacional que coloque a obrigatoriedade da modalidade nas escolas públicas, o custo pode ser alto, o que dificulta a inclusão para as camadas com renda mais baixa.

O judô pode beneficiar a formação integral das pessoas, seja como atividade física, como prática esportiva, ou como “modo de vida”, depende de como é apresentado aos praticantes por docentes e de como cada indivíduo absorve seus ensinamentos. Pode ser adotado como um complemento à formação, desde discentes até docentes.

Assim como acontece na EB, a prática da modalidade judô é dividida em ciclos, e possibilita desenvolvimento e aprendizagem constante. Como afirmado anteriormente, o judô competitivo separa os combates por idades e pesos aproximados, para diminuir as desigualdades nos confrontos, o que pode proporcionar lutas mais justas. A modalidade propicia o contato com uma nova cultura, o que inclui as formas de cumprimentar, o respeito ao *sensei*, aos mais graduados e às pessoas de maneira geral, e também a nomenclatura dos fundamentos e técnicas. As competições informatizadas permitem conhecer as tecnologias, que mudam constantemente. Aulas de judô com as

regras vigentes de competição, que sofrem mudanças praticamente todos os anos, requerem estudos constantes por todos os envolvidos.

Ainda que exista a proposta de judô nas escolas, em parceria com o governo japonês, a não existência de políticas públicas específicas e a tendência de mais investimentos no esporte de rendimento do que no de base, são fatores que dificultam usufruir os benefícios desta arte.

O judô pode ser desenvolvido como conteúdo da EF escolar ou como atividade extra. Independente do local da prática, por meio do estado do conhecimento, foi possível identificar diversas possibilidades e benefícios para educandos recorrendo ao seu ensino: tem boa aceitação como ferramenta educacional; é motivante e eficaz para estudantes e professores se desenvolvido de forma planejada e adequada a cada realidade; desenvolve habilidades socialmente competentes; facilita a educação em espaços não escolares; possibilita a formação social, moral e a vivência de diferentes culturas; traz benefícios à saúde; competidores têm escolaridade elevada; entre outros aspectos. Sua prática acontece de forma diversa e a interpretação vai depender do contexto, da leitura e da forma de trabalho.

Mesmo como modalidade de combate mais influente nos currículos dos cursos de graduação e conseguindo reconhecimento por parte da comunidade escolar como componente curricular da EF, o judô ainda tem baixa presença na escola, onde as estruturas favorecem os esportes coletivos. Manuais e modelos, como referência, favorecem a aplicação do conteúdo, principalmente para docentes que têm pouca ou nenhuma vivência. Existem várias opções de atividade que trazem benefícios à saúde, e o judô é uma delas, portanto, apresentar as opções nas aulas de EF possibilita que pessoas jovens conheçam alternativas para favorecer um envelhecimento saudável.

A pesquisa de So (2014) mostrou ser possível trabalhar as lutas na EF escolar mesmo sem conhecimentos em modalidades de combate. Nesse sentido, os “manuais” são importantes ferramentas para favorecer as práticas. Sugerimos que ao tratar o judô, esses referenciais abordem Jigoro Kano e seus ensinamentos. Percebemos também a importância dos projetos sociais para a popularização dos vários esportes individuais, já que as estruturas e os materiais escolares não os favorecem. Porém, nas últimas décadas, os investimentos no esporte de rendimento foram superiores aos voltados para a democratização das práticas.

A proposta de judô na escola em parceria do Brasil com o Japão sugere que seja implementada como atividade extra turno, o que poderia ser facilitado se os estudantes conhecessem a atividade em suas aulas de EF, à exemplo da medalhista olímpica brasileira citada que descobriu o esporte na escola. Em qualquer dos casos, percebe-se a importância da formação continuada, dificultada muitas vezes por baixas remunerações e elevadas cargas de trabalho dos profissionais. Devido à pandemia de COVID-19 não ter sido controlada até a conclusão desta pesquisa, não foi possível observar como se dará a continuidade da proposta após as últimas olimpíadas de Tóquio realizadas em 2021.

Nos escritos de Kano (2008a, p. 81) foi possível perceber que suas intenções eram voltadas para a educação e para o bem comum das pessoas. Por meio do *seiryoku zenyo* e do *jita kyoei*, ele estabelecia três níveis para o judô, considerando o mais elevado “o aprimoramento próprio pelo bem da sociedade” e não ser simplesmente um campeão. Nesse sentido, tratar a questão da competição mostra certa complexidade. Ao mesmo tempo que competições, muitas vezes, distorcem os princípios, ajudam a divulgar, geram oportunidade (empregos, viagens etc.), dão esperança (atletas, competidores com deficiência), incentivam os lutadores a permanecerem no esporte.

Kano, por exemplo, mostrava interesse em competições de judô com o uso de armas, o que praticamente não acontece. Outro exemplo é a proibição de técnicas como o *kata-guruma* (citada no item 2.1.1 deste trabalho), que era aplicada segurando na perna, e foi utilizada pelo fundador para derrotar um parceiro de treino ainda enquanto aluno de *jujutsu*. Foi inserida no *kata* mais praticado no judô e mais cobrado em exames de faixa (*nage-no-kata*), e de 2009, até a finalização deste trabalho estava proibida de ser aplicada em competições em sua forma original. Ao mesmo tempo que proíbem técnicas que oferecem pouco risco aos praticantes, por questões políticas, as regras de competição punem atitudes anti-desportivas ou que coloquem em risco a saúde de qualquer dos competidores.

A competição é relevante para divulgar a modalidade e transforma-se em um diferencial, tanto para as pessoas que conseguem se destacar, quanto para aquelas que, assim como eu, carregam os ensinamentos para a vida. Ao que tudo indica, o interesse por resultados em competição favoreceu inclusive a prática de esportes femininos de maneira geral no país. Como poucos conseguem se tornar atletas de alto rendimento, a

maioria dos praticantes deveria conhecer o judô de forma mais profunda, até mesmo grandes competidores. No que se refere a praticantes com dupla jornada (treino/escola), o Brasil se mostrou carente em políticas públicas.

Com mais de trinta anos como praticante, percebia a tendência de redução de comportamentos agressivos, principalmente controle contra violência física, mesmo em locais sem a ênfase nos ensinamentos de Jigoro Kano, salvo em raríssimas exceções. Observando esse fenômeno no cotidiano, tinha curiosidade de conhecê-lo e compreendê-lo de modo mais aprofundado. Provavelmente por perceberem comportamentos semelhantes, outros pesquisadores buscaram estudar essa particularidade. O próprio Kano mencionava ser irritadiço e passou a se controlar praticando o *jujutsu*. Mesmo assim, é difícil mensurar até que ponto a luta em si tem influência direta sobre essa questão. Estudos longitudinais com um número expressivo de praticantes, docentes diferentes e avaliações periódicas poderiam ajudar a responder de maneira mais fidedigna esse acontecimento.

Os estudos selecionados e analisados indicam uma tendência de redução de agressividade, mas os dados não permitem garantias. A forma como as aulas são conduzidas faz toda a diferença. A área é carente de investigações específicas que relacionem o judô com o *bullying* em suas várias manifestações, talvez pela complexidade do tema. Assim como foram realizadas pesquisas acerca do judô na escola, como ferramenta contra a violência física, trabalhos relacionando o tema na busca de prevenção ao *bullying* poderão ser elaborados. Compreender a violência como desperdício de energia, muitas vezes irracional, pode colaborar para um entendimento negativo em relação a brigas, discussões, conflitos, guerras etc., contribuindo para ressignificar esses problemas.

O *bullying* escolar já existia antes de Jigoro Kano, e continua sendo um problema de consequências complexas para serem mensuradas, e requer atenção permanente. Entretanto, impulsionou Kano e ainda continua levando as pessoas a buscarem as artes marciais (WATSON, 2011, BRUM 2016). Na literatura nacional não foram encontradas respostas que mostrem o judô como eficiente na solução do problema de forma ampla, pois mesmo com indícios de redução de agressividade e violência física, não são descritas relações com as intimidações, agressões verbais entre outras, problemas comuns em centros de treinamentos no Brasil e no Japão. Casos como

o do memorial apresentado nesta dissertação, alguns relatos que podem ser encontrados no trabalho de Brum (2016), ou mesmo o caso do fundador do judô, onde tudo indica que os problemas pessoais de cada um foram resolvidos, não significam que a busca pela prática resolva a questão.

O judô pode ser tratado como conteúdo da EF escolar, ou mesmo como atividade extra, mas, qualquer resultado diferente de outro esporte vai depender das condições em que é ofertado, da atuação de docentes e da maneira que for conduzido. Para maior adesão à prática de lutas é preciso desmitificar a violência, oportunizar segurança e tratar outras questões, como, por exemplo, gênero, sexualidade e *bullying*. Entendemos que a falta de materiais pode dificultar o ensinamento das técnicas da modalidade, mas não dos princípios e de outros elementos que podem ser trazidos e, ao que tudo indica, se benéficos, seriam bem-vindos e aceitos por Jigoro Kano.

Durante os anos aconteceram diversas distorções do judô original e, embora se notem tendências de profissionalização, ainda ocorre no modelo artesanal e sem um direcionamento definido. A formação científica já era estimulada por Kano. O vínculo acadêmico permite um aprofundamento favorável aos estudos e à formação. Projetos como o de Cordeiro Júnior (2015) e Trusz (2018), que se mostraram diferenciados, estavam diretamente vinculados a Universidades.

Mesmo em práticas competitivas, deve-se buscar manter os princípios e a formação continuada de docentes de judô, nos moldes da formação acadêmica, como outrora sugerido e incentivado por Jigoro Kano. Ainda assim, não se pode descartar as dificuldades da formação continuada por professores com elevadas cargas de trabalho.

Seja como um conteúdo da EF escolar, seja como uma atividade extra, o judô apresenta possibilidades e contribuições para a formação do educando. Nesse sentido, é de fundamental importância a capacitação de professores como mediadores na forma como a modalidade será apresentada. Não há problemas na ocorrência de mudanças, conforme o mundo vai se transformando, o próprio Jigoro Kano fazia alterações durante o processo. Assim como a educação, o judô não é uma atividade pronta e acabada, mas sua parte conceitual parece ser o seu grande diferencial, devendo ser estudado, atualizado e ensinado por quem escolher ser *sensei*.

Referências:

ALVES, José A. B.; PIERANTI, Octavio P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE Eletrônica**, junho 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/bswLZ9wGMF7sFJJ64tHDyNg/?lang=pt>>. Acesso em: 19 maio 2021.

ARAÚJO, José C. S. **A Escola Pública no Brasil: da Companhia de Jesus (1549) ao Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. 2017. [Reúne artigos publicados na Revista Profissão Mestre, Curitiba, PR, entre março de 2014 e maio de 2015].

ARAÚJO, José C. S. Ensino Fundamental no Brasil: entre expectativas e experiências de 1988 a 2017. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da (Org.). **Ensino Fundamental: da LDB à BNCC**. Campinas, (SP): Papyrus, 2018, p. 15-42.

BAPTISTA, Carlos F.S. **Judô: da escola à competição**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003, 97 p.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 49. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2007, 54 p.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20/12/1996**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997, 62 p.

BRASIL. **Lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998**. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19696.htm>. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003**: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/103.htm>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte n. 157, de 16 de agosto de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/resolucoes/resolucaoN5.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.** 2006. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111274.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009.** 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. 2009b. **Diário Oficial da União** nº 248 (terça-feira) – Seção 1 – Pág.20. Disponível em: <<http://www.uezo.rj.gov.br/pos-graduacao/docs/Portaria-MEC-N17-28-de-mbro-de-2009.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. **Conferência Nacional do Esporte aprova a Carta de Brasília.** 2010. Disponível em: <<http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/38452-conferencia-nacional-do-esporte-aprova-a-carta-de-brasil>>. Acesso em: 21 set. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014.** 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha De Base.** 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educaçã+o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. **Professores brasileiros de judô embarcam para curso no Japão.** 2017. Disponível em: <<http://esporte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/209-ultimas-noticias/57725-professores-brasileiros-de-judo-embarcam-para-curso-no-japao>>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL, Iedda A. **Efeitos da prática de judô sobre marcadores de risco cardiovascular em crianças de 8 a 13 anos de idade com sobrepeso e obesidade.** Tese (Doutorado em Ciências do Exercício e do Esporte). Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7858706>. Acesso em: 02 maio 2021.

BRUM, Adriana. **“Mulheres que lutam”**: as narrativas de judocas brasileiras e a contribuição na construção da memória da modalidade. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4881753#>. Acesso em: 06 out. 2020.

CAMILO JÚNIOR, Luiz F. **Modelos de formação dos instrutores de judô no Brasil**: análise das relações entre o tradicional/artesanal e o profissional/científico. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Motricidade). Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9767296>. Acesso em: 02 maio 2021.

CARDOSO, Ana *et al.* Significado do judô paralímpico: um estudo de caso. **Cuadernos de Psicología del Deporte**, v. 19 n.2, 2019. p.198-208. Disponível em: <<https://scielo.isciii.es/pdf/cpd/v19n2/1578-8423-cpd-19-2-198.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2021.

CASADO, Julián; VILLAMÓN, Miguel. La Utopía Educativa de Jigoro Kano: El judô Kodokan. **Revista de História do Esporte**, v. 2, n. 1, jun., 2009, p. 1-40. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Recordre/article/view/761>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. **Regulamento para outorga de Faixas e Graus**. 2018. Disponível em: <http://www.cbj.com.br/painel/arquivos/normas_e_regulamentos/102518260318regulamento-outorga-de-faixa_2018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. **Após capacitação no Japão, professores brasileiros debatem propostas de introdução do Judô nas escolas públicas do Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/6416/apos-capacitacao-no-japao-professores-brasileiros-debatem-propostas-de-introducao-do-judo-nas-escolas-publicas-do-brasil.html>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. **UNESCO declara judô como esporte mais adequado para crianças**. 2013. Disponível em: <<http://www.cbj.com.br/noticias/2924/unesco-declara-judo-como-esporte-mais-adequado-para-criancas.html/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CBJ. Confederação Brasileira de Judô. **História do Judô**. s/d. Disponível em <http://www.cbj.com.br/historia_do_judo/>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 295-2015.

CISNE, Mabel. D. N. **Lutas olímpicas na escola: uma pesquisa ação com professores de educação física.** 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10790940>. Acesso em: 02 maio 2021.

COB. Comitê Olímpico do Brasil. **CBJ, IKB e Embaixada do Japão se reúnem no Rio para alinhamento sobre o programa de intercâmbio Brasil-Japão.** 2019. Disponível em:<<https://www.cob.org.br/pt/galerias/noticias/cbj-ikb-e-embaixada-do-japo-se-reunem-no-rio-para-alinhamento-sobre-o-programa-de-intercambio-brasil/>>. Acesso em: 13 out. 2019.

CORDEIRO JÚNIOR, Orozimbo. **O ensino do judô como possibilidade de minimização da violência física entre alunos.** 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica Instituição de Ensino). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3536605#>. Acesso em: 06 out. 2020.

COSTA, Lamartine P. **Atlas do esporte no Brasil.** Rio de Janeiro: Shape, 2005, 924 p.

COZBY, Paul C. **Métodos de pesquisa em Ciências do Comportamento.** São Paulo: Atlas, 2003, 455 p.

CURY, Carlos R. J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008, p. 293-303.

DESLANDES, Suely F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes, 2002, p. 32-33.

DRIGO, Alexandre J.; LIMA, Anderson D.; SUGIZAKI, Mário M. (Org.). **No caminho da suavidade: escritos do Dr. Mateus Sugizaki.** São Paulo: Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região, 2018. 148 p.

DRIGO, Alexandre J. *et al.* Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: Análise documental do judô brasileiro. **Motricidade**, 2011, v. 7, n. 4, p. 49-62. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2011000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 out. 2020.

EMMERICK, Daniela C. **Escolarização de jovens atletas: a dupla carreira de atletas da elite do judô no Brasil.** 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7632200#>. Acesso em: 06 out. 2020.

FERREIRA, Norma S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, agosto/2002, p. 257–272. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

FLICK, Uwe. A utilização da literatura na pesquisa qualitativa. In: _____. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joyce Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2009, p. 61-67.

FONSECA, João J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

FPJ. Federação Paulista de Judô. **Encontro reuniu dirigentes da federação e representantes das 16 DRJs responsáveis pelo projeto que visa a incrementar o judô nas escolas públicas e privadas do Estado**. 2020. Disponível em: <<https://fpj.com.br/terceira-reuniao-virtual-da-comissao-do-judo-escolar-da-f-p-judo-define-diretrizes-e-criterios/>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

FRANCHI, Kristiane M. B.; MONTENEGRO, Renan M. Atividade física: uma necessidade para a boa saúde na terceira idade. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Universidade de Fortaleza, Fortaleza-Ceará, v. 18, n. 3, 2005, p. 152-156. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40818308>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GOMES, Mariana S. P.; ROSA, Bruno A. Martial arts and combat sports in physical education and sport sciences degrees: a comparative study of Brazil, France, Portugal and Spain. **InYo: J. Alternative Perspectives on the Martial Arts and Sciences**, [S. l.], v. 12, n. 1, jan. 2012 p. 12-28. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268809685_Martial_arts_and_combat_sports_in_physical_education_and_sport_sciences_degrees_a_comparative_study_of_Brazil_France_Portugal_and_Spain>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GONÇALVES, A. V. Landgraf; SILVEIRA, Raquel. Arte marcial e esporte: um estudo etnográfico sobre uma equipe de judô de Pelotas-RS. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v. 18, n. 02, p. 129-147, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/19159/19067>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

GONDIM, Denis F. **Aspectos metodológicos aplicados ao ensino do Judô para crianças**. 2012. Monografia (Graduação em Educação Física). Universidade de Pernambuco, Recife, 2012. 26 p. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/11283209-Aspectos-metodologicos-aplicados-ao-ensino-do-judo-para-criancas.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GONDIM, Denis F. **Dojô: espaço de educação**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5202366#>. Acesso em: 07 jul. 2020.

HARARI, Yuval N. **21 Lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, 432 p.

HOKINO, Milton H.; CASAL, Hiram M. V. A aprendizagem do judô e os níveis de raiva e agressividade. **efdeportes.com**: Revista Digital, Buenos Aires, ano 6, n. 31, fevereiro de 2001. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/efd31/raiva1.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

HOSOI, Carla. **Crianças que praticam lutas marciais ficam menos agressivas e aprendem princípios de respeito e disciplina**. 2011. Disponível em <<https://www.educacaofisica.com.br/fitness2/gestao-academias/criancas-que-praticam-lutas-marciais-ficam-menos-agressivas-e-aprendem-principios-de-respeito-e-disciplina/>>. Acesso em: 05 maio 2013.

IJF. International Judo Federation. 2020. Disponível em: <<https://judobase.ijf.org/#/dashboard>>. Acesso em: 09 out. 2020.

INAF. Indicador de Analfabetismo funcional. **INAF BRASIL 2011: Principais resultados**. 2012. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5WoZxXFQTCRWE5UY2FiMzFhZEk/view>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

INAF. Indicador de Analfabetismo funcional. **INAF BRASIL 2018: Resultados preliminares**. 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Notas Estatísticas: Censo escolar 2018**. 2019. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ISHII, Chiaki. **Os pioneiros do judô no Brasil**. São Paulo: Évora, 2015, 240 p.

JFI. Judô Federation of India. 2021. Disponível em: <onlinejfi.org>. Acesso em: 12 maio 2021.

KANO, Jigoro. **Energia mental e física: escritos do fundador do Judô**. São Paulo: Pensamento, 2008a, 128 p.

KANO, Jigoro. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008b, 271 p.

KINOSHITA, Hiroshi; OGUNDARI, Jacob; OLIVEIRA, José G. M. Judô: método de ensino e liberação da energia agressiva. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, 1984, ano 12, n. 53, jan/dez p. 40-44.

LAGE, Victor. **Atividade física e saúde: análise de um projeto de judô**. 106 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2015. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2785437#>. Acesso em: 06 out. 2020.

LIMA, José R. S. **Desafios da prática docente na disciplina educação física em escolas de ensino médio da rede pública do estado de Minas Gerais - Brasil**. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1164/1/Jos%c3%a9%20Ricardo%20Sousa%20Lima.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2021.

LIMA, Telma C. S.; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. Florianópolis. v. 10 n. esp. p. 37-45 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300004%20&script=sci_arttext>. Acesso em: 06 out. 2020.

LNJ. Liga Nacional de Judô. **Tabela de Pesos**. 2019. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/621eb7_a2def4d095bd4897bd96b43f5d529412.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

LOPES, Jefferson C. *et al.* Lutas na educação física escolar: metodologia através dos parâmetros curriculares nacionais - PCNs. **Rev Bras Educ Fís Esporte**, São Paulo, jul-set. 2019. p. 401-412.

LOPES NETO, Aramis, A. *Bullying*: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, nov. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?lang=pt>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LUCENA, Ricardo F. **O conceito de esporte em Norbert Elias**. 2008. Disponível em: <<http://www.motricidade.com/index.php/repositorio-aberto/42-gestao/1205-o-conceito-de-esporte-em-norbert-elias>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MAGNO, Felipe. **Participação esportiva no Brasil**: da escola ao alto rendimento. 93 f. Tese (Doutorado em Engenharia). Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218219>>. Acesso em: 02 maio 2021.

MANOSSO, Diego; ANTUNES, Alfredo C. Possibilidades para o ensino de judô como conteúdo da educação física nos anos finais do ensino fundamental. **Revista Atlante**: Cuadernos de Educación y Desarrollo, set. 2019. Disponível em: <<https://www.eumed.net/rev/atlante/2019/09/ensino-judo-educacaoofisica.html>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MASCARENHAS, Fernando. Megaeventos esportivos e educação física: Alerta de tsunamis. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.18, n.1, jan.-mar. 2012. p. 39-67. Disponível em:

<[https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/040712_v.%2018,%20n.%201%20\(2012\)_4.pdf](https://www.ludopedio.com.br/v2/content/uploads/040712_v.%2018,%20n.%201%20(2012)_4.pdf)>. Acesso em: 21 set. 2020.

MELO, L. B. S. *et al.* Dupla carreira: dilemas entre esporte e escola. **Journal of Physical Education**. v.31, Maringá, Jul. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2448-24552020000100239>. Acesso em: 02 maio 2021.

OLIVEIRA, E. **Quase 4 em cada 10 jovens de 19 anos não concluíram o ensino médio, aponta levantamento:** entre eles, 62% já estão fora da escola e 55% pararam de estudar ainda no ensino fundamental. Dados fazem parte do monitoramento do Todos pela Educação, com base na Pnad Contínua, do IBGE. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/18/quase-4-em-cada-10-jovens-de-19-anos-nao-concluíram-o-ensino-medio-aponta-levantamento.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

OLIVEIRA, Pedro F. A. *et al.* A importância do esporte como política pública no Brasil. **efdeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, ano 16, n. 162, novembro de 2011. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd162/esporte-como-politica-publica-no-brasil.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

OLIVIER, Jean C. **Das brigas aos jogos com regras:** enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artmed, 2000, 93 p.

ORDONHES, Mayara T. *et al.* **A inserção do esporte no ministério da cidadania:** análise das opiniões sobre o “fim” do ministério do esporte. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2019e66972/41751>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PACHECO, Renan L. **A influência da prática das artes marciais na redução da agressividade em adolescentes, nas aulas de educação física.** 2012. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3732/2614>>. Acesso em: 05 maio 2013.

PORTES, Leslie A. Estilo de vida e qualidade de vida: semelhanças e diferenças entre os conceitos. **Lifestyle J**, 2011. Disponível em: <<https://revistas.unasp.edu.br/LifestyleJournal/article/view/128/127>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

RIBEIRO, Betânia de O. L.; ARAUJO, José C. S.; CARVALHO, Carlos H. de. Formação de professores no Brasil: obstáculos e expectativas. **Journal of Supranational Policies of Education**, Universidad Autónoma de Madrid, n.6, 2017. p.54-69.

ROMANOWSKI, Joana P. ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

ROSSETTO JUNIOR, Adriano J.; BORIN, Marisa E. S. Políticas públicas de esporte no Brasil e os nexos com os megaeventos esportivos. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte (RGNE)**, Revista On-line, São Paulo, v.2, n.2, nov. 2017. Disponível em: <[http://revistagestaodoesporte.com.br/pluginfile.php/491/mod_resource/content/2/4%20-%20Políticas%20publcas%20de%20esporte%20no%20Brasil%20e%20os%20nexos%20com%20os%20megaeventos%20esportivos.pdf#:~:text=Para%20Proni%20\(2014\)%20as%20pol%C3%ADticas,a%20pr%C3%A1tica%20esportiva%20com%20a](http://revistagestaodoesporte.com.br/pluginfile.php/491/mod_resource/content/2/4%20-%20Políticas%20publcas%20de%20esporte%20no%20Brasil%20e%20os%20nexos%20com%20os%20megaeventos%20esportivos.pdf#:~:text=Para%20Proni%20(2014)%20as%20pol%C3%ADticas,a%20pr%C3%A1tica%20esportiva%20com%20a)>. Acesso em: 21 set. 2020.

SALVADOR, Ângelo D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986, 239 p.

SANTOS, Sérgio O. **A integração oriente-ocidente e os fundamentos do judô educativo**. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1204178#>. Acesso em: 06 out. 2020.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007, 304 p.

SHEET, Japan F. Esportes: Promovendo a saúde para as pessoas. **Embaixada do Japão no Brasil**. Disponível em: <<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/esporte.html>>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SILVA, Ana B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, 188 p.

SILVA, Emanuelle G.; CASAL, Hiram M. V. Manifestação de comportamentos agressivos em praticantes de artes marciais. **efdeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, ano 5, n. 25, setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd25/artesm1.htm>>. Acesso em: 13 jun. 2006.

SILVA, Gisele P. Histórico da mulher no Judô – Preconceitos, estereótipos e discriminações. **Motrivivência, Revista de Educação Física, Esporte e Lazer da Universidade Federal de Santa Catarina**, UFSC, Florianópolis, n. 5, dez. 1994. p.195-207.

SIMÕES FILHO, Oswaldo C. **Judô Educacional**. 2017. Disponível em: <<https://judorio.org/wp-content/uploads/2017/09/ETICA-FILOSOFIA-HISTÓRIA.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

SO, Marcos R. **Das relações com os saberes das lutas nas aulas de Educação Física: as perspectivas dos alunos**. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115598/000807689.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 out. 2020.

SOUSA, José dos R. **A importância do lúdico no ensino da disciplina judô para alunos de 04 a 14 anos de idade.** 2008. Disponível em <<https://www.judocarioca.com/PDF/A%20IMPORTANCIA%20DO%20LUDICO%20NO%20ENSINO%20DA%20DISCIPLINA%20JUDO%20PARA%20ALUNOS%20DE%2004%20A%2014%20ANOS%20DE%20IDADE.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2013.

SPENCER, Herbert. **Educação Intelectual, Moral e Física.** Amazon Digital Services LLC - Kdp Print Us, 2019, 237 p.

STEVENS, John. **Três mestres do budo.** São Paulo: Cultrix, 2007, 143 p.

TASSA, Khaled O. M.; LOVATO, Andreza. Políticas públicas voltadas ao esporte e lazer: alternativas para municípios de pequeno porte. **efdeportes.com**, Revista Digital, Buenos Aires, ano 18, n. 190, março de 2014. Disponível em: <<https://www.efdeportes.com/efd190/politicas-publicas-voltadas-ao-esporte-e-lazer.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

TAVARES JÚNIOR, Antônio C.; SILVA, Luiz H.; DRIGO, Alexandre J. Judô: da origem à esportivização e sua atual relevância para o cenário esportivo brasileiro. **Revista Hominum**, São Paulo, v.3, n.16, dez. 2014.

TEÓFILO, Aaron. F. **Autoridade na educação judoística:** notas etnográficas na Associação de Judô de Bastos-SP. 79 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Lavras, Alfenas, 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10211207>. Acesso em: 02 maio 2021.

TRUSZ, Rodrigo A. **A relação entre a prática de judô e o desenvolvimento de comportamentos socialmente competentes na infância:** a experiência dos professores do projeto bugre lucena da ESEFID/UFRGS. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6347551#>>. Acesso em: 06 out. 2020.

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

VASCONCELOS, Máben. T. **O bullying na educação escolar:** contribuições para o conhecimento e a formação de professores 144 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade de Uberaba, Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uniube.br/bitstream/123456789/1193/1/M%c3%a1ben%20Tavarez%20Vasconcelos.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2021.

VECCHIOLI, Demétrio. **Fim do Ministério do Esporte gera onda de extinção de secretarias estaduais.** 2019. Disponível em: <<https://olharolimpico.blogosfera.uol.com.br/2019/01/04/fim-do-ministerio-do-esporte-gera-onda-de-extincao-de-secretarias-estaduais/>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

VIEIRA, Danilo A.; SOUZA, Mauro. J. O conteúdo lutas nas aulas de educação física nas Escolas Municipais da Cidade de Uberlândia. In: FONTOURA, P. (Org.) **Coleção Pesquisa em Educação Física** – v.5, n 1 – junho/2007. Jundiaí: Fontoura, 2007. p. 389 – 396.

VIOLIN, Douglas Y. T. **Judô como conteúdo da educação física escolar: realidade e aplicabilidade**. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6394756#>. Acesso em: 06 out. 2020.

WATSON, Brian N. **Memórias de Jigoro Kano: o início da história do Judô**. São Paulo: Cultrix, 2011, 247 p.

YAMASHIRO, José. **Pequena História do Japão**. São Paulo: Herder, 1964, 200 p.

APÊNDICE I

GLOSSÁRIO:

ATEMI OU ATEMI-WAZA: Golpes diretos nas partes anatomicamente vulneráveis do corpo, utilizando armas ou mãos, joelhos, pés, etc.

BUDO: Arte do auto-aperfeiçoamento, antigo ideal do espírito guerreiro.

BUJUTSU: Artes clássicas militares

BUSHIDO: Caminho do guerreiro, código de honra dos samurais.

DO: Princípio, caminho.

DOJO: Local de prática. Vem da tradição budista e significa a sala de treinamento tanto da mente quanto do corpo. É o lugar onde se recebem as instruções de um mestre na arte ou em alguma disciplina religiosa.

EISHOJI: Pequeno templo budista em Tóquio.

GAKUSHUIN: Escola fundada em 1877 para a educação dos membros da família imperial e da nobreza.

JITA KYOEI: Benefício mútuo para si e para os outros. É um dos dois ideais que Kano identificava como uma das metas mais altas que o judoca deve adotar para contribuir para melhorar a sociedade.

JU: Suave, suavidade, gentileza.

JUDOCA: Quem pratica a arte do judô.

JUJUTSU: Antiga arte marcial japonesa, arte suave.

JUKU: Escola particular preparatória

KAIKAN: Kai (prédio), Kan (reunião), são pequenos locais onde os se reúnem as colônias japonesas.

KANGEIKO: Treinamento intenso de inverno.

KATA: Forma. Execução de movimentos pré-arranjados, com ou sem a utilização de armas.

KATAME-WAZA: Técnicas de agarramento.

KUZUSHI: Métodos para desequilibrar o oponente.

NAGE-WAZA: Técnicas de projeção.

RANDORI: Rodada de prática livre, normalmente dentro das regras permitidas.

SEIRYOKU ZENYO: Princípio da Máxima eficiência e melhor uso da energia. O outro dos dois principais lemas de Kano para o judô e para a vida.

SENSEI: Professor

WAZA: Técnica

ZOSHIKAI: Sociedade fundada por Jigoro Kano em 1898 com objetivo de desenvolver o caráter dos jovens japoneses. Essa sociedade publicava mensalmente a revista *Kokushi* (Patriota).